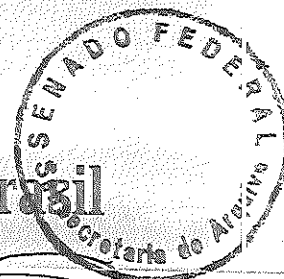


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



Sem Porte
SF SUBS. DE ARQUIVO
VIA N-2 UNIDADE DE APOIO 1
BRASILIA
70165-900
DSF - 10

DF

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LVI - Nº 026 - TERÇA-FEIRA, 20 DE MARÇO DE 2001 - BRASÍLIA - DF

MESA		
<p>Presidente Jader Barbalho – PMDB – PA 1º Vice-Presidente Edison Lobão – PFL – MA 2º Vice-Presidente Antonio Carlos Valadares – PSB – SE 1º Secretário Carlos Wilson – Bloco/PPS – PE 2º Secretário Antero Paes de Barros – PSDB – MT</p>		
<p>3º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB 4º Secretário Mozarildo Cavalcanti – PFL – RR</p> <p>Suplentes de Secretário 1º Alberto Silva – PMDB – PI 2º Marluce Pinto – PMDB – RR 3º Maria do Carmo Alves – PFL – SE 4º Nilo Teixeira Campos – PSDB – RJ</p>		
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ Romeu Tuma – PFL – SP Corregedores Substitutos⁽¹⁾ Ramez Tebet – PMDB – MS Vago Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>		<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ Amir Lando – PMDB – RO Ramez Tebet – PMDB – MS Alberto Silva – PMDB – PI Djalma Bessa – PFL – BA Bernardo Cabral – PFL – AM</p>
LIDERANÇAS		
<p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder José Roberto Arruda</p> <p>Vice-Líderes Romero Jucá Moreira Mendes</p> <p>LIDERANÇA DO PFL – 21</p> <p>Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Vago Francelino Pereira Romeu Tuma Eduardo Siqueira Campos Vago Vago Vago</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB – 26</p> <p>Líder Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes José Alencar Iris Rezende Amir Lando Ramez Tebet Gilberto Mestrinho</p> <p>Vago Vago</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO (PT/PDT/PPS) – 13</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Paulo Hartung Sebastião Rocha Geraldo Cândido Tião Viana</p>	<p>LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR PSDB/PPB – 16</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Pedro Piva Romero Jucá Vago</p> <p>LIDERANÇA DO PSB – 3</p> <p>Líder Ademir Andrade</p> <p>Vice-Líder Saturnino Braga</p> <p>LIDERANÇA DO PTB – 1</p> <p>Líder Arlindo Porto</p>

(1) Reeleitos em 2/04/1997

(2) Designação: 30/06/1999

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Márcia Maria Corrêa de Azevedo Diretora da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 - ATA DA 16ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 19 DE MARÇO DE 2001

1.1 - ABERTURA

1.2 - EXPEDIENTE

1.2.1 - Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 25, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a equiparação do empregador rural pessoa física à empresa e a periodicidade da participação nos lucros ou resultados dos trabalhadores nas atividades agrícolas, pecuárias ou de extração vegetal e dá outras providências. Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

03462

1.2.2 - Ofício

Nº 6, de 2001, de 16 do corrente, da Liderança do PSB no Senado Federal, de indicação de membro, para integrar a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 22, de 2001, destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não governamentais - ONG's. Designação do Senador Roberto Saturnino, como suplente, para integrar a referida Comissão.

03464

1.2.3 - Leitura de requerimentos

Nº 100, de 2001, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 12, de 2001, de sua autoria, que altera o art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a periodicidade da participação nos lucros ou resultados dos trabalhadores nas atividades agrícolas, pecuárias ou de extração vegetal e dá outras providências. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

03464

Nº 101, de 2001, de autoria do Senador Nabor Júnior, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Guilherme Zaire, do Acre, ocorrido na última quar-

ta-feira, dia 14 do corrente, na cidade do Rio de Janeiro. **Aprovado**, após usar da palavra o autor.

03464

1.2.4 - Aviso do Presidente do Tribunal de Contas da União

Nº 145-GP/TCU, de 7 de março do corrente, encaminhando quadro-resumo de fatos apurados ou em apuração relativamente a denúncias protocoladas perante a CPI do Judiciário. À publicação (anexado ao Requerimento nº 118/99).

03465

1.2.5 - Ofícios

Nº 4/01, de 9 de novembro de 2000, do Promotor de Justiça Substituto do Ministério Público do Estado de São Paulo, solicitando maiores informações relacionadas com a notícia veiculada através do Ofício nº 281-11/2000-PRES. À publicação (anexado ao Requerimento nº 118/99).

03468

Nº 60/01, de 23 de fevereiro de 2001, do Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, solicitando em resposta ao Ofício nº 281-11/2000-PRES, envio de cópias da documentação que denuncia cartórios da Cidade de Limeira. À publicação (anexado ao Requerimento nº 118/99).

03468

Nº 17/01, de 7 de março do corrente, da Deputada Federal Vanessa Grazziotin, solicitando cópia da denúncia feita pelo Sr. Wilson Secalli contra a empresa Frigorífico Santa Maria Ltda, junto à CPI do Judiciário desta Casa, protocolada sob o nº 016903-99 - RI 118/99, a qual foi enviada ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para que este tomasse as providências cabíveis, solicitando, ainda, resposta do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas sobre as providências por ele adotadas. À publicação (anexado ao Requerimento nº 118/99).

03468

Nº 313/01, de 8 de março de 2001, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, solicitando em resposta ao Ofício nº 281-2/2000-PRES, cópias das representações e dos documentos que a instruem, referentes a denúncias protocoladas

perante a CPI do Judiciário. À publicação (anexoado ao Requerimento nº 118/99).....	03468	SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Defesa da revisão da competência do Senado Federal e da redução do mandato senatorial.	03528
1.2.6 – Discursos do Expediente			
SENADOR RICARDO SANTOS – Considerações sobre a importância da aprovação da reforma tributária.	03469	SENADOR OSMAR DIAS – Apelo para apreciação dos projetos de lei que estipula que todas as concessões de serviço públicos devam ser precedidas de relatório de impacto social e econômico, e do que obriga que todos os contratos entre o setor público e o privado sejam publicados no Diário Oficial, ambos de sua autoria, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	03530
SENADOR BELLO PARGA – Repúdio às conclusões apresentadas no Relatório do Grupo Especial, criado para apurar irregularidades na Sudam, pelo Ministro da Integração Nacional.	03471	SENADOR WALDECK ORNELAS – Comentários sobre o estudo da comissão do Ministério da Integração Nacional encarregada de apurar denúncias na Sudam. Importância de uma política de desenvolvimento regional para o País.	03532
SENADOR PAULO HARTUNG – Sugestão de comparecimento do Presidente da Petrobras em reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e Comissão de Infra-Estrutura, para prestar esclarecimentos sobre os sucessivos acidentes envolvendo a empresa. Cobrança de política governamental para o setor de energia elétrica. .	03471	1.2.7 – Ofício	
SENADOR NABOR JÚNIOR – Transcurso dos dez anos da aprovação da Lei nº 8.078, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.	03475	Nº 35, de 2001, de 13 do corrente, da Liderança do PFL no Senado Federal, de indicação de membros para a Comissão Temporária Interna, destinada a acompanhar as relações bilaterais, particularmente as comerciais, de Brasil e Canadá, tendo em vista os contenciosos nas relações de comércio internacional entre os dois países. Designação dos Senadores Waldeck Ornelas, como titular, e Hugo Napoleão, como suplente, para integrar a referida Comissão.	03534
SENADOR ROMERO JUCÁ – Apelo ao governo federal para dilatação do prazo do financiamento de créditos do Fundo de Desenvolvimento do Norte – FNO.	03478	1.2.8 – Leitura de projeto	
SENADOR BELLO PARGA – Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 1999, de autoria de S. Ex ^a , que outorga competência à União para instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de crédito e direitos de natureza financeira.	03494	Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2001, de autoria do Senador Moreira Mendes, que altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho. À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, em decisão terminativa.	03534
SENADOR ADEMIR ANDRADE – Necessidade de maior rigidez nas ações de combate às doenças endêmicas, em especial no Estado do Pará.	03496	1.2.9 – Leitura de requerimento	
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários à reportagem do programa Fantástico, da TV Globo, sobre negócios fundiários, envolvendo organizações não governamentais – ONGs, na região Amazônica.	03500	Nº 102, de 2001, de autoria da Senadora Heloísa Helena, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia, as informações que menciona. À Mesa para decisão.	03535
SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Denúncias de abandono das estradas federais no Estado da Bahia.	03504	1.2.10 – Discursos encaminhados à publicação	
SENADOR LAURO CAMPOS – Críticas ao pensamento de Joseph Schumpeter, sobre a incompatibilidade do capitalismo com a democracia. Análise da atual crise econômica nos EUA.	03521	SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Homenagens pelo transcurso do Dia do Bibliotecário em 12 de março último.	03535
SENADOR BERNARDO CABRAL – Realização, na próxima quinta-feira, do seminário “Dolarização versus Pluralismo Monetário nas Américas: A Controvérsia Vista do Brasil”. Necessidade urgente de uma política de exploração da madeira na região amazônica, de modo a preservar a floresta e gerar empregos.	03523	SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Aplausos às ações do governo e do empresariado brasileiro diante das sanções impostas pelo governo canadense à importação da carne brasileira. Proposta de inclusão de proteínas animais entre os produtos componentes da cesta básica, distribuída nos programas sociais da Conab, com vistas a minimizar os prejuízos causados pelo	

cancelamento de contratos de exportação de carne.....

03537

SENADOR EDISON LOBÃO – Cumprimentos à iniciativa da Universidade Federal do Maranhão pela promoção de palestras, apresentação de peças teatrais e de música, para receber os calouros do primeiro semestre letivo daquela instituição de ensino.

03538

1.2.11 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, terça-feira, às 14 horas e 80 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada.

03539

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Convocação da 2ª Reunião do Conselho, a realizar-se no dia 21 de março de 2001, quarta-feira, às 10 horas, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, para deliberar sobre realização de sessão secreta.

03540

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 396, de 2001.

03540

Nº 397, de 2001, referente ao servidor Ricardo Vargas.

03541

Nº 398, de 2001, referente ao servidor Givon Siqueira Machado Filho.

03542

Nº 399, de 2001, referente ao servidor Luiz Antonio Perácio Monteiro.

03543

Nº 400, de 2001, referente à servidora Marcelle Carneiro Leite.

03544

Nº 401, de 2001, referente ao servidor Cesar Teixeira Sipriano.

03545

Nº 402, de 2001, referente ao servidor Sergio Teles Torres.

03546

Nº 403, de 2001, referente ao servidor Carlos Antonio Isac.

03547

Nº 404, de 2001, referente ao servidor Sergio Murilo Souza Rosa.

03548

Nº 405, de 2001, referente à servidora Sandra Silva Tasquino dos Santos.

03549

Nº 406, de 2001, referente ao servidor Mauro de Alencar Dantas.

03550

Nº 407, de 2001, referente à servidora Rose Mary Prado Porto.

03551

Nº 408, de 2001, referente à servidora Ana Claudia Costa Badra.

03552

Nº 409, de 2001, referente ao servidor Eraldo Cavalcante da Silva.

03553

Nºs 410 a 417, de 2001.

03554

Nº 418, de 2001, referente à servidora Eliane Delmonte.

03562

4 – ÓRGÃO DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO EXTERNOS DA POLÍTICA NACIONAL DE INTELIGÊNCIA (OCFEPNI)

5 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

6 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

7 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 16ª Sessão Não Deliberativa em 19 de março de 2001

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

Presidência dos Srs. Jader Barbalho, Edison Lobão e Mozarildo Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 25, DE 2001

Altera os artigos 2º e 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispôr sobre a equiparação do empregador rural pessoa física à empresa e a periodicidade da participação nos lucros ou resultados dos trabalhadores nas atividades agrícolas, pecuárias ou de extração vegetal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O inciso I do § 3º do art. 2º e o § 2º do art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 3º.....

I – a pessoa física, exceto quanto aos empregadores rurais; (NR)

“Art. 3º.....

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre civil ou mais de duas vezes

no mesmo ano civil, exceto na área rural onde a participação nos resultados poderá ser prevista em periodicidade menor adstrita às diferentes atividades no ano agrícola, na pecuária ou na extração vegetal. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, decorrente da conversão da Medida Provisória nº 1.982-77, de 2000, dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa. Trata-se de um salutar estímulo à melhoria da qualidade das relações trabalhistas, com integração entre o capital e o trabalho e incentivo à produtividade. Dois dos seus dispositivos, entretanto, trazem normas que não nos parecem adequadas para regular a participação nos lucros e resultados no meio rural.

O dispositivo inscrito no inciso I do § 3º do art. 2º da Lei contraria orientação constitucional. A Constituição Federal de 1988, quando se refere à participação nos lucros e resultados, não estabelece distinção entre pessoas físicas e jurídicas. Nada impede, portanto, que todos os empregadores rurais, independentemente de sua situação jurídica, possam ajustar essa modalidade de remuneração.

Além disso, na área rural, há pessoas jurídicas (muitas delas são agropecuárias, criadas à época do Estatuto da Terra) e, em maior número, empregadores pessoas físicas. Se a legislação não permitir a participação nos lucros e resultados quando se tratar de empregadores individuais, a grande maioria das relações empregatícias firmadas no meio rural ficará excluída da abrangência legal, em prejuízo da produtividade e da melhoria da qualidade de vida no campo.

Por sua vez, a norma inscrita no § 2º do art. 3º da Lei veda o “pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil”. Essa limitação, como veremos, não atenta para as especificidades do trabalho no meio rural.

Na atividade agrícola, pecuária ou de extração vegetal, a realização do trabalho não observa os mesmos parâmetros temporais utilizados nas atividades industriais e comerciais urbanas. Via de regra, quando há participação nos resultados, o empregador faz o pagamento na colheita, no momento da venda dos animais ou dos produtos extraídos da natureza. O pagamento é, normalmente, efetuado em espécie, assumindo o empregado a responsabilidade pela venda de sua parte nos resultados, quando isso é possível. Por essa razão, parece-nos imprópria a aplicação, aos trabalhadores do meio rural, dos limites de periodicidade estabelecidos para a distribuição de lucros e resultados no dispositivo transcrito.

A sistemática de pagamento utilizada na agropecuária e no extrativismo deve ser incentivada. É um costume funcional aceito por ambas as partes, decorrente de anos de experiência nas relações trabalhistas rurais. Ele estimula o interesse do empregado na obtenção de bons resultados, melhorando o desempenho nos tratos culturais e permitindo uma atuação responsável de trabalhadores e empregadores. É o momento mais oportuno para a efetivação do acerto é, sem dúvida, o da colheita ou venda dos produtos. Não se pode exigir que o trabalhador espere por eventuais resultados contábeis, que nada têm a ver com a sua realidade e vivências diárias, ou fique sujeito a perdas em decorrência do processo inflacionário.

Registre-se, a propósito, que, nas atividades agrícolas com uso de irrigação, o número de safras anuais é variável e maior do que na agricultura tradicional. Isso depende do ciclo de produção da espécie cultivada. São comuns as frustrações, o que recomenda formas mais flexíveis e freqüentes de antecipação ou distribuição de resultados. Por sua vez, na pecuária, as vendas dependem das demandas do mercado, podendo ocorrer, também, em diversos momentos do ano. São essas diferentes circunstâncias que justificam, em nosso entendimento, normas específicas sobre a matéria para os trabalhadores do meio rural.

Esperamos contar com a aprovação e o apoio dos nobres Pares durante a tramitação deste Projeto, eis que ele introduz medidas adequadas e justas de estímulo à participação nos lucros e resultados no meio rural.

Sala das Sessões, 19 de março de 2001. –
Osmar Dias, Senador

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 10.101, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências.

Faço saber que o Presidente da República adotou a Medida Provisória nº 1.982-77, de 2000, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 2º A participação nos lucros ou resultados será objeto de negociação entre a empresa e seus empregados, mediante um dos procedimentos a seguir descritos, escolhidos pelas partes de comum acordo:

I – comissão escolhida pelas partes, integrada, também, por um representante indicado pelo sindicato da respectiva categoria;

II – convenção ou acordo coletivo.

§ 1º Dos instrumentos decorrentes da negociação deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da participação e das regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade da distribuição, período de vigência e prazos para revisão do acordo, podendo ser considerados, entre outros, os seguintes critérios e condições:

I – índices de produtividade, qualidade ou lucratividade da empresa;

II – programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente.

§ 2º O instrumento de acordo celebrado será arquivado na entidade sindical dos trabalhadores.

§ 3º Não se equipara a empresa, para os fins desta lei:

I – a pessoa física;

II – a entidade sem fins lucrativos que, cumulativamente:

a) não distribua resultados, a qualquer título, ainda que indiretamente, a dirigentes, administradores ou empresas vinculadas;

b) aplique integralmente os seus recursos em sua atividade institucional e no País;

c) destine o seu patrimônio a entidade congênere ou ao poder público, em caso de encerramento de suas atividades;

d) mantenha escrituração contábil capaz de comprovar a observância dos demais requisitos deste inciso, e das normas fiscais, comerciais e de direito econômico que lhe sejam aplicáveis.

Art. 3º A participação de que trata o art. 2º não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado, nem constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista, não se lhe aplicando o princípio da habitualidade.

§ 1º Para efeito de apuração do lucro real, a pessoa jurídica poderá deduzir como despesa operacional as participações atribuídas aos empregados nos lucros ou resultados, nos termos da presente lei, dentro do próprio exercício de sua constituição.

§ 2º É vedado o pagamento de qualquer antecipação ou distribuição de valores a título de participação nos lucros ou resultados da empresa em periodicidade inferior a um semestre civil, ou mais de duas vezes no mesmo ano civil.

§ 3º Todos os pagamentos efetuados em decorrência de planos de participação nos lucros ou resultados, mantidos espontaneamente pela empresa, poderão ser compensados com as obrigações decorrentes de acordos ou convenções coletivas de trabalho atinentes à participação nos lucros ou resultados.

§ 4º A periodicidade semestral mínima referida no § 2º poderá ser alterada pelo Poder Executivo, até 31 de dezembro de 2000, em função de eventuais impactos nas receitas tributárias.

§ 5º As participações de que trata este artigo serão tributadas na fonte, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês, como antecipação do imposto de renda devido na declaração de rendimentos da pessoa física, competindo à pessoa jurídica a responsabilidade pela retenção e pelo recolhimento do imposto.

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos – cabendo à última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

OF 006/2001 – GLPSB

Brasília, de março de 2001

Senhor Presidente,

Em atendimento ao Of SF nº 113/2001, indico o Exmº Senador Roberto Saturnino, para ocupar a vaga de suplente na Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 22, de 2001, destinada a apurar as denúncias veiculadas a respeito da atuação irregular de organizações não-governamentais – ONG's.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**, Líder do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Presidência designa o Senador Roberto Saturnino para integrar, como suplente, a CPI criada por intermédio do Requerimento nº 22, de 2001, de conformidade com a indicação da Liderança do PSB, que acaba de ser lida.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 100, DE 2001

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 12 de 2001, de minha autoria, que “Altera o art. 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a periodicidade da participação nos lucros ou resultados dos trabalhadores nas atividades agrícolas, pecuárias ou de extração vegetal e dá outras providências”.

Sala das Sessões, 19 de março de 2001. –

Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 256, § 2º, inciso II, alínea b do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Mozarildo Cavalcanti.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 101, DE 2001

Requeiro, na forma regimental, a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual Guilherme Zaire, do Acre, ocorrido na última quarta-feira, dia 14 de março corrente, na cidade do Rio de Janeiro, onde se submetia a tratamento médico.

Requeiro, ainda, sejam enviadas mensagens, respectivamente, à família enlutada e ao povo do Acre, através de seus legítimos Representantes na Assembléia Legislativa, Casa à qual o extinto dedicou seu talento, seu espírito público e sua permanente disposição de trabalhar pelo progresso social e pelo desenvolvimento econômico do Estado.

Justificação

Guilherme Zaire tinha 80 anos.

Desempenhou dois mandatos sucessivos de Deputado Estadual, no período de 1963 a 1970, tendo participado da elaboração da Constituição do Estado, logo após a elevação do então Território Federal do Acre à condição de Unidade da Federação. Foi eleito pelo antigo PTB e, quando a ditadura extinguiu os partidos de então, ingressou no MDB e, mais tarde, no PMDB.

Filho de pai sírio-libanês e mãe italiana, Guilherme Zaire era acreano de Xapuri, onde, juntamente com os demais membros da família, tornou-se querido e respeitado por toda a comunidade, inclusive pela seriedade com que administrava suas empresas e seus seringais.

Não conseguiu ver cumprido o último desejo, de morrer no Acre tão amado, porque sua saúde debilitada desaconselhava a viagem e exigia tratamento em um grande centro, como o Rio de Janeiro, onde veio a falecer.

O sepultamento, todavia, ocorreu em Rio Branco, sob intensa comoção de amigos, parentes e correligionários.

A melhor definição da pessoa e do homem público foi feita por seu sobrinho, João Zaire: "Lembro que ele dizia que tinha adversários políticos, mas inimigos nunca!"

Esse exemplo de democracia e de dignidade deve ser reverenciado pelo Senado Federal, pois nele está a semente que nos permitirá construir um Brasil mais justo e mais coerente, mais voltado para sua natureza fraterna, cordial e humana.

Sala das Sessões, 19 de março de 2001. – Senador **Nabor Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Este requerimento depende de votação, em cujo encaminhamento poderão fazer uso da palavra os Srs. Senadores que o desejarem.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Tem V. Ex^a a palavra para encaminhar.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Para encaminhar a votação.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o objetivo do requerimento que encaminhei à Mesa, e que acaba de ser lido pelo Sr. 1º Secretário, é prestar justa homenagem ao ex-Deputado Estadual do Acre, Sr. Guilherme Zaire, falecido no último dia 14 do corrente, na Cidade do Rio de Janeiro, e sepultado, na capital do meu Estado, dois dias depois.

Guilherme Zaire era filho do Município de Xapuri, cuja Prefeitura exerceu durante um pequeno espaço de tempo. Logo depois, com a transformação do então Território Federal do Acre em Estado, elegeu-se para a Assembleia Estadual Constituinte – da qual também fiz parte –, participando, assim, da responsabilidade de institucionalizar o novo Estado, com a aprovação e promulgação da primeira Constituição estadual no dia 1º de março de 1963.

Na Assembleia Legislativa, Guilherme Zaire se destacou e chegou à sua presidência, pelo período de um ano, tendo desempenhado aquelas funções com austeridade e espírito público. Em 1966, disputou e venceu as eleições para um novo mandato, que cumpriu até o ano de 1970, quando concorreu à Câ-

mara dos Deputados. Infelizmente, não logrou sucesso nessa sua nova pretensão.

Guilherme Zaire era comerciante, seringalista, de pai sírio-libanês e mãe descendente de italianos. Sempre se destacou pelo dinamismo, pelas características de homem empreendedor, tendo sido presidente da associação comercial de seu Município. Sempre procurou trabalhar em equipe e em favor de sua categoria profissional no comércio e junto aos seringalistas.

Essas e muitas outras razões certamente virão justificar a proposta de reverenciar sua memória, na Casa do Parlamento que representa os Estados da Federação brasileira.

Por isso, neste requerimento, solicito que sejam inseridos nos Anais do Senado Federal sinceros votos de pêsames pela perda do grande acreano. E que sejam comunicadas, respectivamente, à família do saudoso Deputado Guilherme Zaire e à Assembleia Legislativa do Estado do Acre as nossas condolências por esse triste acontecimento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Em votação o Requerimento n.º 101, de 2001.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, aviso que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte

Aviso nº 145-GP/TCU

Em 7 de março de 2001

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Em atenção ao OF 281-11/2000, datado de 16 de outubro de 2000, por meio do qual essa Casa Legislativa encaminhou ao Tribunal de Contas da União diversos extratos noticiando fatos denunciados à CPI do Judiciário, e em atendimento ao item 8.2.1 da Decisão nº 1056/2000-TCU-Plenário, remetida ao Senado Federal por meio do Aviso nº 9102-SGS-TCU, de 11 de dezembro de 2000, encaminho a Vossa Excelência quadro resumo (Anexo I) dos fatos já apurados ou em apuração relativamente aos órgãos do Poder Judiciário Federal jurisdicionados a este Tribunal nos Estados de Rondônia, Piauí, Sergipe, Pará e Ceará.

Encaminho, ainda, cópias das Decisões até o momento proferidas pelo TCU nos casos em questão (Anexo II).

Atenciosamente, **Humberto Guimarães Souto** Presidente.

ANEXO I

QUADRO RESUMO

N.º DOC. NA CPI DO JUDICIÁRIO/FATO APONTADO	PROVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DO TCU
Carta 013648-99 - Acumulação irregular de cargos públicos por juíza classista.	Fatos apurados no TC n.º 013.564/1995-1. Decisão n.º 255/98-TCU-Plenário (cópia anexa), determinando a instauração de processo administrativo e a restituição de valores indevidamente recebidos.
Cartas 015094-99 e 015454-99 - Obra dos prédios do TRT da 14ª Região e de suas Varas do Trabalho.	Fatos apurados no TC n.º 425.110/1995-8, em fase de apreciação pelo Relator com vistas ao julgamento.
Carta 015460-99 - Contratação de filha e sobrinha da Juíza Presidente do TRT da 14ª Região.	Fatos apurados no TC n.º 008.403/2000-0, em fase de apreciação pelo Relator com vistas ao julgamento.
Carta 016564-99 - Aquisição irregular de terreno para construção dos prédios do TRT da 14ª Região e de suas Varas do Trabalho.	Fatos apurados no TC n.º 750.072/1996-2, que se encontra sobrestado aguardando decisão no TC n.º 425.110/1995-8.
Cartas 015026-99 e 017200-99 - Irregularidades em concurso público, recebimentos irregulares de diárias, nepotismo e irregularidades administrativas diversas no TRT da 14ª Região.	Constituído o TC n.º 001.047/2001-0 para apurar os fatos apontados, já em instrução na unidade técnica.
Irregularidade em processo de dispensa de licitação para aquisição de imóvel destinado a abrigar a sede do TRT da 22ª Região.	Fatos apurados no TC n.º 525.072/1995-0. O Tribunal, mediante Decisão n.º 589/97-TCU-Plenário (cópia anexa), ao conhecer de pedido de reexame, tornou insubsistente a Decisão n.º 070/96-TCU-Plenário (cópia anexa) e considerou regular a dispensa de licitação em questão.
Compra indevida de veículos de representação no TRT da 22ª Região.	Fato apurado no TC n.º 016.196/1994-5, resultando no Acórdão n.º 154/95-TCU-Plenário (cópia anexa), mediante o qual foi aplicada multa ao responsável, Dr. Jesus Fernandes de Oliveira, ex-presidente do TRT 22ª Região. Houve recurso ao qual se negou provimento pelo Acórdão n.º 148/97-TCU-Plenário (cópia anexa). Acrescente-se, por oportuno, que as contas do Juiz Jesus Fernandes de Oliveira relativas ao exercício de 1994 foram julgadas irregulares, mediante Acórdão n.º 108/99-TCU-Plenário (cópia anexa).
Doc. n.ºs 017159-99 e 016656-99 - Prática de nepotismo no TRT da 20ª Região e no TRF da 5ª Região.	Fatos apurados no TC n.º 015.549/1999-2, em fase de apreciação pelo Relator, e no TC n.º 003.705/1999-4, sobrestado, aguardando o deslinde do TC n.º 927.721/1998-8.
Diversas falhas e impropriedades na área de licitações e contratos no TRT da 20ª Região.	Fatos apurados no TC n.º 927.721/1998-8, resultando em Deliberação por Relação da 2ª Câmara, Sessão de 17/09/2000, com várias determinações ao órgão (cf. cópia de ofício anexa). Em 14/11/2000 o TRT interpôs recurso contra essa Deliberação.
Doc. n.º 014317-99 - Demun a de irregularidades	Fatos apurados no TC n.º 011.140/2000-0 (contas

na Tomada de Preços n.º 03/98 da DRT de Belém/PA.	da DRT/PA de 1999), em que o órgão de Controle Interno se posiciona pela regularidade do procedimento licitatório em questão. Processo ainda em instrução no TCU.
Superfaturamento do edifício-sede do TRT da 7ª Região.	Fatos apurados no TC n.º 275.435/1995-4, resultando na Decisão n.º 837/98-TCU-Plenário (cópia anexa), por meio da qual o Tribunal cita os responsáveis solidários a saber: Juíza Laís Maria Rossas Freire, Ubiratan Ferreira Lima, João Pontes Mota e Ana Elisabete Benevides, para recolherem a importância de R\$ 236.247,89 em decorrência de pagamentos feitos a maior quando da aquisição de três elevadores. No mesmo processo foi proferido o Acórdão n.º 182/1998-TCU-Plenário (cópia anexa), pelo qual foram condenados a Juíza Laís Maria Rossas Freire e o Sr. Ubiratan Ferreira Lima ao pagamento de multa de R\$ 5.000,00. O processo encontra-se em fase de recurso interposto pelos responsáveis.
Nepotismo no TRT da 7ª Região.	Fatos apurados no TC n.º 275.008/1994-0, resultando no Acórdão n.º 186/1999-TCU-2ª Câmara (cópia anexa), por meio do qual são feitas várias determinações ao TRT, atinentes a anulação de atos ilegais, ressarcimento de valores, afastamento de servidores, exortação à estrita observância de disposições legais sobre o tema e aplicação de multa ao Juiz José Ronald Cavalcante Soares. O processo encontra-se em fase de recurso interposto pelos responsáveis. Mais recentemente foi instaurado o TC n.º 013.584/2000-5, por meio do qual se apura denúncia relativa a preenchimento de cargos em comissão na Secretaria do TRT da 7ª Região.
Aposentadorias de Juízes Classistas no TRT da 7ª Região.	Será realizada auditoria específica sobre o assunto ainda neste 1º semestre de 2001.
Nomeação indevida de Luciana Dias Arrais, filha da ex-Diretora do TRT da 7ª Região, Sra. Dolores Dias.	Fatos apurados no TC n.º 275.005/1994-1, resultando na deliberação proferida na Relação n.º 27/98 (Ata n.º 10/98), por meio da qual o Tribunal decidiu arquivar os autos tendo em vista Acórdão do TRF da 5ª Região que considerou legais os atos de nomeação de Luciana Dias Arrais e Cristiane Tavares Aguiar, aprovadas em concurso realizado pelo TRT da 19ª Região (Apelação Cível n.º 73565-CE, julgado em 26/10/95).

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – O aviso lido vai à publicação e será anexado ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 004/2001 – P.J.P.E
Ref. Of. 281-11/2000-PRES
datado de 9-11-2000

Presidente Epitácio, 19 de fevereiro de 2001

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência no sentido de solicitar-lhe maiores informações, que devem ser corroboradas pela documentação pertinente, relacionadas com a notícia veiculada através do Ofício 281-11/2000-PRES, datado de 9 de outubro de 2000, expedido por essa Presidência, tendo em vista a prática, em tese, de supostas irregularidades em Concurso promovido para o provimento de cargo de Oficial de Justiça, realizado em meados do ano de 1991.

A solicitação dos referidos documentos tem como objetivo a instauração do procedimento que se mostrar adequado, visando apurar-se a pertinência das eventuais irregularidades.

Sem mais para o presente momento, apresento-lhe minhas cordiais saudações. – **Leonardo Augusto Gonçalves**, Promotor de Justiça Substituto.

Senado Federal.

À Publicação.

Junte-se ao processado do Requerimento nº 118/99.

Em 19 de março de 2001. – **Edson Lobão.**

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE LIMEIRA

Rua Boa Morte, nº 661
Limeira – SP – CEP 13.480-181

Ofício nº 60/01-6ª PJ-LIM
Ref: Peça de Informação nº 01/01

Limeira, 23 de fevereiro de 2001

Ao

Excelentíssimo Senhor

Senador Jader Barbalho

DD. Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente do Senado Federal:

Tendo em vista o recebimento do ofício nº 281-1112000 – PRES, venho pelo presente solicitar a

Vossa Excelência o envio de cópias da documentação que denuncia cartórios desta cidade de Limeira, questão essa, segundo consta, abordada na CPI do Judiciário.

Sem mais para o momento, aproveito o ensejo para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração. – **Luiz Alberto Segalla Bevilacqua**, Promotor de Justiça.

À Publicação.

Junte-se ao processado do
Requerimento nº 118/99
Em, 19-3-2000

Edson Lobão.

Of. nº 017-GD/2001

Brasília, 7 de março de 2001

Ao Excelentíssimo Senhor

Jader Barbalho

Presidente do Senado

Nesta

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, sirvo-me do presente para solicitar de Vossa Excelência, cópia da denúncia feita pelo Sr. Wilson Secalli contra a empresa Frigorífico Santa Maria Ltda., junto à CPI do Judiciário desta Casa, protocolada sob o nº 016903-99 – RI 118/99, a qual foi enviada ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para que este tornasse as providências cabíveis. Solicito ainda resposta do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas sobre as providências por ele adotadas.

Na certeza de sua valiosa atenção, despeço-me.

Atenciosamente, **Vanessa Grazziotin**, Deputada Federal – PCdoB/AM.

À Publicação.

Junte-se ao processado do
Requerimento nº 118/99
Em, 19-3-2001

Edson Lobão.

Of GP 313/2001

Brasília, 8 de março de 2001

A Sua Excelência o Senhor

Senador Jader Barbalho

DD. Presidente do Senado Federal

Brasília – DF

Senhor Presidente,

Tendo em vista o Ofício 281-2/2000.PRES., de 11 de outubro p. passado, dessa Presidência, solicito a V. Exª a fineza de autorizar a remessa ao Supremo

Tribunal Federal de cópias das representações e dos documentos que as instruem, protocolados sob os números referidos no ofício acima indicado, cuja cópia está anexa.

A presente solicitação é feita em face do contido no mencionado ofício, no sentido de que a apreciação dos citados documentos "foi julgada da competência" do Supremo Tribunal Federal.

Reafirmo a Vossa Excelência protestos da mais alta estima e consideração.

Ministro **Carlos Velloso**, Presidente.

À Publicação

Junte-se ao processado do

Requerimento nº 118/99

Em, 19-3-2001.

Edson Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão anexados ao processado do Requerimento nº 118, de 1999.

Os documentos solicitados já foram encaminhados às autoridades requerentes.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Há lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ricardo Santos, por vinte minutos.

O SR. RICARDO SANTOS (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a reforma tributária voltou a ser lembrada na abertura do ano de 2001. Ressurgem as manifestações que clamam pela urgência da medida, dessa feita sob a liderança do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, inserida, como se sabe, entre as prioridades da agenda do Governo para o biênio 2001-2002, divulgadas recentemente.

O projeto de emenda constitucional, de iniciativa do Poder Executivo, conhecido como PEC nº 175, com os seus sucessivos substitutivos, já completa quase seis anos de discussão, a despeito da prioridade da reforma tributária e da aparente unanimidade sobre a questão. Afinal, todos são a favor de uma reforma tributária. Entretanto, o histórico da tramitação da Emenda é revelador da complexidade do tema e dos interesses por ele despertados.

A discussão contemporânea em torno das mudanças do sistema tributário nacional e as propostas encaminhadas para sua alteração têm sido focadas na reestruturação dos tributos sobre o consumo, mantendo fora do âmbito da discussão a exploração

mais abrangente da base de tributação sobre a renda e o patrimônio.

Os aspectos deletérios da atual estrutura e práticas fiscais do País podem ser assim sumariados:

a) Nossa estrutura tributária distribui-se de forma bastante desigual, alcançando desproporcionalmente os assalariados e os brasileiros de menor renda;

b) Desde 1970, foram reintroduzidos impostos em cascata, aumentaram-se as alíquotas dos impostos tradicionais, criaram-se novos impostos sobre a mesma base tributária e passou-se a explorar bases tributárias heterodoxas, como as operações financeiras. Uma das consequências deste processo foi o agravamento das distorções do sistema, com o aumento da sonegação e da elisão fiscais, o que, por seu turno, exigiu novos casuísmos para preservar a extração fiscal preexistente;

c) A ampliação do número de impostos e contribuições e a constante mudança na legislação transformaram o ato de lançar e pagar impostos numa operação complexa e custosa. Daí ter-se observado uma redução na eficiência da fiscalização, sobretudo federal, e uma elevação do custo para o atendimento das obrigações fiscais no setor privado. Esses ingredientes, por sua vez, produziram o aumento das práticas do planejamento fiscal e da sonegação;

d) Os índices de cobertura dos impostos no Brasil (relação entre a base efetivamente tributada e a potencial) são muito baixos. Estimativas indicam que ele se situa próximo dos 40% para o IR, IPI e ICMS e de 14% para o Imposto Territorial Rural (ITR);

e) Os impostos em cascata (COFINS e PIS) alcançam todas as transações ao longo da cadeia produtiva, cumulativamente, impactando diferentemente setores, produtos ou atividades econômicas, favorecendo, artificialmente, a integração vertical e onerando, de modo gravoso, as nossas exportações.

Obviamente, o que se deseja numa reforma é construir um arcabouço tributário que elimine ou iniba as diversas distorções acima apontadas. Por essa razão, e já por uma década, a revisão tributária tem sido objeto de atenção do Congresso, da classe empresarial e dos demais segmentos da sociedade.

Existem algumas questões relevantes a serem aprofundadas acerca do posicionamento oficial sobre a questão tributária brasileira, desde o envio da Proposta de Emenda Constitucional nº 175 ao Congresso, em agosto de 1995.

Primeiramente, o Governo Federal tem defendido a tese, em diversas ocasiões, de que o objetivo maior da reforma tributária resume-se na necessida-

de de racionalizar a tributação sobre o consumo no País. O Executivo parece acreditar que esse resultado será alcançado com a redução do número de incidências, eliminando brechas ou vazamentos de receitas, possivelmente reduzindo alíquotas, mas sempre preservando o nível da arrecadação alcançado com os vários tributos envolvidos, sejam federais, estaduais ou municipais.

Praticamos níveis exagerados de tributação sobre o consumo —metade da extração fiscal brasileira tem origem em impostos e contribuições sobre vendas, cumulativos ou não—, o que, com graves implicações distributivas, traz como consequência ainda a perda de funcionalidade do próprio sistema tributário e culmina no incentivo à sonegação desses mesmos impostos e contribuições.

Consideramos também relevante para o adequado encaminhamento o fato de que não se deve oferecer à sociedade um tipo de opção tudo ou nada, ou seja, que restrinja a escolha a duas situações extremas: manter a regra atual ou partir para o “ideal tributário”. Necessitamos avançar na eliminação de distorções evidentes e contribuir para o alcance do ideal a médio e longo prazos.

Reescrever de uma única penada um código tributário não tem precedentes em ambiente democrático, nem no Brasil nem no exterior. Trata-se de uma sistemática que desconhece a natureza normalmente evolutiva das instituições públicas e, em particular, dos sistemas tributários.

O conceito de estrutura ideal é sempre discutível. Entretanto, o resultado de debate recente e a observação da própria experiência internacional apontam na direção que acreditamos ser recomendável aceitar como diretrizes gerais para uma reforma tributária no Brasil:

a) A necessidade de redução do número de impostos e contribuições sobre o consumo, bem como do nível de arrecadação desses gravames. Nesse sentido, os impostos sobre o consumo — ICMS, IPI, ISS, PIS e Cofins — deveriam ser reduzidos a dois apenas: um imposto sobre valor adicionado em nível estadual e um imposto seletivo sobre o consumo, de âmbito federal. As contribuições PIS e Cofins deveriam ser eliminadas gradativamente, com a elevação da arrecadação do Imposto sobre a Renda.

b) A elevação da arrecadação do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, mediante o aumento do número de contribuintes, do alcance mais efetivo da renda do capital e da ampliação da base do imposto.

Estamos, obviamente, falando de uma maior participação dos rendimentos provenientes do capital ou dos segmentos mais abastados da sociedade na composição da receita do Imposto de Renda, podendo-se, com isso, reduzir gradativamente a carga tributária média sobre os mais pobres e sobre os assalariados, por meio da menor incidência do imposto sobre o consumo e do próprio Imposto de Renda sobre os assalariados, que hoje respondem pela sua maior parcela de arrecadação.

O Brasil, que já possui uma extração fiscal de primeiro mundo, deveria mirar-se naqueles países, transformando o Imposto sobre a Renda em sua mais importante fonte de arrecadação (nos países da OCDE, por exemplo, o imposto de renda responde por 40% da extração fiscal média, enquanto no Brasil é pouco superior a 10%).

c) A relação custo-benefício do setor público brasileiro necessita ser melhorada com urgência. A extração fiscal em nosso País é expressiva, sem uma contraprestação compatível de serviços públicos. Juntamente com a questão educacional, esse desequilíbrio em muito tem contribuído para reduzir a produtividade e a competitividade da economia brasileira.

d) A reforma tributária deverá assegurar a redução das disparidades intra e inter-regionais da receita pública, preservando o equilíbrio da Federação.

É interessante observar que o que consideramos da mais alta relevância no contexto de uma reforma tributária, qual seja, maior ênfase na tributação direta, vis-à-vis tributação indireta, em sentido estrito, não exige nenhuma mudança na Constituição. Basta uma legislação ordinária que viabilize uma cobrança efetiva do imposto sobre a renda acompanhada da redução ou zerragem das alíquotas dos impostos em cascata.

Esse fato reforça a idéia de que a reforma poderia ser realizada de maneira mais gradativa, eliminando as principais distorções mais evidentes, conforme já afirmamos, e aproximando-se, a médio prazo, de um sistema tributário mais racional — com menor número de tributos, mais justo socialmente — com menor carga tributária sobre os assalariados e os mais pobres, e menos oneroso para o sistema produtivo — viabilizando a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) — Concedo a palavra ao Senador Bello Parga para uma comunicação inadiável, na forma do art. 14 do Regimento Interno.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupei a tribuna na última sessão para protestar veementemente contra as conclusões de um relatório de um grupo especial para apurar irregularidades no âmbito da Sudam, determinado pelo Ministro da Integração Nacional.

Sr. Presidente, ditas as conclusões, apontou ainda para a responsabilização, a par do corpo técnico da Sudam, dos membros do Conselho Deliberativo daquela autarquia – Governadores e Ministros de Estado –, como se fosse possível responsabilizá-los pela análise microeconômica que deve ser feita por aquele corpo técnico, cabendo aos Conselheiros, aos Governadores e aos Ministros de Estados pronunciar-se apenas sobre as conclusões do corpo que produziu a análise.

Manifestei, portanto, a minha inconformidade, representando a inconformidade do meu Partido nesta Casa e no Maranhão, e também a dos representantes das classes produtoras do Maranhão, que já se manifestaram nesse sentido.

Neste momento, para complementar aquela comunicação inadiável, faço tal pronunciamento para trazer ao conhecimento da Casa e da Nação a resposta da Governadora Roseana Sarney sobre o assunto, divulgada em uma nota oficial do Governo do Estado que passo a ler:

A propósito de reportagem publicada pelo Jornal do Brasil, em sua edição de hoje – sexta-feira –, sob o título “Projeto suspenso da Sudam teve o aval de governadores”, a Governadora Roseana Sarney fez, nesta data, a seguinte declaração:

“Apóio, incentivo e ajuda qualquer projeto de desenvolvimento que, atendendo às exigências legais e às normas em vigor, de-seje instalar-se no Maranhão para aqui gerar empregos e renda. Com a mesma determinação, denuncio, condeno e punirei qualquer empresa que não se conduza bem.

Para satisfação dos maranhenses, o Maranhão é reconhecido em todo o País pela seriedade, transparência e eficiência do seu governo – o que o torna um Estado competitivo em termos de atração em investimentos produtivos.

O projeto da Usimar foi aprovado pelo Conselho Deliberativo porque a análise técnica da Sudam considerou-o correto. Não seria a Governadora do Maranhão, um dos

vinte membros do Conselho, quem iria votar contra o seu Estado.

O Ministério da Integração Nacional deveria responsabilizar os empresários que fraudaram projetos e os funcionários que porventura tenham facilitado as irregularidades, e não distribuir notícias equivocadas sobre os que aprovaram o projeto num órgão colegiado, em que o mesmo foi apresentado como correto e viável”.

Essa foi a nota oficial do Governo do Estado, divulgada pelo Dr. Antonio Carlos Lima, Chefe de Comunicação Social, e que reproduz exatamente as palavras da Governadora e o pensamento oficial do Governo do Estado do Maranhão.

Assim sendo, Sr. Presidente, creio que caberia agora ao Ministério da Integração Nacional rever sua posição, exatamente sendo rigoroso na apuração das irregularidades, encaminhando os verdadeiros responsáveis pela aprovação do projeto, a exemplo do Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, agradeço por haver me concedido a palavra para esta comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Hartung, por 20 minutos.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar propriamente em meu pronunciamento, comunico ao Plenário da Casa que dei entrada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura de um requerimento propondo uma reunião conjunta das duas Comissões, para que o Presidente da Petrobras possa vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre os sucessivos acidentes envolvendo aquela empresa, em especial esse último, o da plataforma P-36.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nenhuma autoridade deste País será surpreendida se a qualquer momento começarem a ocorrer blecautes e apagões em regiões ou áreas isoladas. Não é novidade para nenhum de nós que uma das razões de um eventual racionamento de energia elétrica será a falta de uma política federal que dê conta da dimensão do problema. Falo de medidas que sejam capazes de criar um ambiente favorável ao aporte de investimentos em um setor que, nos últimos anos, só perdeu espaço na ordem de prioridades dos sucessivos governos.

Retrato da iminente situação a que o País está sujeito é o apagão ocorrido no início da noite do último dia sete, nos Estados do Pará, Maranhão e Tocan-

tins, quando cerca de 3,5 milhões de pessoas ficaram às escuras.

São claras as deficiências do nosso sistema elétrico e também a falta de investimentos para a expansão e modernização desses serviços. Esse estado crítico só existe porque a ampliação da capacidade geradora de energia tem sido insuficiente para acompanhar o aumento da demanda. Assim, o descompasso entre o consumo e a oferta de energia só tende a aumentar.

Um fato de dimensões maiores do que o ocorrido nos três Estados que acabei de citar, Sr. Presidente, provocaria prejuízos incalculáveis não apenas ao cidadão no seu dia-a-dia, mas a todos que dependem de energia elétrica para produzir, seja a indústria, o comércio, a agricultura, a pecuária, serviços e até em questões essenciais da vida do nosso povo, como em hospitais, em escolas, e por aí afora.

Os reservatórios das áreas Sul, Sudeste e Centro-Oeste estão com 38% da sua capacidade, ou seja, quase metade dos 59% registrados em março de 2000. Especialistas do setor têm afirmado que se até o fim de abril, quando se encerra o período das chuvas, o nível não estiver nesse percentual, serão inevitáveis medidas de racionamento.

O Presidente da República substituiu o Ministro de Minas e Energia. Creio que uma das primeiras missões do novo titular da Pasta, o nosso Colega de Pernambuco, Senador José Jorge, é vir à Comissão de Assuntos Econômicos – nesse sentido apresentei requerimento na Comissão – para prestar esclarecimentos sobre o risco de racionamento no setor e procurar tranquilizar o País relatando as providências que estão sendo tomadas pelo Governo.

Auspicioso é que as discussões em torno desse tema começam a ganhar o País. Aqui mesmo neste plenário, alguns dos Srs. Senadores apresentaram, na semana passada, informações e opiniões que podem ser muito úteis ao debate.

As recentes declarações de técnicos da Aneel e de autoridades de setores afins, dando conta do risco de desabastecimento e da iminente necessidade de racionamento, caso não chova em abundância nos próximos dias, deixam evidente que estamos diante de um problema criado pela negligência do homem, cuja solução imediata está nas mãos da mãe natureza. É preciso fique claro que o problema do setor não é só a falta de chuvas, mas a falta de investimentos na geração e transmissão de energia.

O Governo, Sr. Presidente, precisa explicar ao País por que os gastos com a expansão da oferta de energia despencaram nos últimos treze anos. No ano

de 1987, foram investidos no setor algo em torno de R\$16 bilhões. No ano passado, não passaram de R\$3 bilhões, enquanto no mesmo período, houve um crescimento do consumo nacional da ordem de 5% ao ano, ou seja, nos últimos dez anos, houve um crescimento de 50% do consumo nesse setor.

Duas publicações abordaram o assunto com muita propriedade nos últimos dias. As revistas *Carta Capital* e *República*, esta última editada pelo site Primeira Leitura – e recomendo tais leituras –, trazem opiniões e estudos sobre o setor e traçam um quadro sombrio para um futuro próximo, concluindo que, se não fossem a generosidade de São Pedro e a eficiência da Hidrelétrica de Itaipu, já estaríamos em pleno racionamento desde o ano passado.

Estamos diante de uma sucessão de erros políticos deste e de governos passados. O primeiro deles foi o corte nas despesas das estatais do setor e nos programas sociais, de forma a cumprir o ajuste fiscal acertado com o Fundo Monetário Internacional sem levar em conta as conseqüências dessa decisão.

Outro, foi o impasse ocorrido na abertura do processo de privatização das empresas de energia quando se iniciou a venda das distribuidoras, num período em que havia dinheiro em abundância na economia mundial. O problema é que esses mesmos recursos escassearam em seguida, reduzindo o interesse dos investidores internacionais pelo setor. Exemplo vivo dessa marcha de esvaziamento foi a fracassada tentativa de privatização da Cesp-Paraná, no fim do ano passado.

O Brasil exige ser pensado de uma forma consciente e pede uma nova agenda de ações para o setor de energia. O meu partido se pronunciará nos próximos dias em relação a essa questão. Os primeiros passos são a suspensão do programa nacional de privatização das empresas de energia, inclusive de Furnas, Eletronorte e Chesf, e o direcionamento dos investimentos públicos e privados para o incremento da produção e ampliação da área de distribuição de energia elétrica no nosso País.

Não creio que a decisão do Presidente da República de elevar o tom em torno do assunto, anunciando a venda de Furnas, seja suficiente para acomodar todos os descontentes e abrir caminho para a privatização da estatal nos próximos meses. Ao contrário, Sua Excelência reacendeu a polêmica num cenário político extremamente conturbado como o que estamos vivendo. Os recursos existentes, públicos e privados, repito, deveriam ser direcionados para as novas geradoras e para a ampliação da distribuição.

Sr. Presidente, é bom que se diga, para que tenhamos uma reflexão completa desse setor, que pratica-se no País uma das mais caras tarifas de energia do mundo. Em fevereiro, a Aneel autorizou reajustes tarifários para as 12 concessionárias entre 13% e 18%, enquanto que a inflação medida pelo IPCA, no ano passado, ficou em 5,97%. Treze por cento a dezoto por cento de reajuste das tarifas de energia, contra uma variação de 5,97%! Mas não ficará só nisso. A própria Aneel já antecipou que até 2003 as tarifas do setor subirão sempre acima da inflação por força de contrato entre as concessionárias e o Governo.

Essa política, aliás, vem de longe. Em nome da privatização do setor, o Governo tem autorizado aumentos acima da inflação desde 1994. Para se ter uma idéia, durante o Plano Real, as tarifas de energia aumentaram 151,77%, contra uma inflação média, medida pelo IPC da FIPE, da ordem de 88,09%. Repito: o aumento da tarifa da ordem de 151,77% contra uma inflação de 88,09%. Mas não foi só o setor de energia que repassou ao consumidor os generosos aumentos autorizados pelo Governo. Ainda durante o Plano Real, as tarifas de telefonia subiram 343%, o gás de cozinha, 273%, e os remédios, 115%.

Decisões dessa natureza revelam um modelo de contrato de concessão que comporta todo tipo de desvirtuamento. São acordos aprovados no âmbito do Conselho Nacional de Desestatização em 1995, antes porém de a Aneel ter iniciado suas atividades, de ela existir.

Ainda que não bastassem as distorções no aumento das tarifas, não há dúvidas de que uma eventual necessidade de racionamento de energia no País lançaria o preço desse serviço a patamares estratosféricos, a exemplo do que ocorreu em janeiro no Estado da Califórnia, nos Estados Unidos – penso que esse fato tem que servir de lição e aprendizado para todos nós. Antes do blecaute naquele Estado americano, o cidadão local pagava US\$42.00 por megawatt/hora. Com o desabastecimento, passou a desembolsar US\$ 180.00, ou seja, acabou sendo chamado compulsoriamente a pagar a conta.

Fatos como esses dão a dimensão a que estamos sujeitos se o Brasil tiver que enfrentar uma crise maior no setor. Tomemos o caso do Rio de Janeiro, onde a Light cobra, em média, US\$95.00 por megawatt/hora. Quanto cobraria dos consumidores se vivêssemos uma situação semelhante à da Califórnia?

Temos, Sr. Presidente, que buscar caminhos para o setor.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – V. Exª me concede um aparte, Senador Paulo Hartung?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Antes de entrar na parte propositiva do meu pronunciamento, concedo, com muita satisfação, um aparte ao Senador Romero Jucá, para depois me estender um pouco nas propostas.

O Sr. Romero Jucá (PSDB – RR) – Senador Paulo Hartung, será um rápido aparte. Em primeiro lugar, felicito V. Exª pela escolha do tema, que, sem dúvida nenhuma, demonstra a grande preocupação de V. Exª com um assunto tão atual. Tanto a Eletrobrás como a OMS têm alertado para essa situação e se preparado para um possível racionamento. Como V. Exª bem mencionou, a demanda cresceu mais que a oferta e não houve investimentos necessários; não se agilizou, por exemplo, a implantação das termoeletricas a gás anunciada pelo Governo. Consequentemente, instalou-se um quadro preocupante, que nos remete à criatividade na busca de saídas emergenciais. Neste aspecto, ressalto a plena confiança no novo Ministro de Minas e Energia, Senador José Jorge, que conheço bem. Tenho certeza de que S. Exª será capaz de montar, em curto espaço de tempo, uma equação que possibilite a rediscussão da privatização, para buscarmos o caminho de um processo de privatização confiável e participativo. Quanto a isso, o PSDB tem defendido alguns modelos que estão na ordem do dia. Sem dúvida nenhuma, como bem disse V. Exª, o Governo tem que fazer um esforço, chamar a iniciativa privada e fazer uma parceria emergencial para sairmos dessa situação que, na verdade, ameçanta o processo de crescimento econômico do País e o bem-estar da sociedade. Parabenizo V. Exª pelo discurso e registro que em muito boa hora V. Exª anunciou que convidará o Senador José Jorge a comparecer à Comissão de Assuntos Econômicos para que tenhamos condições de discutir esse cenário e verificar de que forma o Ministério das Minas e Energia, a Eletrobras, a OMS, enfim, todos os agentes estão atuando para minorar essa dificuldade que faz parte de uma conjuntura há muito presente no País. Portanto, essa questão quase deixa de ser conjuntural para se tornar estrutural, motivo por que temos que tomar decisões definitivas. Meus parabéns pelo pronunciamento.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Muito obrigado, Senador Romero Jucá. Acolho e incorporo o aparte de V. Exª ao meu pronunciamento com muita satisfação.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Paulo Hartung, V. Ex^a sabe que sempre que o vejo nessa tribuna fico antenado porque sei que trará ao plenário um assunto sério. V. Ex^a é um estudioso e aborda assuntos com a responsabilidade que lhe é peculiar, e todos eles são de interesse nacional. O tema de hoje, como sói acontecer, é de grande relevância. Realmente o quadro é assustador, não só pelas reportagens que temos lido, como pelas informações que temos cada um de nós aqui no Senado. Quero até dizer a V. Ex^a que essas preocupações remontam a mais de 50 anos. Cito esse tempo e explico por quê: eu quando cheguei ao meu Estado, recém-formado, iniciava-se a construção do maior conjunto hidrelétrico do Continente, respectivamente as usinas de Jupiá e de Ilha Solteira no rio Paraná, as duas juntas com capacidade para 4,6 milhões de quilowatts-força, e nós todos nos ufanávamos e nos orgulhávamos pelo fato de que, construídas as usinas de Jupiá e de Ilha Solteira, estava resolvido o problema de energia elétrica em nosso País, era o canto da época que ecoava em nossos ouvidos. Pois bem, foram inauguradas as usinas, mas a preocupação continua. Como V. Ex^a fala, a mãe natureza é muito generosa conosco, senão uma parte do território estaria às escuras e com grande prejuízo para o bem-estar social das pessoas e para a economia do nosso País. Com Itaipu vieram outras esperanças, mas o assunto está ainda a merecer nossa preocupação, exigindo, portanto, vontade política muito séria, a busca de fontes alternativas; a busca até da nossa imaginação criadora. E este País, que às vezes pensa nas grandes obras, poderia aproveitar as inúmeras quedas d'água que poderiam atender a demanda – como está no pronunciamento, eu sei, de V. Ex^a. Em meu Estado, por exemplo, há muitas quedas d'água capazes de gerar energia elétrica, sem falar na expectativas que temos. Essa luta pelo gás boliviano é secular e está se concretizando agora. Três termoelétricas estão previstas em meu Estado: uma para Corumbá, outra para Campo Grande e para a minha cidade natal, Três Lagoas, e, mesmo assim, estamos assustados. Portanto, providências devem ser urgentes e estudos, sérios. Tenho certeza de que o pronunciamento de V. Ex^a é o desta Casa, tão valioso ele é, para dizer que o Senado da República acompanha atentamente esses assuntos de relevância para o nosso País. E essa

imensidão do território brasileiro, que é suficiente desde que haja uma política racional dirigida para o setor – e isso seja considerado prioritário – como acredito que deva ser, tenho certeza que logo vamos viver sem esse fantasma do medo da escuridão, que pode abalar as famílias e a economia do País. Finalmente – sei que estou tomando um pouco o tempo de V. Ex^a –, lembro que até o País mais avançado do mundo, os Estados Unidos da América, agora, em uma das suas mais promissoras regiões, estão lançando mão de todas as maneiras, porque lá também há carência de energia elétrica, pelo menos, aquela grande região dos Estados Unidos. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Acolho o aparte de V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ricardo Santos (PSDB – ES) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Queria consultar o Presidente se poderia conceder um aparte ao Senador Ricardo Santos, porque V. Ex^a já sinalizou o término do meu tempo e ainda preciso concluir as propostas.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – A Mesa concordará com o requerimento de V. Ex^a, mas pede que abrevie, no que puder, o seu pronunciamento, porque já ultrapassamos o tempo. Muito obrigado.

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Obrigado. Concedo o aparte ao Senador Ricardo Santos, com satisfação.

O Sr. Ricardo Santos (PSDB – ES) – Senador Paulo Hartung, acompanho com muito atenção o pronunciamento de V. Ex^a, pela oportunidade e profundidade e gostaria apenas de acrescentar que a mudança de titular e, certamente, de orientação do Ministério de Minas e Energia deverá colocar em pauta, novamente, os dilemas que cercam o programa prioritário de termoelétrica que foi lançado pelo Governo Federal há quase dois anos e que, como todos sabem, caminha dentro de um cronograma que não atende às necessidades do País. Esse programa prioritário de termoelétrica tem alguns problemas, sendo que o principal é o ligado à definição do preço do gás, que não considera as condições locais e competitivas daqueles Estados que possuem jazidas ou estão próximos a jazidas, como é o caso do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, que poderiam, por exemplo, contemplar o apoio e a implantação de termoelétricas com preços muito mais competitivos para o setor industrial, residencial e comercial. Em segundo lugar, alguns projetos como, por exemplo, o de potencializa-

ção da linha que liga Itaipu ao Sudeste poderia ser acelerado, fazendo com que pudéssemos amenizar ou mesmo evitar esse racionamento anunciado. Como todos sabem, a potencialização da linha vai fazer com que a capacidade de transmissão de energia de Itaipu para o Sudeste venha a aumentar. Será de fundamental importância que Furnas, responsável por essa transmissão, acelere essas obras, visando evitar o indesejável racionamento de energia, com grandes prejuízos para o crescimento do País. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. PAULO HARTUNG (Bloco/PPS – ES) – Muito obrigado, Senador Ricardo Santos. Acolho, com satisfação, o aparte de V. Ex^a, que introduz dois aspectos, um dos quais consta das propostas a que farei alusão no final do meu discurso. Reitero que propus a vinda do Ministro recém-empossado a esta Casa, bem como a suspensão do Programa de Privatização desse setor.

Concluindo o meu pronunciamento, Sr. Presidente, saliento que temos que buscar caminhos para o setor. O primeiro deles, na minha opinião, é a construção de miniusinas de até 40 megawatts para incrementar a produção de energia elétrica no País. Outro é acelerar, por intermédio da Eletrobras e concessão a empresas privadas, a interligação entre essas novas fontes geradoras e as malhas de distribuição nos centros de consumo, com a criação de um sistema capilar de transmissão.

Pode, Sr. Presidente, também efetuar estudos sobre a criação da conta eletricidade, nos moldes da conta petróleo, e de outros contratos de partilhamento de risco cambial que permitam investimentos para a construção de usinas termoeletricas que teriam uma espécie de um papel regulador no sistema. Essas usinas socorreriam as hidrelétricas no momento de pico e entrariam em uma certa hibernação na época das cheias dos lagos das grandes hidroelétricas.

Aqui, Sr. Presidente, cabe um parêntese para lembrar inclusive, que está emperrado o programa de Governo de construção de 55 termoeletricas a gás – o Senador Ricardo Santos falou um pouco sobre isso. É bom dizer isso aqui com todas as letras.

Outro caminho para o Governo é rever o programa de desregulamentação e liberação de preços do setor. Essa revisão é fundamental porque os contratos de distribuição de energia elétrica no Brasil têm a cláusula que autoriza repassar ao consumidor o aumento do custo das usinas geradoras, como citei no meu pronunciamento.

Todas essas propostas, Sr. Presidente, foram devidamente analisadas na última sessão da revista **República**, cuja leitura eu sugeriria, e sua adoção traria alento ao cidadão já que representaria uma retomada de decisões do Governo num setor que há anos amarga a falta de uma política efetiva, pois a lógica que prevaleceu nesse período foi a de priorizar o superávit fiscal.

O Executivo, Sr. Presidente, precisa fazer uma autócrítica sobre todas as suas ações na área de energia elétrica nos últimos anos e corrigir rumos antes que o pior aconteça. Não é o caso de fomentar aquela velha discussão, ultrapassada, entre a empresa pública e privada. Não é isso que estou propondo no meu pronunciamento e quero deixar isso muito claro.

Estima-se que, nos próximos dez anos, serão necessários investimentos da ordem de R\$8 bilhões para que não falte energia nem rede de transmissão e distribuição no País. Embora sejam esses os recursos previstos pelo Ministério de Minas e Energia para cumprir o planejamento da recuperação da capacidade do setor, o mais preocupante é que não há garantias de que os recursos aparecerão a tempo de evitar essa crise maior.

É hora de o Governo apresentar à sociedade um modelo capaz de dar respostas rápidas às necessidades criadas para o que espero que seja um longo período de crescimento, que todos desejamos. Tal programa deve considerar as características de um país de dimensões continentais que revela restrições consideráveis em sua estrutura microeconômica, sobretudo nos mercados de crédito de longo prazo e de capitais, como, tantas vezes, já falei nesta tribuna.

O país, que enfrenta em seu cotidiano problemas com segurança pública, saneamento básico e transportes públicos, vê agora crescer o risco de racionamento de energia. O pior é que isso pode ocorrer num setor que não tem feito outra coisa a não ser repassar tarifas aos cidadãos, sem que isso signifique a garantia da qualidade do serviço e do bem-estar social.

Sr. Presidente, agradeço-lhe a tolerância para que pudéssemos ter a participação de mais Senadores no debate desta matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) – Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior.

S. Ex^a dispõe de vinte minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há pouco mais de dez anos, no dia 11 de setembro de 1990, o Presidente da República sancio-

nou a Lei nº 8.078, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”.

Esse instrumento revolucionário teve sua vigência marcada para 11 de março do ano seguinte quando efetivamente passou a ser aplicada.

O Código de Defesa do Consumidor foi uma autêntica revolução nos costumes, nas relações de comércio e prestação de serviços, afetando todas as transações como nunca se vira antes. Cobriu desde as singelas operações de compra e venda no pequeno varejo até os grandes negócios protagonizados por macroempresas e interesses do mesmo porte.

O alcance registrado poderia ser previsto por todos que lessem o texto legal então sancionado cujo art. 1º já preconizava:

“Art. 1º. O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor de ordem pública e interesse social.”

Sim, porque a compra de bens e serviços é o primeiro passo para poder viver na moderna sociedade.

O povo costuma afirmar quando enfrenta sacrifícios e consegue resolver problemas “antes tarde do que nunca”. Isso se aplica, com perfeição, ao Código de Defesa do Consumidor, que rapidamente passou a ser uma referência concreta para o cidadão exigir direitos e não se deixar iludir por propaganda enganosa ou manobras diversionistas. Como admitem até mesmo os eternos céticos, essa foi uma lei que “pegou” – em grande parte pela perfeita sintonia registrada entre as aspirações sociais e o trabalho dos legisladores.

Os cidadãos, que sempre foram o lado mais frágil nas relações de consumo e de serviços, investiram-se de prerrogativas e passaram a exigir respeito nas compras e nos contratos que assumiram. Isoladamente ou integrados em alguma das diversas associações de consumidores, entrosaram-se com organismos como Procon, ONG, Ministério Público e até mesmo a OAB.

As empresas, por seu turno, também assumiram responsabilidades, criando, desenvolvendo e prestigiando seus serviços de assistência ao consumidor.

Foi com imensa satisfação que participei, na última quinta-feira, de um debate promovido pela TV Senado, ao lado do Chefe do Departamento de Proteção do Direito do Consumidor Brasileiro do Ministério da Justiça e do repórter Beto Almeida da própria emissora desta Casa.

Quero enfatizar, em primeiro lugar, os cumprimentos ao govern paladino da sociedade, Roberto Freitas, cujos argumentos, sólidos e simples, revestiram-se de uma força que só a solidez e a simplicidade podem propiciar.

Afinal, nas lides parlamentares aprendemos que argumentações hiperbólicas e linguagem empolada escondem a inconsistência de seus autores. Naquele programa, ficou-nos a certeza de que muito mais ainda está por ser feito, na sistematização legal da defesa do consumidor brasileiro.

Mas trocamos idéias e experiências sobre o que já se fez nessa década. Com a certeza de que o Código, mesmo sendo prioritariamente uma arma nas mãos dos contratantes, é também um instrumento de defesa dos fornecedores e contratados em geral, pois ali estão os direitos e deveres de ambos os lados, o ponto de partida para a solução de qualquer problema superveniente.

Quero, em primeiro lugar, oferecer destaque ao lado menos mencionado das inovações implantadas pelo Código de Defesa do Consumidor: os benefícios prestados às empresas industriais, comerciais, representativas e prestadoras de serviços.

A simples existência de regras claras e expresas para a sua atuação as levou a otimizar estruturas, definir padrões de produção, transporte, distribuição e venda; criou a consciência jurídica de seu papel na sociedade; implantou uma promissora e sadia competição; acima de tudo, modernizou todo o sistema mercantil e fabril do País.

Quem enriquecia à custa do lucro abusivo, da fraude, da burla e da mentira, perdeu espaços e enfrentou sérios problemas na Justiça e na concorrência com empresas do mesmo ramo; a vigilância do consumidor se firmou como um divisor de águas, condenando os maus empresários e suas práticas deletérias – enquanto privilegia quem, além de praticar preços decentes, oferece produtos e serviços de boa qualidade.

As principais indústrias e redes comerciais, como disse há pouco, criaram organismos próprios de atendimento às exigências, cobranças e dúvidas dos consumidores – e, através deles, aprimoraram suas ofertas e ganharam competitividade.

Mas não podemos esquecer um velho provérbio português que diz: “Quem precisa de lei é o pobre, porque o rico tem o seu dinheiro para se fazer respeitado”. E o lado mais fraco na disputa empresa **versus** consumidor é, inegavelmente, o consumidor.

O CDC, passados esses dez anos, confere aos clientes um elenco de vitórias substanciais, cobrindo desde a área de serviços prestados por instituições públicas até as compras feitas na lojinha da esquina. Coisas como proteção contra cláusulas contratuais abusivas, propaganda enganosa e práticas deturpa-

doras da livre concorrência; mecanismos de proteção à vida, à saúde, aos direitos objetivos e subjetivos; indenizações nas lesões mais graves aos direitos dos contratantes, compradores ou usuários; informação de aspectos essenciais que até recentemente eram sonegados, como a composição dos produtos alimentícios, com discriminação de calorias, lipídios etc.

Todas essas conquistas podem ser englobadas numa palavra, que só recentemente veio a merecer o devido respeito: **cidadania**. A consciência é o primeiro gesto do cidadão, ao afirmar-se como agente social; valorizá-la é uma obrigação do Estado e da sociedade organizada. Quem não conhece seus direitos não pode cobrar deveres aos interlocutores; não havendo normas consistentes, resta o pântano das omissões e das indefinições, onde medram as míseras leis que "não pegaram".

Reforçar esse trabalho de conscientização do cidadão, do consumidor, é – de fato – o grande desafio de todos nós.

No plano material, como oferecer mais eficácia aos mecanismos de proteção ao consumidor? Primeiro, ampliando e fortalecendo organismos institucionais e privados devotados a esse objetivo. É urgente a necessidade de estendê-los a todos os municípios e rincões nacionais, porque o Poder Público continua ausente em cerca de 5.500 cidades, numa frontal violação do princípio básico do Código de Defesa do Consumidor, que é propiciar a todo cidadão o direito de exigir respeito ao adquirir algum bem ou serviço.

É como afirma o Dr. Roberto Freitas, Chefe do Departamento de Proteção do Direito do Consumidor do Ministério da Justiça: "Os municípios interioranos continuam sendo os mais prejudicados pelas deficiências estruturais do sistema oficial".

Na citada mesa-redonda promovida pela TV Senado, ficamos sabendo que o Poder Executivo pretende criar uma agência nacional reguladora dos direitos dos consumidores, que seria vinculada ao Ministério da Justiça. Já existe, até mesmo, um anteprojeto de lei sob exame da Casa Civil da Presidência da República, para promover tal unificação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acredito que essa questão deva ser tratada com prudência e objetividade. Não podemos permitir a destruição de entidades que, ao longo da última década, alavancaram a consciência coletiva, tão aguda e sensível. Lembro-me dos tempos em que Ralph Nader era citado como um ser do outro planeta e "direito do consumidor" soava como algo exótico, "coisa de gringo criador de caso".

Foi estranho quando lemos nos jornais, há 15 ou 20 anos, que uma delegação de donas-de-casa dos Estados Unidos se encontrava a caminho do Paraná, para ver se realmente estava geando ou não, porque os preços do café disparavam nas bolsas e nos mercados internacionais, sob o pretexto de perdas da safra brasileira, decorrentes de tal geada. E elas vieram, viram, comprovaram e só aí admitiram que o problema, de fato, existia. Mas, nem por isso, deixaram de estimular o consumo de sucedâneos, como o chá, cujos preços passaram a ser mais razoáveis que o nosso então inflacionado café.

Aliás, isso é prática comum no chamado Primeiro Mundo. Nos Estados Unidos e nos principais países da Europa, quando um preço é aumentado exageradamente, instituições de defesa do consumidor denunciam essa especulação e promovem o boicote do produto, que, sem grandes delongas, logo retorna à tabela anterior.

Pois o Brasil, hoje, está consolidando a certeza de que a luta pioneira de Ralph Nader não era fenômeno puramente norte-americano – ao contrário, converteu-se num imperativo da própria condição humana, convergente e coerente com pelo menos três dos quatro desejos fundamentais: consideração, segurança e correspondência. O quarto desejo básico da humanidade, aliás, também está na raiz da questão: a busca de novas experiências, que leva o consumo de produtos e serviços desconhecidos ou pouco frequentes.

A partir de 11 de março de 1991, demos passos gigantesco e acelerados.

A cada dia, verificam-se ocorrências que comprovam a cautela das empresas no atendimento aos clientes. Eu mesmo, recentemente, tive um sério problema com o telefone celular, cujo conserto foi pedido e efetuado diversas vezes pela assistência técnica autorizada. Mas o defeito jamais foi sanado e, então, entrei em contato com o fabricante, exigindo a substituição do aparelho. Após vários contatos e envio de correspondências, só consegui uma solução favorável no dia em que ameacei recorrer ao Procon.

Fica claro, assim, que fomos do quase zero para uma rede de proteção à cidadania, representada por 27 Procons estaduais em cerca de 600 Municípios. Existem pequenas variações constitutivas como, por exemplo, o fato de que três Estados dispõem de Promotorias e, em um ou outro, a defesa do consumidor se faz através de uma Delegacia.

Mas, isso não invalida o muito que se fez nem pode afetar a abordagem construtiva do que ainda falta ser feito.

Ao contrário, devemos dedicar o melhor de nossos esforços para suprir deficiências e sanar desvios operacionais. Não podemos deixar, por um momento sequer, de defender a população, pois essa é a nossa obrigação. Não temos o direito de retroceder, de desperdiçar as conquistas já incorporadas à cultura social brasileira.

Somos um povo pobre e trabalhador. Como dizem as pessoas simples, "dinheiro só tem valor na hora de ganhar; para gastar, não vale nada". Com isso, o cidadão fala do sacrifício a que é submetido, na busca de recursos para sobreviver com dignidade, criar e educar os filhos, cobra, ao mesmo tempo, apoio das instituições públicas, na hora em que transforma esse dinheiro em benefícios e progresso para a família.

O mínimo que o Estado tem de fazer, portanto, é andar sempre para a frente, na valorização dos direitos do consumidor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, concluo com a exortação, dirigida a V. Ex^{as} e a todos quantos se invistam da responsabilidade de trabalhar pelo desenvolvimento econômico, político e social do País: defender os direitos do consumidor é, na realidade, lutar pelas mais elementares regras de cidadania, pela autêntica democracia. Essa defesa precisa de bases profundas na consciência coletiva e na promoção do bem-estar de toda a Pátria.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Nabor Júnior, o Sr. Edison Lobão, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jader Barbalho, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PSDB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho esta tarde à tribuna fazer um apelo ao Governo Federal, especificamente ao Presidente Fernando Henrique e à área econômica do Governo. A Lei nº 10.177 prevê a repactuação dos contratos de financiamento com redução de juros para os projetos especiais, inclusive o FNO. Pela lei, os usuários desses financiamentos, muitos deles residentes no interior da Amazônia, teriam até o dia 15 de março para fazer a sua opção por escrito. Acontece que temos tido notícia que em vários Estados da Amazônia, pelo curto espaço de tempo de divulgação e de contato com esses pequenos pro-

prietários, pequenos empreendedores, muitas pessoas deixaram de fazer essa opção.

Fui signatário de um documento, juntamente com vários Srs. Senadores da Amazônia, inclusive a Senadora Marina Silva e o Senador Nabor Júnior, que aqui estão, solicitando a dilatação desse prazo. Portanto, venho hoje à tribuna apelar para que seja dado novo prazo para a opção do refinanciamento, que viabilizará o pagamento dos créditos do FNO.

Hoje, no meu Estado de Roraima, 98% dos tomadores do FNO estão inadimplentes, por conta da alta taxa de juros e das condições financeiras inapetíveis e inacessíveis ao pagamento. Repactuar o FNO significa trazer novamente para a realidade produtiva 156 mil tomadores de empréstimos, somente na Região Amazônica.

Eu vou encaminhar este apelo, por escrito, ao Presidente Fernando Henrique, mas quis fazê-lo aqui também da tribuna.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar o recebimento, por parte do BASA, dos planos de aplicação de recursos do FNO para o ano de 2001 nos diversos Estados, inclusive no meu Estado. O BASA fez um trabalho de planejamento, por intermédio dos seus técnicos, em todos os sete Estados da Região Amazônica e apresenta um plano com identificação de potencialidades, recursos previstos por área, portanto, uma cartilha que vai direcionar os investimentos na Região.

Por conta desse recebimento, Sr. Presidente, peço a transcrição do ofício encaminhado a mim, bem como do plano de aplicação dos recursos para 2001 para o Estado de Roraima, feitos no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, programados pelo BASA.

Encerro meu pronunciamento, fazendo novamente o apelo ao Presidente e ao Ministro Pedro Malan, para que tenhamos condição de ampliar o prazo e dar condição a centenas de milhares de agricultores e pequenos produtores de apresentarem a sua opção para o refinanciamento do FNO na Amazônia.

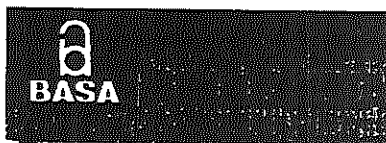
Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ROMERO JUCÁ EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**

MINUTA DE OFÍCIO PARA SER ENVIADO
AO PEDRO PARENTE, MINISTRO-CHEFE
DE ESTADO DA CASA CIVIL DA
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Senhor Ministro,

A Lei nº 10.177 prevê a repactuação de contratos de financiamento com redução de juros que contempla também os finan-



**Fundo Constitucional de
Financiamento do Norte
FNO**

**PLANO DE APLICAÇÃO DOS
RECURSOS PARA 2001**

Roraima

**Belem (PA)
Outubro/2000**

**DOCUMENTO A QUE SE
REFERE**

Romero Fucá

ciados do FNO Especial e do Prodex, categoria que soma 156.000 tomadores de empréstimos na região amazônica.

Em alguns lugares, como o Acre, as instituições representativas desses trabalhadores só tomaram conhecimento da possibilidade do benefício quando faltava apenas 10 dias úteis para se encerrar o prazo previsto na lei para manifestação, por escrito, do tomador de empréstimo para fazer a modificação em contrato. Embora o governo estadual tenha enviado todos os esforços possíveis para apoiar a disseminação da informação e viabilizar o deslocamento dos interessados até uma agência bancária ou sede do sindicato a fim de assinar essa repactuação de contrato, não foi possível atingir os 8.000 financiados.

Dadas as condições de deslocamento na região, que demanda dias de viagens por rios ou a espera de um avião, vimos solicitar de Vossa Excelência que para atingir efetivamente o objetivo que moveu a promulgação da lei, considere a possibilidade de ampliar o prazo de manifestação dos interessados até o final do mês de abril. Tempo esse satisfatório para que o universo de financiados da região amazônica possa se beneficiar da intenção da Lei nº 10.177, em favorecê-los em seus esforços de produção.

Atenciosamente,

Senadora Marina Silva

Senador Nabor Junior

Senador Jefferson Péres

Senador Sebastião Rocha

Deputado Marcos Afonso

Deputado Sérgio Barros

Deputada Zila Bezerra

Deputado Valdir Ganzer

Deputado Paulo Rocha

Deputado Agnelo Muniz

Deputado Evandro Milhomen

Senador Tião Viana

Senador Ademir Andrade

Senador Romero Jucá

Senador José Sarney

Deputado Nilson Mourão

Deputado Ildelfonso Cordeiro

Deputado João Tota

Deputada Vanessa Grazziotin

Deputado Babá

Deputado Confúcio Moura

De: Erlando Alves da Silva Melo

Enviado em: sexta-feira, 16 de março de 2001 11:34

Para: Jane Maria Vilas Boas; Izaias Faria de Abreu

Assunto: Lei que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte

Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.177, DE 12 DE JANEIRO DE 2001

Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, do norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.627, de 27 de setembro de 1969, e dá outras providências.

O Presidente da República, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A partir de 14 de janeiro de 2000, os encargos financeiros dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.627, de 27 de setembro de 1969, <..L7627.htm>, serão os seguintes:

I – operações rurais:

a) agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: os definidos na legislação e regulamento daquele Programa;

b) mini produtores, suas cooperativas e associações: seis por cento ao ano;

c) pequenos e médios produtores, suas cooperativas e associações: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

d) grandes produtores, suas cooperativas e associações: dez inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano.

II – operações industriais, agro-industriais e de turismo:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

III – operações comerciais e de serviços:

a) microempresa: oito inteiros e setenta e cinco centésimos por cento ao ano;

b) empresa de pequeno porte: dez por cento ao ano;

c) empresa de médio porte: doze por cento ao ano;

d) empresa de grande porte: quatorze por cento ao ano.

§ 1º (VETADO)

§ 2º O *del credere* do banco administrador, limitado a três por cento ao ano, está contido nos encargos financeiros cobrados pelos Fundos Constitucionais e será reduzido em percentual idêntico ao percentual garantido por fundos de aval.

§ 3º Os contratos de financiamento conterão cláusula estabelecendo que os encargos financeiros serão revistos anualmente e sempre que a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP apresentar variação acumulada, para mais ou para menos, superior a trinta por cento.

§ 4º No mês de janeiro de cada ano, observadas as disposições do parágrafo anterior, o Poder Executivo, por proposta conjunta dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, poderá realizar ajustes nas taxas dos encargos financeiros, limitados à variação percentual da TJLP no período.

§ 5º Sobre os encargos de que tratam as alíneas b, c e d do Inciso I e as alíneas dos Incisos II e III deste artigo, serão concedidos bônus de adimplência de vinte e cinco por cento para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semi-árido nordestino e de quinze por cento para mutuários das demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento.

§ 6º No caso de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Art. 2º Os recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, desembolsados pelos bancos administrados



FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

FNO

***PLANO DE APLICAÇÃO
DOS RECURSOS PARA 2001***

RORAIMA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
1 FINALIDADE	4
2 PRIORIDADES SETORIAIS E ESPACIAIS	4
3 OPORTUNIDADES PARA A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	5
4 AMEAÇAS PARA A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS	6
5 PROPOSTAS DE AÇÃO PARA SUPERAR AS AMEAÇAS	7
6 ESTIMATIVA DE RECURSOS	11
7 RESULTADOS ESPERADOS	12
ANEXO	
RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO	13

APRESENTAÇÃO

O presente Plano é resultado do trabalho desenvolvido durante o Encontro Estadual de Planejamento de Aplicação dos Recursos do FNO para 2001 a 2003 realizado pelo Banco da Amazônia nos dias 22 e 23 de agosto de 2000, no Auditório de SEBRAE, em Boa Vista, Estado de Roraima.

O Encontro foi realizado com a participação da Diretoria Executiva do Banco da Amazônia, do superintendente local e equipe de técnicos, da sociedade local, compreendendo os órgãos do Governo do Estado, Universidade, Instituições de Pesquisa, representantes dos setores produtivos rural e industrial, entre outros, cuja metodologia utilizada teve por base o enfoque participativo, onde o Banco forneceu o instrumental metodológico, as informações e orientações necessárias para a realização do trabalho.

O objetivo do evento foi discutir uma proposta de *Plano de Aplicação dos Recursos do FNO para o Estado do Roraima - 2001*, que ora é apresentado, e, ao mesmo tempo, extrair subsídios para a formulação do *Programa de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o período 2001 a 2003*.

O sistema de acompanhamento deste Plano, compreende encontros periódicos de avaliação, promovidos e coordenados pelas Superintendências Regionais do Banco da Amazônia, com a participação de todos os segmentos da sociedade envolvidos neste processo de gestão do FNO. Esse processo incorpora a operacionalização e o aperfeiçoamento permanente e contínuo das ações do Fundo, como parte de um modelo sistêmico de planejamento e gestão que articula, de forma efetiva, os agentes institucionais e atores sociais em torno de suas atividades produtivas.

Esse trabalho se traduz em desafios que precisam ser vencidos. Para isso, temos a certeza de que com a participação de todos atingiremos nossas metas e seremos vitoriosos no cumprimento de nossa missão maior de promover o desenvolvimento de nossa Região.

FLORA VALLADARES COELHO
Presidente

1 FINALIDADE

Este Plano tem como finalidade básica proporcionar ao Banco da Amazônia e ao Estado de Roraima um instrumento de orientações mínimas, necessárias para a eficiente operacionalização dos recursos do FNO. Nesse sentido, estima a dotação de recursos orçamentados, define as prioridades espaciais e setoriais, e, apresenta planos de ação para as ameaças identificadas que podem afetar negativamente os resultados esperados. Também, define responsabilidades institucionais e parcerias envolvidas.

Toda e qualquer iniciativa de alocação de recursos no Estado deve respeitar as condições definidas no Programa de Aplicação dos Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte para o período de 2001 a 2003.

2 PRIORIDADES SETORIAIS E ESPACIAIS

Compreende o conjunto das atividades setoriais consideradas prioritárias e as respectivas áreas potenciais para produção, definidas para o Estado:

ATIVIDADES SETORIAIS E ESPACIAIS	
PRODUÇÃO DE SEMENTES E MUDAS	TODO O ESTADO
FRUTICULTURA (AÇAÍ, CITRICULTURA, CUPUAÇU, PUPUNHA, COCO, ABACAXI, ABACATE, BANANA, GRAVIOLA, MAMÃO, CAJU, ACEROLA, UVA, CAÇARI, GOIABA, MELANCIA, MELÃO)	CAPOEIRA (REGIÃO DE MATA)/CERRADO/REGIÃO DE ALTITUDE
GRÃOS (MILHO, SOJA, ARROZ)	CAPOEIRA (REGIÃO DE MATA)/CERRADO/VÁRZEA
CULTURAS COM POTENCIAL PARA INDUSTRIALIZAÇÃO (CAFÉ, DENDÊ, CANA-DE-AÇÚCAR, URUCUM, MANDIOCA, ALGODÃO, GIRASSOL, PIMENTA-DO-REINO)	TODO O ESTADO
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA (ARMAZENAGEM, TRANSPORTE)	TODO O ESTADO
CRIAÇÃO DE PEQUENOS ANIMAIS/ANIMAIS SILVESTRES/APICULTURA	CERRADO/MATA
BOVINOCULTURA (CORTE/LEITE)	CERRADO/CAPOEIRA (REGIÃO DE MATA)
ORTICULTURA	CERRADO/CAPOEIRA (REGIÃO DE MATA)
MANEJO FLORESTAL, FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO	TODO O ESTADO
PISCICULTURA	CERRADO/MATA
INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS PARA PEQUENOS PRODUTORES	CAPOEIRA (MATA)

ARTEFATOS DE COURO E PELE	BOA VISTA, AMAJARI, NORMANDIA, BONFIM, CANTÁ, MUCAJAI, CARACARAI, IRACEMA E SUL DO ESTADO
CURTUME	BOA VISTA E REGIÃO SUL DO ESTADO
EXTRAÇÃO E BENEFICIAMENTO DA MADEIRA	TODO O ESTADO
FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE MADEIRA	TODO O ESTADO
INDÚSTRIA METALÚRGICA	BOA VISTA
EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	PÓLO NORTE (AMAJARI, PACARAÍMA, UIRAMUTÁ, BOA VISTA E NORMANDIA)
HOTELARIA	TODO O ESTADO
INDÚSTRIA DE RECICLAGEM	BOA VISTA
MINERAÇÃO NÃO METÁLICA INTEGRADA	TODO O ESTADO
PEDRAS ORNAMENTAIS E SEMIPRECIOSAS	TODO O ESTADO
ARTESANATO (PROGRAMA DE ARTESANATO DE RORAIMA)	TODO O ESTADO
AGROINDÚSTRIA	TODO O ESTADO

3 OPORTUNIDADES PARA A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

Apresenta-se, a seguir, o conjunto de OPORTUNIDADES identificadas para o fomento das atividades dos Setores *RURAL* e *INDUSTRIAL*.

- Localização geográfica para o mercado externo;
- Produção de sementes e mudas fiscalizadas/certificadas;
- Existência de produtos do artesanato indígena;
- Desenvolvimento de tecnologias ambientais e de produção;
- Boa vontade do agente financeiro;
- Melhoramento genético do rebanho bovino existente no Estado;
- Garantia do Estado com o Fundo de Aval;
- Existência de campos/cerrados disponíveis à agricultura em escala comercial;
- Florestamento em áreas de lavrados;
- Potencialidade de produção de grãos no lavrado;
- Reestruturação dos serviços de assistência técnica no Estado;
- Proximidade com mercados internacionais (Venezuela e Guiana);
- Existência de política de incentivos fiscais;
- Exploração do Ecoturismo;
- Produtores de grãos com visão empresarial;
- Desenvolvimento integrado na logística de infra-estrutura;
- Existência de políticas públicas voltadas para dinamizar o setor produtivo;
- Existência no Estado de grande biodiversidade biológica;
- Interesse em investir por parte do empresário;
- Disponibilidade de recursos financeiros;
- Implementação da reestruturação fundiária;

- Possibilidade de energia elétrica para o ano 2000 – Hidrelétrica de Gury (Venezuela);
- Boa vontade dos técnicos do governo local;
- Incentivo à produção para o desenvolvimento do Estado;
- Implantação de fábrica de ração para peixes, suínos e aves;
- Desenvolvimento da pecuária mediante a implantação de pastagens cultivadas com gramíneas e estilosantes em áreas de lavrado;
- Baixo custo das terras;
- Existência de organização de produtores;
- Projeto Arconorte (conclusão da rodovia 401 Roraima – Guiana);
- Existência de pólo turístico no Estado (norte do Estado);
- Existência de setores produtivos diversificados;
- Tecnologias agrícolas disponíveis;
- Fortalecimento da assistência técnica através de parcerias e capacitação;
- Instrumento de política agrícola para promover a organização dos produtores rurais e suas famílias;
- Redução dos custos de produção para cultivo de grãos;
- Existência de grande diversidade de culturas e serem exploradas;
- Encargos financeiros baixos

4 AMEAÇAS PARA A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

AMEAÇAS identificadas que podem comprometer o apoio as atividades do **SETOR RURAL**:

- Indefinição das áreas indígenas;
- Não regularização fundiária;
- Assistência técnica deficiente
- Pouca articulação entre as instituições do setor agropecuário
- Deficiência das informações de mercado;
- Demora na análise dos projetos e liberação do crédito;
- Falta de agências do Banco na região Sul do Estado;
- Elevado custo do financiamento;
- Deficiência de infra-estrutura básica;
- Dificuldade de acesso ao crédito;
- Insuficiência de tecnologias apropriadas;
- Indefinição da política agrícola (falta do Zoneamento Econômico-Ecológico);
- Falta de um programa estadual que viabilize insumos a preços compatíveis com o mercado.

AMEAÇAS apontadas que podem comprometer o apoio às atividades do **SETOR INDUSTRIAL**.

- Problemas de garantias reais;
- Encargos financeiros elevados;
- Baixa capacitação empresarial e gerencial;
- Baixo incentivo à pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
- Baixo conhecimento de mercado e dos nichos de mercado.

5 PROPOSTAS DE AÇÃO PARA SUPERAR AS AMEAÇAS

Para cada ameaça identificada anteriormente foi traçada uma proposta de ação com o propósito de indicar soluções para superar as dificuldades, compartilhando responsabilidades.

SETOR RURAL

PROMISSA DE AÇÃO	EXECUÇÃO(S)	PARECER(S)	PRazo	AVALIAR
1. DESENVOLVER AÇÃO PARLAMENTAR JUNTO AO GOVERNO FEDERAL PARA A DEFINIÇÃO DAS ÁREAS INDÍGENAS.	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	CONGRESSO NACIONAL E CÂMARAS MUNICIPAIS	IMEDIATO	
2. PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, APLICANDO O PLANO INTEGRADO DE DESTINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS.	ITERAIMA E INCRA		IMEDIATO	
3. FORTELECER OS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA E ORIENTAÇÃO TÉCNICA PARA PRESTAREM SERVIÇOS EFICIENTES.	EMATER, INCRA E ITERAIMA	BASA, PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	IMEDIATO	
4. PROMOVER AÇÕES INTERINSTITUCIONAIS INTEGRADAS PARA O FORTALECIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO E POR EM FUNCIONAMENTO OS CONSELHOS MUNICIPAL E ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL.	SEAAB	TODOS OS ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS ENVOLVIDOS	IMEDIATO	
5. CRIAR UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MERCADO.	SEAAB E SEPLAN	SEBRAE, FAERR, BB, SUFRAMA, SESC, EMBRAPA, BASA, UNIVERSIDADE E FAZ. ESTADUAL	IMEDIATO	
6. MOBILIZAR AS CLASSES PRODUTORAS PARA REIVINDICAR JUNTO AOS MINISTÉRIOS DA FAZENDA E DA INTEGRAÇÃO NACIONAL TAXAS DE JUROS MENORES PARA OS SETORES PRODUTIVOS.	FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA, ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS, PRODUTORES, SINDICATOS RURAIS E COMISSÃO ESTADUAL DE AGRICULTURA	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA E CONGRESSO NACIONAL	IMEDIATO	

SETOR RURAL

PROPOSTA DE AÇÃO	ENFIMIDORES	PARECEROS	PRAZO	AVANÇADO
7. AGILIZAR O PROCESSO DE ANÁLISE DOS PROJETOS, CRIANDO UM SETOR DE ANÁLISE NA AGÊNCIA DE BOA VISTA, CONCEDENDO ALÇADA PARA DECISÃO DE CRÉDITOS E PROMOVER A INTERATIVIDADE ENTRE OS ELABORADORES DE PROJETOS E ANALISTA DO BANCO.	BASA	EMATER, INCRA E ESCRITÓRIOS CEDENCIADOS	IMEDIATO	
8. INSTALAR UMA AGÊNCIA DO BANCO NA REGIÃO SUL DO ESTADO VISANDO O MAIOR ACESSO DO PRODUTOR RURAL AO CRÉDITO.	BASA	PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	IMEDIATO	
9. SENSIBILIZAR O GOVERNO DO ESTADO E A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARA INCLUSÃO DE VERBAS NO ORÇAMENTO, DESTINADAS A INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA BÁSICA DE APOIO A PRODUÇÃO.	PREFEITURAS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	DER E ELETRONORTE	IMEDIATO	
10. DEFINIR E IMPLEMENTAR PROGRAMAS INTEGRADOS VOLTADOS PARA CADEIAS PRODUTIVAS.	SEPLAN E SEAB	EMBRAPA, SEBRAE, SUDAM, SUFRAMA E UNIVERSIDADE	6 MESES	
11. FORTALECER, COM RECURSOS, AS INSTITUIÇÕES DE PESQUISAS LOCAIS PARA A GERAÇÃO DE TECNOLOGIAS APROPRIADAS, APLICÁVEIS NOS SETORES PRODUTIVOS.	SEPLAN (DEPTº DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA)	EMBRAPA, SEBRAE, SUDAM, SUFRAMA, CNPq E UNIVERSIDADE	IMEDIATO	
12. AGILIZAR A CONCLUSÃO DO ZONEAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO-ECOLÓGICO VISANDO A DEFINIÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA PARA O ESTADO.	SEPLAN (DEPTº DO MEIO AMBIENTE)	MMA	IMEDIATO	
13. ESTABELECEER UMA ARTICULAÇÃO EFETIVA ENTRE OS SEGMENTOS PRODUTIVOS E O GOVERNO DO ESTADO PARA A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA ESTADUAL QUE VIABILIZE A AQUISIÇÃO DE INSUMOS A PREÇOS COMPATIVÉIS COM O MERCADO.	SEAB, FEDERAÇÕES, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS	SEPLAN	IMEDIATO	

SETOR INDUSTRIAL

PROPOSTA DE AÇÃO	EXECUTORES	PARCEIROS	PRAZO	AVALIAR
14. MOBILIZAR ESFORÇO CONJUNTO ENTRE OS GOVERNOS FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAIS NO SENTIDO DE DOTAR O ESTADO DE COMPETÊNCIA PARA PROMOVER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AMPLIAR O FUNDO DE AVAL.	INCRA E SEBRAE	ITERAIMA E PREFEITURAS	IMEDIATO	
15. PROMOVER A CAPACITAÇÃO TÉCNICA, EMPRESARIAL E GERENCIAL DOS EMPREENDORES PARA SUPRIR AS DEFICIÊNCIAS RELACIONADAS A BAIXA PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DA PRODUÇÃO E MÁ CONDUÇÃO DOS PROJETOS.	SISTEMA "S" (SENAL, SESC, SESI, SENAC E SEBRAE)	FIERR E UNIVERSIDADE	IMEDIATO	
16. REALIZAR PESQUISAS DE MERCADO PARA PRODUTOS POTENCIAIS E ESTRUTURAR BANCO DE DADOS, DISPONIBILIZANDO INFORMAÇÕES.	SEPLAN	FIERR, SEBRAE, SUDAM, BASA, SUFRAMA, ACIR, FECORR, AMER E CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-VANEZUELA	IMEDIATO	

6 ESTIMATIVA DE RECURSOS

A estimativa de recursos do FNO para alocação no Estado no ano de 2001 é de R\$ 43,08 milhões, distribuído a seguir em percentuais e deverá perseguir as seguintes metas de aplicação por Setor Econômico e Programas de Financiamento:

SETOR ECONÔMICO/PROGRAMAS	2001
RURAL (,%)	60,0
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF	10,0
Programa de apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo Vegetal - PRODEX	2,0
Programa de Apoio à Peq. Produção Familiar Rural Organizada - PRORURAL	16,0
Programa de Desenvolvimento Rural - PRODERUR	30,0
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Florestal - PROFLORESTA	2,0
INDUSTRIAL (%)	40,0
Programa de Apoio às Microempresas - PROMICRO	4,0
Programa de Desenvolvimento Industrial - PRODESIN	20,0
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria - PROAGRIN	10,0
Programa de Desenvolvimento do Turismo Regional - PRODETUR	4,0
Programa de Apoio à Exportação - FNO-EXPORTAÇÃO	2,0
TOTAL GERAL	100,0

Em cumprimento ao Decreto nº 3.474, de 19.05.2000, que regulamentou a Lei nº 9.841, de 05.10.99, instituindo o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, em seu Capítulo IV, Art. 11, foram estimados os recursos a serem aplicados através dos programas de financiamento do Setor Industrial, destinados às micro e pequenas empresas, conforme o quadro a seguir:

RECURSOS DESTINADOS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

PROGRAMA	(%)
PROMICRO	100,0
PRODESIN	20,0
PROAGRIN	40,0
PRODETUR	50,0
FNO-EXPORTAÇÃO	0,0

7 RESULTADOS ESPERADOS

Com base na estimativa de recursos a serem alocados através dos Programas de Financiamento do FNO no Estado, espera-se atingir os seguintes resultados no ano de 2001:

BENEFÍCIOS SETORES PRODUTIVOS	GERAL	INDUSTRIAL	TOTAL
RECURSOS A ALOCAR (Em R\$ milhões)	25,85	17,23	43,08
QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS/PROJETOS A FINANCIAR (Unidade)	1.906	41	1.947
QUANTIDADE DE EMPREGOS A GERAR (Unidade)	2.208	586	2.794
AUMENTO NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (Em R\$ milhões)	32,63	85,64	118,27

ANEXO

RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO

BANCO DA AMAZÔNIA S. A. - BASA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE RORAIMA

COORDENADORIA DE TURISMO - CODETUR

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE MEL - COOPERMEL

EMPAR PROJETOS LTDA.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE RORAIMA - FECORR

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA - FIERR

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE RORAIMA - ITERAIMA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SEAAB

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA - SEBRAE

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUDAM

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a permuta com o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Com a palavra o Senador Bello Parga.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apresentei, em 1999, proposta de emenda à Constituição que buscava aperfeiçoar as características do tributo hoje denominado CPMF. Acredito que, pela orientação que imprimi àquela emenda, tem ela boas possibilidades de se constituir em apreciável aprimoramento do nosso sistema tributário.

Era, naquela data, uma modesta contribuição de minha parte, Sr. Presidente, à reforma tributária então em curso no Congresso, que já vinha, com algum atraso, sendo reclamada por muitos setores da nossa sociedade. Já estamos no segundo ano da apresentação da emenda, e a reforma tributária continua marcando passo no Congresso. Por isso, Sr. Presidente, volto à minha proposta.

Trata-se da PEC nº 84, que outorga competência à União para instituir imposto sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira. Isto é, a PEC pretende instituir um Imposto sobre Movimentação Financeira, institucionalizar e tornar permanente a atual CPMF, porém com traços de caráter especiais e diferenciados, como tratarei de explicar.

O Brasil acumulou, nos últimos anos, relevante experiência na aplicação desse tipo de imposto. Temos um bom conhecimento de suas vantagens e dos seus pontos fracos. Acredito que, nesta altura, um modelo mais bem trabalhado do que o hoje existente poderá reunir muito mais vantagens que desvantagens.

O principal defeito apontado no Imposto Sobre Movimentação Financeira – IMF é a sua cumulatividade ao longo dos elos produtivos da economia, o chamado efeito cascata. Mas as virtudes do imposto são muitas, principalmente se for aperfeiçoado como proponho. Lembro-me bem de que, ao longo de 1998, quando se discutia a implantação da atual CPMF – pela terceira vez a proposta era feita ao Congresso, sendo que, pela segunda vez, a iniciativa era de parlamentares desta Casa –, ninguém menos que ex-Senador Roberto Campos, então Deputado Federal, brilhante economista liberal, insuspeito de simpa-

tizar com qualquer excesso em matéria de tributação, fez uma impressionante defesa do IMF, ou CPMF, em sucessivos artigos publicados na imprensa sulina. Roberto Campos designava a Cofins e o Pasep como geradores de uma cascata maligna, enquanto o IMF gerava uma cascata benigna.

No meu entender, o que ele argumentava era irretorquível e tem validade ainda para os dias de hoje. Primeiro, lembrava ele que o IMF é um imposto que recai infalivelmente sobre aqueles que sonégam. Segundo, que o IMF é um indicador precioso para as autoridades do Fisco, no sentido de apontar para discrepâncias entre renda declarada e altas movimentações bancárias. Terceiro, é um imposto fácil de cobrar. Quarto – aspecto importantíssimo –, não causa sobrecarga burocrática a quem o paga. Quinto, não enseja oportunidades de corrupção. Sexto, ao fazer com que todos paguem, elimina a vantagem competitiva dos sonegadores, a qual, infelizmente, ocorre em outros impostos. Depois, argumentava Roberto Campos, há uma certa progressividade tributária num imposto do tipo IMF, já que quem movimenta mais frequentemente dinheiro paga mais, e os produtos consumidos pelas classes de alta renda, os bens mais sofisticados, têm estágios mais longos de produção.

Sr. Presidente, diante das conhecidas estatísticas de sonegação e elisão fiscal apresentadas pela Secretaria da Receita Federal, torna-se de importância fundamental um Imposto sobre Movimentação Financeira que se constitua em rede de arrastão infalível contra os que conseguem escapar do Imposto de Renda. Sabe-se que centenas de grandes empresas e dezenas de bancos não pagam Imposto de Renda. As grandes empresas pagam, hoje, menos de 1% de Imposto de Renda, isto é, abaixo dos 2% pagos pelas micro e pequenas empresas optantes do sistema Simples de pagamento de impostos.

A sociedade clama por justiça fiscal! E minha proposta é um passo adiante para conquistá-la. Trata-se de uma espécie de “imposto mínimo”, um IMF de caráter permanente, com alíquota majorada para até 1%, podendo ser deduzido do Imposto de Renda das pessoas físicas e jurídicas, ao mesmo tempo que é integralmente restituível para aqueles que sejam isentos do Imposto de Renda.

O IMF por mim apresentado proporcionaria apreciável receita fiscal, mesmo com o mecanismo de compensação com o Imposto de Renda. Além disso, induziria as pessoas físicas e jurídicas a declarar o Imposto de Renda, a fim de se beneficiarem da compensação. Aumentaria fortemente a arrecadação

desse imposto, por via da indução, portanto. Veja-se que, hoje, o universo dos declarantes do Imposto de Renda resume-se à metade dos contribuintes da CPMF; uma distorção intolerável. E mais, Sr. Presidente: ao trazer mais empresas para a formalidade, aumentaria, também, e de maneira sensível, a arrecadação da Previdência, um benefício indireto altamente meritório.

Além da compensação com o Imposto de Renda, que torna o IMF por mim proposto muito mais justo que a atual CPMF, a PEC nº 84/99 oferece ainda um mecanismo adicional que a torna atraente para Estados, unidades federadas de que somos representantes nesta Casa, e Municípios. Note-se que a mera compensação com o Imposto de Renda – e alguns dos Srs. Senadores já podem estar antecipando essa objeção – poderia, à primeira vista, ter como consequência a redução dos fluxos financeiros que alimentam as fontes que se destinam aos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, ou seja, dos Fundos Constitucionais destinados ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Esse efeito indesejado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi contornado por mim, por meio de uma característica que vem reforçar o pacto federativo, defendendo os Fundos de Participação e os Fundos Constitucionais. E isso, por via de um recurso muito simples: a PEC, que recebeu a numeração 84/99, determina que, além do Imposto de Renda e do Imposto de Produtos Industrializados, também o novo IMF seja partilhado em idênticas proporções com os referidos Fundos, favorecendo os Estados, os Municípios e as regiões menos desenvolvidas, portanto.

O IMF desenhado pela PEC nº 84/99, de minha autoria, é, pois, sem ter a pretensão de ser um ovo de Colombo pela sua grande simplicidade, um passo na direção ideal de que os que pagam impostos paguem menos, numa situação para que todos paguem. Ademais, corrige uma injustiça fiscal na maneira como é cobrado atualmente, quando, para apanhar os pecadores – os que sonégam, os que se dirigem para a economia informal, os transgressores da lei, o tráfico de drogas, toda a atividade de delinquentes – tributa também os justos, ou seja, aqueles que pagam normalmente seus impostos, aqueles que declaram seus impostos, as pessoas físicas e jurídicas cumpridoras de seus deveres para com o Fisco, que são tributadas na mesma proporção da CPMF, ao passo que, na minha proposta, isso seria eliminado.

Sr. Presidente, a minha intenção aqui, hoje, foi apenas a de dar uma breve notícia preliminar sobre

esse novo tributo que proponho, com inovadoras características. Ficarei satisfeito se, com isso, puder suscitar comentários, críticas, colaborações e aperfeiçoamentos à minha idéia.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) -- Permite-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Bello Parga?

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Concedo, com muita honra, o aparte a V. Ex^a, Senador Paulo Hartung.

O Sr. Paulo Hartung (Bloco/PPS – ES) -- Senador Bello Parga, parabênzo V. Ex^a por, oportunamente, assomar à tribuna com uma proposta de sua autoria sobre o tema da cobrança de contribuição ou de Imposto sobre a Movimentação Financeira. Considero oportuna, porque hoje a CPMF sofre alteração na sua alíquota de 0,30% para 0,38%. Eu, particularmente, votei contra esse aumento e sobre isso falarei posteriormente. Essa questão está sendo discutida pelo País inteiro. Nas duas últimas semanas, esse tema voltou ao debate. O próprio Presidente da República – não sei se todos leram a matéria, porque acabou não tendo muita repercussão, em função da crise política – tocou nesse tema no seu Plano para os dois últimos anos de mandato. Logo, V. Ex^a, de forma muito oportuna, traz o tema a debate aqui, no Senado. Tenho algumas preocupações desde que esse assunto surgiu, há muitos anos. O sistema financeiro de um país é muito importante. Lamentavelmente, o nosso é muito precário; a intermediação financeira no nosso País ainda apresenta muitos problemas; o custo do dinheiro é muito alto. No mundo inteiro não se tributa o dinheiro, o capital de investimento; no Brasil se tributa. Então, sempre tive muita preocupação no sentido de diminuir a intermediação financeira. Outro dia, o **Globo** apresentou uma reportagem sobre uma matéria muito complexa, mostrando, em uma Ceasa, as pessoas dando cheque uma para as outras e ninguém leva o cheque ao banco, e o cheque de um cidadão rodou por várias mãos e voltou a sua própria mão. Então, existe um limite, uma alíquota que temos que descobrir aonde esse tributo, seja uma contribuição ou seja um imposto, – como V. Ex^a está propondo –, cumpre esse papel arrecadador e, ao mesmo tempo, de combate à sonegação, que a CPMF está proporcionando agora, mas não haja uma intermediação financeira, que é muito ruim para o País. Então, quero fazer esse debate e, pegando carona no pronunciamento de V. Ex^a, voltar a falar a esta Casa que o nosso projeto que corrige a tabela do imposto de renda da pessoa física já saiu do Senado – alguns Senadores

estão me perguntando –, iniciou a tramitação na Câmara. E eu gostaria de aproveitar a oportunidade, já que o Presidente desta Casa, Senador Jader Barbalho, está presente nesta sessão, e pedir o apoio de V. Ex^a para nos ajudar na tramitação na Câmara dos Deputados. É muito importante, é uma injustiça enorme que se faz contra o assalariado brasileiro, pois há cinco anos que a tabela do imposto de renda não é corrigida no nosso País. Acredito que essa é uma bandeira de todos nós, e o Presidente da Casa poderia empunhar essa bandeira e até nos ajudar, até porque é Líder de um Partido que tem uma grande Bancada na Câmara dos Deputados, para que esse projeto tramite naquela Casa, mesmo que seja modificado, alterado e negociado com o Governo, mas algum nível de correção essa tabela tem que sofrer, porque, já que V. Ex^a tocou no assunto de injustiças fiscais, essa é uma injustiça fiscal gravíssima. Então, quero parabenizá-lo. Fico feliz de ver V. Ex^a discutindo o assunto, trazendo à discussão outra vez o tema da reforma tributária, em que tenho a mesma visão de V. Ex^a: se não dá para fazer uma reforma completa, vamos começar a melhorar o sistema tributário que temos no País. Isso é muito importante para o cidadão e para a produção nacional. Muito obrigado e parabéns a V. Ex^a.

O SR. BELLO PARGA (PFL – MA) – Senador Paulo Hartung, sou muito grato a V. Ex^a pelas suas palavras de estímulo e pela apreciação que faz no meu pronunciamento. Efetivamente, se nada mais houvesse ainda a merecer de parte de outros Senadores, já seria importante só o fato de que V. Ex^a, interessando-se pela matéria, pode contribuir com ela no sentido de melhorá-la na discussão que haveremos de travar sobre o assunto. Coloco-me à disposição de V. Ex^a para qualquer debate. Vou encaminhar ao seu gabinete uma cópia da minha proposta.

Sendo assim, Sr. Presidente, já que me aproximo do encerramento da minha oração, quero dizer que creio que o Imposto sobre Movimentação Financeira, na forma como foi por mim apresentado, poderia ser melhor aquilatado no contexto de uma discussão em torno de uma reforma tributária de certa amplitude, mas que fosse, exatamente com disse o Senador Paulo Hartung, discutida e debatida pontualmente, exercendo efetividade dentro do tempo. Não nos iludamos em obter uma reforma tributária total dentro de um lapso de tempo muito breve, porque não vejo como isso possa acontecer.

Portanto, dentro de alguns meses, repito, esta Casa estará certamente engajada no debate sobre a reforma tributária, sobre alguns aspectos dela.

Espero, Sr. Presidente, nessa ocasião, poder fazer uma explanação e uma defesa mais circunstanciada do meu projeto, consubstanciado na Proposta de Emenda Constitucional nº 84, de 1999.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concede a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho feito ultimamente nesta tribuna alguns elogios à figura do Ministro da Saúde, nosso Colega de Senado, José Serra. Acho que o Ministro da Saúde tem tomado algumas atitudes positivas e tem recebido o apoio e a consideração da população brasileira de maneira positiva.

Reconheci a ação do Ministro José Serra na busca de que fosse aprovado no Congresso Nacional a proibição da propaganda do cigarro, uma coisa extremamente útil à sociedade brasileira, e espero que em breve possamos também proibir a propaganda da bebida alcoólica. Também conseguimos aprovar no Congresso Nacional – não exatamente como queríamos, mas pelo menos foi um avanço – a definição de recursos destinados à saúde, estabelecidos na Constituição brasileira. Foi uma luta recente, que também teve o apoio do Ministro José Serra.

Outro ponto positivo da sua gestão foi a implantação da Lei dos Genéricos, medicamentos bem mais baratos. Precisamos estimular a fabricação e comercialização desses produtos no Brasil.

Por último, cito a sua ação para que o Brasil – e não apenas o Brasil, mas todos os países do mundo que começam a se desenvolver – tenha direito de fabricar os medicamentos contra a Aids sem pagar royalties aos países que os descobriram. A Legislação brasileira permite isso.

Venho à tribuna hoje para dizer ao Ministro José Serra que há ações positivas, mas também há graves problemas. Tratarei do problema do meu Estado, em particular. No que se refere às doenças endêmicas, controladas no passado, hoje elas estão de volta com toda força. No Brasil, principalmente em Minas Gerais, estamos acompanhando o surgimento de inúmeros casos de febre amarela, alguns com morte. Em todo o Brasil, não só em Minas, há ocorrências de dengue, malária, hanseníase, com gravidade. Evidentemente, tudo é consequência do atraso na alocação de recursos para o combate a essas doenças.

Quero tratar aqui especificamente do caso do Pará. Não vou ler todo o pronunciamento, para não me tornar cansativo. Está presente o nosso colega, Senador Luiz Otávio, representante do Pará, companheiro ligado ao Governador Almir Gabriel. Minhas críticas, Senador, dirigem-se um pouco à ação do Governo do Estado do Pará. Evidentemente, também o Ministro tem que tomar conhecimento dos fatos e cumprir com a sua obrigação.

No caso da malária, tornamo-nos campeões nacionais da doença. No Pará houve um aumento de 87% dos casos de malária de 1999 para 2000; registraram-se em nosso Estado 270 mil casos de dengue no ano 2000. O mais grave é que a dengue se alastrou por todo o Estado do Pará. O aumento quantitativo anotado pela Fundação Nacional de Saúde foi de 5 mil casos no ano passado. Ora, a dengue está dominando praticamente todo o Estado do Pará. Belém está dominada pela doença; em Tucuruí, por exemplo, houve uma proliferação da doença: 50% da população está infectada. E esses casos não são registrados – eu falei sobre isso aqui há cerca de um mês e meio. Por sorte, a doença mata muito raramente. E agora há uma crise de dengue em Santarém. Ora, Santarém, a segunda maior cidade do Estado do Pará, está sendo assolada por uma crise de dengue.

Tudo isso se dá por falta de combate ao mosquito *aedes aegypti*, transmissor da dengue e da febre amarela. São casos extremamente graves e o Governo Federal tem que tomar providências, especialmente no Estado do Pará, onde a situação é crítica e não se divulgam os dados reais. Imagine V. Ex.^a que foram registrados 5 mil casos. Ora, Tucuruí tem uma população de 60 mil habitantes, dos quais 50% pegaram a dengue. E agora há essa onda de dengue em Santarém que promete atingir 100 mil pessoas. Como registrar esses dados da Fundação Nacional de Saúde ou da Sespa? A Sespa passou a receber as obrigações que antes eram da Fundação Nacional de Saúde, e esta colocou à disposição da Sespa todo o seu pessoal, todo o seu equipamento, toda a sua infra-estrutura, mas não se consegue combater essa trágica doença.

As cidades praticamente pararam. Senti a dura realidade do Município de Tucuruí, onde, lamentavelmente, nenhuma providência foi tomada e os dados não são devidamente registrados.

Sr. Presidente, desejo que a íntegra do meu pronunciamento, elaborado pela assessoria, com dados da Fundação Nacional de Saúde e dados da Secretaria

de Saúde do Governo do Estado do Pará, seja registrada nos Anais do Senado.

Fico preocupado, porque o Sr. Almir Gabriel, Governador de segundo mandato, médico, um homem que entende profundamente de saúde, não consegue, lamentavelmente, fazer com que a sua administração atenda a contento a necessidade da população.

Sou Senador com atuação em todo o Estado do Pará, porém mais especialmente no sul do Pará, e vejo as prefeituras daquela região lamentarem a situação. Quando as pessoas têm qualquer problema, grave ou não, de saúde, elas são transferidas para Teresina, Capital do Piauí, que se tornou – e não conheço o trabalho, a dedicação da cidade nessa questão – um referencial de saúde daquela microrregião que engloba o Piauí, o Pará e o norte de Tocantins. Em outras palavras, as pessoas que têm dificuldade de saúde não correm para Belém nem para Tucuruí, onde há um hospital regional; elas são encaminhadas para Teresina, Capital do Piauí. Um Estado nordestino muito mais pobre do que o Pará, com um Produto Interno Bruto infinitamente menor do que o nosso, sem industrialização, com a maior parte de suas terras muito secas, é referência na área de saúde para os 38 Municípios do sul do Pará que formam a Amat.

Não consigo entender como o Governador Almir Gabriel, sendo médico, membro do PSDB, ligado ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, amigo pessoal do Ministro da Saúde, José Serra, não consegue melhorar a qualidade de saúde do povo paraense.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Senador Ademir Andrade, V. Ex.^a me concede um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Ouço com alegria o Senador Luiz Otávio.

O Sr. Luiz Otávio (Sem Partido – PA) – Senador Ademir Andrade, primeiro, gostaria de lembrar a V. Ex.^a que o nosso Estado tem peculiaridades muito grandes. Grande parte da mão-de-obra da população brasileira dirige-se para o Pará, especialmente o sul do Estado, graças à ferrovia que liga o Maranhão ao Pará. Também por causa de Carajás, uma grande quantidade de maranhenses e nordestinos em geral dirigem-se para lá. O fato é que essas pessoas vêm o Pará como o grande salvador da pátria, pois há oferta de emprego e possibilidade de melhores condições de vida. Milhares de pessoas chegam todos os dias para toda a região, especialmente a região sul e, principalmente, Tucuruí, onde está havendo contratação de mão-de-obra para a duplicação da capacidade energética da Hidrelétrica de Tucuruí e para a conclu-

são das eclusas de Tucuruí. Fora isso, em grande parte dos Municípios paraenses, a saúde está municipalizada. Mas há municípios importantes – e não quero aqui considerar a questão político-partidária –, mas tratar da área de saúde, da área sanitária. E há algo muito grave, talvez V. Ex^a conheça até melhor do que eu, que é o fato de haver na capital, Belém, uma dificuldade muito grande, por ser uma cidade de mais de um milhão de habitantes, com relação a nível de drenagem – e foi agora concluída a macrodrenagem, após muitos anos essa obra necessária para a nossa Capital. Temos dificuldades muito grandes no que se refere à drenagem, pois estamos situados no mesmo nível do mar, o que acarreta dificuldades nesse período de chuvas muito fortes em todo o Brasil. Assistimos pela televisão, que dá a todo brasileiro a oportunidade de se informar, o que ocorre em São Paulo e no Rio de Janeiro, que enfrentam as mesmas condições de saúde existentes em todo o Brasil. Com relação à dengue, é um problema nacional muito sério. Mas V. Ex^a não deixa de ter razão ao abordar em especial o Estado do Pará, até mesmo pela desativação que o setor de saúde, principalmente de endemias, sofreu nos últimos anos, quando da transferência das obrigações do Governo Federal aos Estados, e agora com a municipalização da saúde. Era o que tinha a acrescentar, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Luiz Otávio. Procuro às vezes compreender, não desejo criticar, pois é uma questão do Pará, como é que o Prefeito de Belém, que é do Partido dos Trabalhadores, tem, com relação ao Ministério da Saúde, um envolvimento maior e até um atendimento melhor do que o próprio Governador do Estado. Foi na capital do Pará que tivemos o maior índice da dengue, mas vem sendo combatida a contento, os convênios vêm sendo realizados, o trabalho está sendo feito.

A capital do Pará hoje tem 60 equipes do Médico da Família atendendo à população em suas casas. Essas equipes estão instaladas lá, comandadas e recebendo os recursos do Ministério da Saúde. Eu não consigo entender como é que o Governador Almir Gabriel, repito, do PSDB, do partido do Ministro da Saúde, do partido do Presidente da República, médico, entendido no assunto, não consegue atender à necessidade da população. A hanseníase, a tuberculose, a febre amarela e a dengue grassam no Estado do Pará e, sem um combate efetivo, essas doenças aumentam a cada dia.

Não consigo entender como é que há seis anos o Governador está à frente do Pará, e Teresina, capital de um Estado muito mais pobre do que o Pará, continua sendo referência na área da saúde naquela região; e isso é dito por todos os prefeitos da AMAT. Belém fica a 300 km de Tucuruí; Teresina fica a 300 km mais 900 km. As pessoas que são amigas nossas, que nos conhecem de Tucuruí, saem de lá para se tratar em Teresina. É inadmissível fatos como esses. O Governador precisa tomar mais cuidado. E o Ministro da Saúde, que tem tido uma ação política interessante, que tem conquistado a opinião pública com as suas ações, precisa saber o que está acontecendo no Pará, precisa fiscalizar: ou ele está enviando o dinheiro ou não. O fato é que os trabalhos não estão sendo feitos.

E digo aqui: registrou-se cinco mil casos de dengue, segundo os dados da Secretaria de Saúde do Pará, em 2000. No início deste ano – trouxe este fato à tribuna –, só no Município de Tucuruí, acredito que tenha havido quase 30 mil casos de dengue. E isso está se alastrando no Município de Santarém, no Estado do Pará. As notícias que recebi ontem de lá são extremamente preocupantes. A dengue está tomando conta do município. É o segundo maior município do Estado. E quero saber que providências o Governador e o Ministro da Saúde vão tomar para um caso desta gravidade.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Ademir Andrade, serei muito breve mesmo. Desejo salientar que o assunto de V. Ex^a não é regional. V. Ex^a mesmo reconhece que o assunto é de âmbito nacional, não é apenas de seu Estado. Mas quero aqui prestar um testemunho com relação ao Estado de Mato Grosso do Sul, onde o número de casos de dengue tem se ampliado consideravelmente. E até muitos nem mais estão procurando os postos públicos. Tratam-se em casa mesmo, de uma maneira ou de outra. De sorte que as estatísticas têm que levar em conta este fato também, de que muitos não chegam ao conhecimento das autoridades. Porque a dengue tem se alastrado. No meu Estado, tem se alastrado e bastante. Quero cumprimentar V. Ex^a.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, mas não compreendo como essas estatísticas não chegam, porque, no caso de Tucuruí, por exemplo, existe um hospital regional, administra-

do pela Secretaria Estadual de Saúde. Ora, se ocorreram ali de 25 a 25 mil casos de dengue em menos de dois meses, como não se registra um fato dessa ordem? E agora esse surto, com toda essa violência, está chegando à segunda maior cidade do Estado do Pará, que é Santarém.

Por isso, venho aqui pedir providências ao Governo, ao Ministro José Serra, ao Governador do Pará: não deixem o povo daquele Estado abandonado, como está acontecendo.

Gostaria de que o Congresso Nacional, o Senado da República – na figura de nossos companheiros Tião Viana, Sebastião Rocha, entre outros médicos da Casa – pudesse chamar a uma discussão, porque o noticiário está em todas as páginas de jornais, é febre amarela, é dengue, malária, enfim, são doenças que não deveriam existir mais na pátria brasileira.

O Governo brasileiro está praticamente extinguindo a aftosa do gado bovino, não está permitindo que doenças cheguem ao nosso rebanho. Então, como é possível não enxergar doenças já tão antigas e para as quais medicamentos e forma de combate já são conhecidos, e doenças que não existem mais nos países avançados do mundo? Por que o Brasil não investe nessa direção? Por que às vezes está investindo no combate de doenças do gado bovino, na febre aftosa, preocupado com as exportações, sem olhar a necessidade do ser humano, sem olhar a necessidade do povo que não tem como comprar remédios, não tem onde se tratar, não tem nem como trabalhar e precisa sofrer as agruras dessas doenças que já deveriam ter sido extintas do nosso País?

Era esse o registro que queria fazer, Sr. Presidente, e solicito que V. Ex^a registre nos Anais do Senado a íntegra do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO
SR. SENADOR ADEMIR DE ANDRADE.**

O crescimento das doenças endêmicas no Pará e no Brasil.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB – PA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o Estado do Pará ocupa a posição inglória de campeão nacional de casos de malária. Nos últimos anos, houve um aumento de 87% nos casos diagnosticados. Somente no ano 2000, foram notificados cerca de 270 mil casos, o equivalente a 40% do total dos casos dessa doença registrados em toda a Amazônia Legal.

Nada mais eloquente do que dados como esses para ilustrar o descaso do governo ao combater doen-

ças que acometem sobretudo as camadas mais pobres da população da região. As ações governamentais vêm de forma tardia, nunca preventivamente, sempre buscando remediar o problema quando já instalado.

A Secretaria Estadual de Saúde – SESPA lançou, em 22 de janeiro passado, o Plano Operativo de Combate à Malária no Estado do Pará, envolvendo na operação, boa parte de seus agentes de saúde, além do pessoal cedido pela FUNASA.

A atuação substantiva da SESPA no combate às endemias é bem recente. Ela é consequência direta da decisão estratégica de transferir essas ações de combate para a esfera estadual e municipal, adotada pelo Ministério da Saúde, em 26 de outubro de 2000.

No Pará, com essa descentralização, a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA transferiu para o Governo estadual todos os seus recursos estratégicos do trabalho de campo (prédios, máquinas, veículos, equipamentos e recursos humanos). Somente no caso de Belém, que já possui uma infra-estrutura de combate às endemias, a descentralização se fez diretamente para o município.

Sras. e Srs. Senadores, a tarefa da Secretaria de Saúde do Pará é de grande monta. Essa transferência de competência se faz num momento perigoso, de grande incidência de casos de malária e também de outras doenças endêmicas, entre as quais a dengue e a hanseníase.

No que se refere à malária, o quadro evolutivo feito pela SESPA demonstra que o número de ocorrências da doença aumentou assustadoramente, nos últimos dez anos. Em 1990, foram registrados 109 mil 399 casos, e, no ano passado, 269 mil 216 casos.

A queda nos números, registrada em 1999 não se manteve. Os 144 mil e 12 casos registrados naquele ano saltaram para quase 270 mil!

A região nordeste do Pará, onde estão localizados municípios como Viseu e Paragominas, é a que mais preocupa. Lá ocorreram 32% de todos os casos do Estado, constatando-se um crescimento significativo nos últimos dois anos: de 52 mil incidências em 99 para mais de 80 mil no ano passado. Em seguida vem o sudeste e o sul do Estado, a Região das Ilhas e o Baixo Amazonas. Os doentes, em sua maioria, residem em municípios próximos às rodovias Belém-Brasília e Pará-Maranhão.

Pelo mapa da Secretaria de Saúde, as regiões que apresentam maior risco estão nos locais onde o homem está produzindo, especialmente as áreas de

mata fechada, nos locais de extração de palmito e de pecuária extensiva.

Os focos mais preocupantes são encontrados nas áreas de ocupação desordenada. Em Belém, por exemplo, a área conhecida como loteamento Tocantins, próximo a Icoaraci, é o retrato mais expressivo dessa desordem que ocorre também em muitas outras cidades carentes de planejamento habitacional.

É lamentável e tremendamente injusto. A população carente é que paga o preço da inexistência de obras de urbanização, saneamento e segurança, sendo maltratada por epidemias, principalmente pela malária.

E não é só a malária não, Sr. Presidente. Foram também registrados no ano 2000 cerca de 5 mil casos de dengue. O crescimento foi de 140%! O número de casos saltou de 2 mil para 5 mil.

A área de maior incidência é a Região Metropolitana de Belém, onde ocorreram 85% dos casos, sendo 70% deles na capital.

Aliás, o aumento dos casos de dengue ilustra bem o quanto o combate às epidemias não foi prioritário, nos últimos tempos.

O *aedes aegypti*, mosquito transmissor da doença, já havia sido erradicado do território paraense em 1932. Dez anos depois, reapareceu no Município de Redenção. Hoje, o mosquito é encontrado em 99 dos 143 municípios paraenses, tendo sido registrada uma epidemia em 97, com 26 mil casos. Se tivesse ocorrido ação rápida pelo Poder Público, em 1992, talvez a situação seria bem diferente hoje. A população está pagando pela negligência.

Hoje, não só a população do Pará e da Amazônia estão alarmadas e pagando o preço pela negligência do Estado. A dengue, por exemplo já esta de volta em vinte estados brasileiros, entre eles: Minas Gerais, Brasília e São Paulo.

Sras. e Srs. Senadores, falhas na vigilância epidemiológica e mudanças provocadas pela urbanização acelerada e sem planejamento explicam o retorno da dengue e de outras doenças como hanseníase, tuberculose, febre amarela, e outras.

Segundo matéria publicada no jornal *O Globo* de 6 de fevereiro passado, intitulada *Região Norte volta a sofrer com velhas doenças*, estudos da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz revelam que a hanseníase persiste com taxas elevadas nas nossas estatísticas. Em 1995, a taxa da doença no Amazonas foi de 32 para 10 mil habitantes, bem longe da meta fixada pela Organização Mundial da Saúde, que é de 1 para 10 mil.

O Brasil já ocupa o segundo lugar no mundo em número de pessoas infectadas. São pelo menos 40 mil novos doentes a cada ano.

Sras. e Srs. Senadores, não foi meu objetivo falar exaustivamente sobre cada uma dessas doenças endêmicas na Amazônia. Quis, principalmente, externar minha preocupação não só com a falta de atenção no combate a enfermidades que pareciam já estar controladas no País, mas sobretudo com a altíssima incidência de malária no Estado do Pará.

Ao concluir esse breve pronunciamento, gostaria de fazer um apelo ao Ministro da Saúde, José Serra, para que acompanhe e fiscalize passo a passo as ações empreendidas na esfera estadual e na municipal. Os estados da Amazônia Legal e o Pará, em particular, com toda certeza, têm carências de ordem técnica e gerencial e encontrarão dificuldades para garantir sem problemas a continuidade das ações contra as epidemias.

A descentralização do controle e combate de doenças tem de ser feita sem oferecer aumento de risco para a população. Caso haja ineficiência no processo, as consequências mais graves serão sentidas pela camada mais carente, sem dúvida as mais afetadas por essas epidemias.

Ao concluir esse breve pronunciamento, Sras. e Srs. Senadores, gostaria de pedir mais seriedade e eficácia no combate e na erradicação de moléstias como a malária, a dengue, a hanseníase, a tuberculose, a febre amarela e tantas outras.

A alta incidência dessas doenças no País não é somente sinal incontestado da precariedade das condições de vida de grande parcela da população brasileira, é, antes de tudo, prova cabal de que a saúde pública não é prioridade no Brasil.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – V. Ex^a será atendido.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quem assistiu ontem ao programa Fantástico, da TV GLOBO, se prestou bastante atenção, deve ter ficado admirado e estarrecido ao tomar conhecimento de que uma instituição, inclusive com escritórios nos Estados Unidos e em Belém, está vendendo no Estado do Pará imensas áreas.

O repórter do Fantástico esteve no escritório e conversou com o cidadão que seria encarregado de

fazer as negociações. Esse cidadão afirmou que tinha florestas e terras em todo tipo de lugar e que, inclusive, encaminharia os projetos com vistas à sua legalização.

Sr. Presidente, por coincidência, eu tinha recebido de um jornal de Roraima denúncias de que ONGs estão negociando terras pela internet, o mesmo caso do Pará e, há pouco tempo, havia denunciado que uma instituição denominada Associação Amazônia comprara 172 mil hectares no sul do Estado de Roraima. Essas instituições comandaram um trabalho intenso para demarcação de imensas reservas indígenas e ecológicas e as terras que ficaram fora das áreas demarcadas estão sendo vendidas por elas da maneira mais absurda possível.

A própria CPI da Grilagem de Terra da Câmara dos Deputados já constatou essas ações, mas agora a coisa já não se faz sorrateiramente, mas pela Internet. Qualquer pessoa pode acessar o site dessas instituições e fazer o negócio que quiser. Por exemplo, no meu Estado, onde 57% da área territorial está pretendida pela Funai, outro tanto, em torno de 30%, para reservas ecológicas e parques nacionais, sobram para o Estado 12% da sua área, que estão sendo vendidos por essas instituições.

É preciso que tomemos uma posição menos complacente em relação a essa situação. Não posso entender como o Governo brasileiro assiste de maneira tão tranqüila a esse verdadeiro assalto que se faz na Amazônia, apenas se preocupando com o Brasil que fica ao leste da Linha de Tordesilhas.

Fico realmente pasmo, como representante de um Estado da Amazônia, inclusive signatário junto com vários outros companheiros, como os Senadores Bernardo Cabral, Gilberto Mestrinho e outros 40 Senadores de uma CPI para investigar essas instituições, não vendo atitude nenhuma por parte do Executivo. Aliás, vi ontem o Ministro Raul Jungmann dando uma declaração de que iria determinar providências para que se identificassem essas áreas e se tomassem providências no sentido de pôr um freio a esse verdadeiro assalto aberto à Amazônia, ao nosso patrimônio, que é aquela imensa região.

Há alguns dias, eu estava compilando dados, desde a época da Constituinte, e vi que essas denúncias já vinham de muitas décadas. Mas, principalmente na época da Constituinte, aconteceram várias denúncias de instituições que, inclusive, patrocinaram emendas para garantir essa forma de ação dessas instituições, sem qualquer controle do Governo brasileiro.

O Senado precisa efetivamente – e esse é um apelo que faço – instalar uma CPI, que já foi aprovada e está aguardando apenas a designação dos membros pelos Partidos – acabei de falar com o Líder Renan Calheiros; falei com o Líder Hugo Napoleão na semana passada e vejo que, hoje, o PSB já designou o seu membro. É preciso que urgentemente instalemos essa CPI para investigar essas instituições que estão, efetivamente, vendendo a Amazônia.

Não posso entender como órgãos como o Incra, o Ministério da Justiça, através da Polícia Federal e outras instituições, não estejam seguindo de perto a ação de verdadeira grilagem, para ser suave, dessas instituições. Não é mais um pesadelo de que se ouve falar. Esses fatos estão concretamente na Internet, repetito. É preciso, portanto, tomarmos essa posição.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Concedo, com muito prazer, o aparte a V. Ex^a, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet (PMDB – MS) – Senador Mozarildo, a sua preocupação é minha também e acredito que de todos desta Casa. Trata-se de um assunto muito importante, porque isso diz respeito à própria soberania nacional. Realmente, devemos saber o que está ocorrendo. E V. Ex^a é um homem da região e tem reiteradamente ocupado esta tribuna para manifestar o seu temor, a sua grande preocupação com o que está acontecendo na Região Amazônica. De sorte aplaudo a iniciativa de V. Ex^a e concordo com ela, como, aliás, já o fiz em ocasiões anteriores. É imprescindível que isso se realize. Volto a repetir: trata-se de questão de soberania nacional.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que, aliás, foi um dos signatários do requerimento para a instalação dessa CPI das ONGs. Só por meio de uma investigação feita por uma CPI vamos chegar efetivamente a fazer um diagnóstico, um verdadeiro raio x da atuação dessas instituições.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Tenho o prazer de conceder o aparte ao Senador Bernardo Cabral.

O Sr. Bernardo Cabral (PFL – AM) – Senador Mozarildo Cavalcanti, quando, no final do ano passado, trocávamos idéias da necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurasse a atuação das organizações não governamentais, V. Ex^a,

comigo e com o Senador Gilberto Mestrinho, trocava idéias para fazer a distinção entre aquelas que realmente produziam, trabalhavam daquelas outras que vêm para cá sem sabermos a sua origem, de que forma comportam-se, o dinheiro que vem por aí, de modo que entendíamos que essa Comissão Parlamentar de Inquérito era necessária. No entanto, recebeu V. Ex^a, assim como eu, algumas interpretações errôneas segundo as quais estaríamos querendo apurar apenas um assunto que não tinha a gravidade que merecia da tribuna do Senado. Veja V. Ex^a que, como se trata de um programa de enorme repercussão, o povo brasileiro começa a sentir que a gravidade é tamanha, que envolve a soberania nacional. Nada melhor do que o dado que V. Ex^a trouxe no tocante à compra dessa fabulosa área de milhares e milhares de hectares, a qual, aliás, foi um dos itens que motivou o requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito, agora renovado e para o qual V. Ex^a já adquiriu novamente o número necessário de assinaturas. Faço esse registro para mostrar como V. Ex^a estava certo ao apontar o caminho, indicando uma solução para o caso: a Comissão Parlamentar de Inquérito. Solidariedade de minha parte é pouco, porque V. Ex^a já a tem. Vamos ver se damos seqüência a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Meus cumprimentos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Senador Bernardo Cabral, agradeço-lhe o aparte. Juntamente com o Senador Gilberto Mestrinho, trocamos idéias sobre a conveniência e a importância dessa CPI. Inclusive, fiz questão que V. Ex^a fosse o primeiro signatário desse requerimento, secundado pelo Senador Gilberto Mestrinho, por mim e pelo Senador Moreira Mendes, que está presente. Logo, mais do que nunca, é oportuno que essa CPI comece a funcionar porque, com a denúncia de ontem do Fantástico, podemos ter uma dimensão exata do alcance dessas instituições. E aqui é preciso bem frisar: é preciso até que ela funcione, essa CPI funcione para que possamos bem fazer a separação do joio do trigo, porque existem grandes organizações não governamentais que prestam relevantes serviços ao País. Portanto, não sornos aqui a priori contra nenhuma; queremos é saber quais aquelas que trabalham efetivamente a favor do País e dos brasileiros e aquelas que estão a serviço de corporações estrangeiras e aproveitando-se, inclusive, da fragilidade do nosso sistema policial e de segurança e invadindo áreas nessa imensa região que responde por 60% do território brasileiro, que é a Amazônia.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Permitte-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Ouço V. Ex^a com muito prazer, Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Eminente Senador Mozarildo Cavalcanti, veja que coincidência: ao chegar ao gabinete, passaram-me uma série de mensagens transmitidas por e-mail, e uma delas vem exatamente ao encontro daquilo que V. Ex^a traz, nesta tarde, à tribuna do Senado. Vou apenas me permitir a abertura do documento, que é longo. O título é “A Amazônia não é o Texas”.

Notícias do Amazonas dão conta de que estrangeiros, principalmente, americanos do Norte, inclusive ONGs, estão adquirindo terras da região da Amazônia, pagando muito bem, e, com isso, ludibriando as autoridades e enganando os empobrecidos proprietários de terras que sofrem o desemprego e até o arrocho do governo brasileiro, que nada lhes dá e só lhes tira, em tributos de toda ordem.

Por isso, Senador Mozarildo Cavalcanti, associo-me a V. Ex^a em seu pronunciamento. Também subscrevi novamente o pedido de abertura desta CPI para apurar como funcionam as Organizações Não-Governamentais no Brasil, a fim de que, seguindo o seu raciocínio, possamos separar o joio do trigo, distinguindo as que realmente prestam relevantes serviços ao nosso País daquelas que apenas se aproveitam dessa condição de ONG, tão em moda hoje, para, de alguma sorte, tirar algum proveito. Estaremos diligentes para colocar esta CPI para funcionar, realmente apurando todas as falcaturas que acontecem no País, notadamente na Amazônia, com a questão das terras.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Agradeço a V. Ex^a; Senador Moreira Mendes, que, sendo de um Estado amazônico, que é Rondônia, conhece muito bem esses problemas.

Eu gostaria que este não fosse um assunto de preocupação apenas dos Senadores da Amazônia. Afinal de contas, como eu disse, a Amazônia representa 60% do território brasileiro e, portanto, deve ser uma preocupação dos Senadores de todo o País. Como V. Ex^a disse, devemos constituir esta CPI para fazer um raio X do funcionamento dessas instituições, procurando saber quais são aquelas que efetivamente trabalham em benefício das populações e aquelas

que trabalham contra o Brasil, principalmente as que agora até vendem, via Internet, terras na Amazônia.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Tenho o prazer de conceder um aparte a V. Exª, Senadora Heloísa Helena.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª já teve a oportunidade de ouvir um aparte meu ainda no início da coleta das assinaturas em prol do requerimento de V. Exª. Quando eu ainda estava na Liderança da Oposição, prontamente encaminhei os nomes dos membros da Oposição para fazer parte da Comissão Parlamentar de Inquérito requerida por V. Exª. Fizemos isso não apenas pela preocupação que temos com a ação de algumas poucas Organizações Não-Governamentais, especialmente na Amazônia, mas também por respeitarmos a atitude de qualquer Parlamentar ou de Parlamentares que, no conjunto, entendem que a Comissão Parlamentar de Inquérito é o instrumento mais apropriado para tal tipo de apuração, por ser constitucional e ter poder de investigação própria das autoridades judiciais, com mecanismos de investigação mais ágeis. Por esse motivo, assinamos o requerimento em favor da CPI. E, aproveitando o pronunciamento de V. Exª e os apartes de outros Senadores que ressaltam a importância da CPI, apelo a V. Exª para que discuta o assunto em seu Partido, a fim de que seus membros também assinem o requerimento de CPI que estamos fazendo para analisar indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública na máquina do Governo Federal. Faço este apelo a V. Exª e ao seu Partido por entender que a CPI é instrumento importante e constitucional e também por respeitar e não fazer diante de V. Exª nenhum debate ideológico e programático sobre a questão das ONGs. Agradeço-lhe, Senador Mozarildo Cavalcanti, pela concessão do aparte.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Também agradeço a V. Exª pelo aparte ao meu pronunciamento.

Senadora Heloísa Helena, embora não esteja mais na Liderança do Bloco, peço a intervenção de V. Exª para que o Bloco, como fez no ano passado, indique logo os membros para a Comissão.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Já indicamos, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Pelo que consta, até agora só o PSB indicou os seus membros.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Não, Senador. O Bloco da Oposição já fez a sua indicação. O titular seria o Senador Tião Viana, já que a Senadora Marina Silva, na época, estava de licença. Porém, já refizemos a indicação, e o Partido dos Trabalhadores foi o primeiro a fazê-la.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Senadora Heloísa Helena, por uma interpretação equivocada do Regimento, considerávamos que o prazo do requerimento, apresentado no ano passado, só passaria a contar a partir da constituição da CPI, ou seja, da indicação dos membros. No entanto, acabou a sessão legislativa, e nem todos os Partidos indicaram seus membros – é verdade que o Bloco indicou. Diante disso, reapresentamos o requerimento – agora com 43 assinaturas –, e, em relação ao novo requerimento, o Bloco ainda não apresentou os membros.

A Srª Heloísa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Mozarildo Cavalcanti, não se preocupe, porque o Senador José Eduardo Dutra fará a indicação ainda hoje. Espero que V. Exª e a estrutura partidária da qual faz parte possam também entender o meu apelo, com a sensibilidade necessária, para que possamos realizar a CPI.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Perfeitamente, Senadora Heloísa Helena.

Também gostaria de dizer a V. Exª, em resposta a um pequeno ponto do seu aparte, que não é intenção, nem minha nem dos outros Senadores que assinaram o requerimento, tornar ideológico o debate a respeito de ONGs. Queremos, sim, investigar a atuação delas. Creio até que essas instituições não devem ter ideologia, mas ideais a perseguir.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Concede-me V. Exª um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR) – Com muito prazer, Senador Gilberto Mestrinho.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Exª já conhece minha posição a respeito dessas ONGs e da atuação delas e, mais do que isso, da influência decisiva que elas exercem sobre o Governo brasileiro. A política ambiental brasileira é toda ditada por essas ONGs! A política indígena é ditada por essas ONGs! Tudo vem em ordem de fora e aqui se cumpre. Por isso é que elas se atrevem agora a comprar terras e a vendê-las no exterior. Infelizmente, o Governo Federal não toma nenhuma providência, não toma nenhuma medida capaz de apurar esses fatos e chegar a resultados que defendam a soberania brasileira. Nessa história

de ONGs, a verdade é que mais de 100 milhões de hectares da Amazônia já estão neutralizados – com reservas indígenas, reservas ecológicas, parques nacionais –, como no Estado de Roraima, onde só 12% das terras ficam para as populações do Estado. Por isso, é necessário que se apure não apenas isso, mas também a influência que essas organizações têm dentro do Governo brasileiro, dentro do Ministério do Meio Ambiente e dentro do Ministério da Justiça em relação à Funai, para que separemos aquelas interessadas no Brasil – e há ONGs sérias – das que somente cumprem ditames internacionais ou que pretendem apenas fazer negócios. Muito obrigado pela concessão do aparte, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PFL – RR)

– Eu é que agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

Concluo, Sr. Presidente, reiterando o apelo aos Srs. Líderes partidários para que indiquem os membros da CPI, que já está constituída e aprovada desde o dia 19 do mês passado, aguardando-se apenas a indicação dos seus membros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, volto a esta tribuna para defender o Estado da Bahia. Mais do que isso, volto a esta tribuna para defender o próprio País.

Venho denunciar o abandono, o estado precário das estradas federais em meu Estado e a absoluta indiferença do Governo Federal, em especial do Ministério dos Transportes, em relação ao assunto.

Não é assunto novo. Nem desconhecido do Governo.

Desde janeiro de 1995, em inúmeras oportunidades, o Governador da Bahia procurou o Governo Federal, encaminhou relatórios detalhados sobre a situação das estradas federais no Estado. Enfim, tentou sensibilizar o Governo sobre a questão.

O Presidente Fernando Henrique, já no dia da sua posse, 1º de janeiro de 1995, recebeu um relatório minucioso sobre o problema. Na ocasião, encaminhou o documento para o então Ministro dos Transportes, Odacir Klein.

Passados três meses, o então Governador da Bahia, hoje nosso querido Senador Paulo Souto – que, felizmente, para nós, amanhã voltará às suas atividades, pois teve de fazer uma intervenção cirúrgica

rápida –, encaminhou ao Presidente um novo documento, onde mostrava a situação da malha rodoviária federal e propondo várias ações.

Em resposta, o Governo Federal solicitou ao Estado que apontasse prioridades para a recuperação das estradas na Bahia. Foi feito.

Por diversas vezes, a Bahia buscou alternativas para resolver, cada vez mais, a crônica situação das estradas federais.

Ainda em 1995, o Governador do Estado propôs uma ação conjunta para a recuperação da malha viária no oeste baiano. Pela proposta, o Estado obtería financiamento junto ao BNDES para a recuperação e conservação dessas vias.

Sr. Presidente, claro que não vou citar, uma a uma, as iniciativas que o meu Estado empreendeu em busca do apoio e da ação do Governo Federal. Iria cansar V. Ex^a, Srs. Senadores: somente nos últimos cinco anos, por dezessete vezes, as estradas baianas estiveram na pauta de encontros do Governo baiano com autoridades do Governo Federal.

Lamentavelmente, pouco foi e tem sido feito.

Com isso, as estradas da Bahia estão sendo destruídas. Até mesmo as estaduais têm sido afetadas, como terei oportunidade de detalhar.

De acordo com avaliação do próprio Governo Federal, dos 4.800 quilômetros de estradas federais na Bahia, 2.900 quilômetros estão em estado precário ou, no máximo, regular. Apenas 14% estão em boas condições.

Até novembro de 2000, de um total de mais de R\$184 milhões originalmente autorizados para investimentos na área de transportes na Bahia, apenas 34% foram empenhados. Menos ainda, somente 20% foram efetivamente pagos. Muito pouco, se comparados com o total de R\$527 milhões estimados para restaurar a malha federal no Estado.

Vou repetir, para que V. Ex^a atente para as perversidades:

são necessários R\$527 milhões para recuperar as estradas;

são autorizados, para investimentos no setor, somente R\$184 milhões, menos da metade do necessário;

o Governo empenha somente R\$62 milhões, menos de 12% do necessário.

Por fim, o Governo libera, para recuperar todas as estradas federais no Estado, a quantia de R\$36 milhões, menos de 7% do que se estimava necessário.

É o segundo menor percentual de execução orçamentária na área de transportes dos Estados nordestinos!

No Sudeste, São Paulo obteve 78%; no Sul, Santa Catarina obteve 81%.

Isso não pode continuar.

Todos sabem da importância das estradas federais na Bahia. O Estado detém 10% da malha rodoviária federal, e suas estradas são importantíssimas para a passagem de produtos entre o Sul/Sudeste e o Norte/Nordeste.

O descaso do Governo Federal, nesse caso, também tem prejudicado a política de investimentos do Governo Estadual no setor de transportes. O mau estado das estradas federais traz consequências às rodovias estaduais. Por não serem projetadas para o transporte pesado, as estradas estaduais deterioram-se com o tráfego de carretas, que fogem das estradas federais.

Todas as autoridades federais reconhecem a gravidade do assunto e a importância econômica e social para o País de a Bahia contar com boas rodovias.

Mas não basta, é claro. Há que ter ações concretas.

Discursos vindos de quem deve e pode agir são bem-vindos, desde que, junto com eles, venham as ações reclamadas. Fala-se hoje que as palavras pouco significam; o que importa é a ação.

Sempre que instado sobre o assunto, o Ministro Eliseu Padilha reconhece o estado precário das estradas federais na Bahia. Contudo, sua avaliação não se tem traduzido em ações e resultados concretos. Em 9 de maio do ano passado, S. Ex^a afirmou: "O sistema rodoviário baiano realmente está em petição de miséria, pedindo água". Antes disso, em 1999, numa solenidade de liberação de recursos para a recuperação de estradas federais, o Ministro reconhecia: "As rodovias baianas têm, em média, 25 anos. A Bahia mudou, mas o sistema viário, infelizmente, não mudou".

É verdade. A Bahia mudou. E mudou muito. Cada vez melhor. E o mais importante é que mudou para bem servir ao País.

E as estradas permanecem as mesmas. Aliás, já não são as mesmas, estão gastas, deterioradas, com tráfego muitíssimo superior às previsões para as quais foram projetadas.

Isso não pode continuar.

As estradas federais na Bahia são tão precárias quanto as estradas federais no Brasil. Talvez as estradas estejam no seu estado de maior gravidade. Isso

incentiva os assaltos e as mortes, que se multiplicam com os desastres causados pela falta de condições das rodovias.

Sr. Presidente, eu trouxe aqui, mas não vou ler, vou pedir a V. Ex^a a transcrição, de acordo com o dispositivo regimental, a cronologia das audiências com o Governo Federal, os ofícios encaminhados, o acompanhamento das execuções orçamentárias e das declarações do Ministro Eliseu Padilha, que tem sido pródigo nas suas declarações, mas muito pouco eficiente no cumprimento das suas palavras. As causas, não sei. Mas certamente o Ministro poderá explicá-las, para que a Bahia, os baianos e os brasileiros possam ter o direito de trafegar em estradas em condições.

É importantíssimo que o Senado, por intermédio da sua Mesa, envie ao Ministro Padilha essa documentação.

Não pode continuar assim.

A experiência do meu colega e amigo Francieli no Pereira me fez vir hoje à Tribuna. Ele dizia, com propriedade de quem tem muita cancha: "Eu, desde Deputado, achei sempre que sexta e segunda eram os dias mais apropriados para se cuidar dos problemas dos Estados, porque é mais fácil, nesses dias, de se obter a palavra e fazer as reclamações exigidas. Os problemas políticos podem ser abordados nos outros dias da semana".

Hoje, atendendo a esse reclamo, estou na Tribuna, na certeza de que o Governo Federal tomará as providências.

Uma coisa também me cabe advertir, neste instante. Há uma intervenção no DNER ou o DNER vai acabar. Mas se o DNER acabar e as agências vierem com nomes que não tenham gabarito e seriedade, vamos ter sempre no DNER os mesmos problemas que estamos tendo até aqui, e que, infelizmente, a minha verdade é a verdade exata.

Dá por que apelo para os Srs. Senadores, apelo para a Mesa, o Sr. Presidente, para que vejam esse problema, que é da maior gravidade para o Brasil e principalmente para o meu Estado. O meu Estado tinha a melhor malha rodoviária estadual; hoje já não tem. Por quê? Porque as estradas federais são intransitáveis e todos os caminhos se dirigem para a área das estradas estaduais. As rodovias estaduais não foram feitas para esse tráfego tão pesado. E, conseqüentemente, estamos assim também com as estradas estaduais, que foram refeitas com muito interesse e com muito recurso do Estado, para se fazer a melhor malha rodoviária estadual do Brasil. E se fez.

Basta dizer que no oeste fizemos mais de dois mil quilômetros.

Portanto, estamos numa situação de apelar – o Governador já apelou, desde o Governador Paulo Souto. E o Ministro sempre responde. O Líder do PMDB foi uma vez até ao Presidente da República – Líder na Câmara –, com seus Parlamentares, e os jornais baianos noticiaram, há mais de dois anos: “Agora, sim, a coisa vai”. Mas não foi. A coisa está piorando. E porque está piorando, Sr. Presidente, apelo para o Senado da República para que dê conhecimento ao Ministro dos Transportes deste meu apelo, desta minha fala, para que a Bahia sofra menos com a sua atuação.

Com essas palavras, tenho certeza de que estou traduzindo o pensamento quase generalizado dos Srs. Senadores.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Tem a palavra o Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, solidarizo-me com V. Exª. Hoje, abrimos os jornais e vimos nas primeiras páginas que o Governo levou um prejuízo de US\$30 bilhões em função da desvalorização do real em torno de 9,8%. No Orçamento deste ano está previsto o pagamento de R\$140 bilhões de serviços da dívida pública brasileira. E a Bahia – a nossa Bahia, minha e de V. Exª, porque sou baiano de nascimento, embora seja paraense de coração – está com as estradas no estado em que V. Exª relatou e precisaria de um investimento de apenas R\$560 milhões, o que é muito pouco diante de tudo que está se fazendo. Por isso, Senador, temos defendido nesta Casa um tratamento mais atento, uma discussão mais aprofundada sobre a dívida brasileira, tanto a externa quanto a interna. Também sou solidário, Senador, quanto à extinção desses órgãos. Não sei se é correto extinguir, diante dos fatos relacionados. O correto é discutir, é dar oportunidade àqueles que se servem desses órgãos de corrigir seus erros, de combatê-los, de buscar seu correto encaminhamento, como no caso da Sudene no Nordeste, da Sudam no Pará, do Basa e do BNB. Precisamos discutir, dar oportunidade a funcionários, ao segmento empresarial e aos políticos da região, democratizar a gestão dessas Instituições, para que elas funcionem em benefício da sociedade. Não sei se extingui-las é o caminho certo. Deve-se punir quem errou, quem desviou recursos públicos, mas, fundamental-

mente, corrigir os erros e colocar essas Instituições a serviço da população. V. Exª tem minha solidariedade nesses dois pontos do seu discurso. Obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Agradeço e incorporo com muito gosto o aparte de V. Exª, que demonstra, com tanta sensibilidade, o apoio indispensável para a correção das estradas brasileiras e, em particular, da Bahia.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Antonio Carlos Magalhães, concordo com a afirmação de V. Exª de que segunda-feira e sexta-feira são os dias adequados para se levantar os problemas do Estado. Quero aproveitar o gancho do seu discurso – aliás, muito apropriado – e dizer que o descaso com as rodovias federais não é apenas um privilégio da Bahia. Rondônia, hoje, sofre horivelmente esse descaso. Temos lá quatro importantes rodovias federais e apenas uma delas, a BR-364, que é o grande eixo que corta o Estado de Rondônia no sentido longitudinal, vem merecendo relativa atenção dos órgãos ligados ao DNER. As outras três estradas – a BR-429, a BR-421 e a BR-425 – estão relegadas ao mais completo abandono. Veja que verbas foram repassadas para o ex-Governador do Estado de Rondônia, que desviou todos os recursos. Por anos consecutivos, o Governador José Bianco e nós tentamos, junto ao Tribunal de Contas, liberar essas três estradas, tirá-las do vermelho, naquela Corte. Mas, lamentavelmente, esse mesmo ex-Governador que desviou as verbas continua andando impoluto pelos corredores do Ministério dos Transportes e do DNER como se ainda fosse Governador. E para esse ex-governador, passem V. Exªs, ainda são liberados recursos, enquanto para o atual, andamos todos os meses de pires na mão, no Ministério, e não conseguimos a liberação dos recursos – são emendas parlamentares, lá do meu Estado. Quero aqui concordar com V. Exª, dizer que realmente há um descaso do DNER e do Ministério dos Transportes com relação ao nosso Estado e que é preciso mudar esse estado de coisas. O Ministério dos Transportes não pode apenas ser um Ministério que atenda aos interesses dos Parlamentares do PMDB. Essa é uma indignação que trago comigo, que não é de hoje. Sempre acontece dessa forma e não conseguimos avançar naquilo que é interesse do meu Estado. Era o que tinha a acrescentar ao pronun-

ciamento de V. Ex.^a, eminente Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – O aparte de V. Ex.^a, tem um grande significado, inclusive que V. Ex.^a, traduz a sua indignação em relação ao seu Estado e, mais ainda, ao absurdo de um ex-Governador ainda estar transitando no Ministério dos Transportes como se Governador fosse, liberando verbas que o Governador José Bianco, que é um homem de bem, como V. Ex.^a, também, não consegue.

Isso é uma coisa absurda e que deve ser levada ao conhecimento do Senhor Presidente da República, porque isso que acontece em seu Estado talvez esteja acontecendo em muitas Unidades da Federação, e o resultado são essas estradas em estado o mais precário possível em todo o Brasil.

O Sr. Waldeck Ornelas (PFL – BA) – Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Concedo o aparte ao Senador Waldeck Ornelas.

O Sr. Waldeck Ornelas (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos Magalhães, vejo que V. Ex.^a, com muita propriedade, enfatiza hoje, nesta segunda-feira, a questão do estado de conservação, diria já da necessidade de restauração da malha rodoviária federal na Bahia, o que constitui um reclamo de todos os baianos em todas as regiões. Quero, contudo, aproveitar este pronunciamento de V. Ex.^a para fazer um adendo em relação a um outro aspecto de meios de transportes, também, por conseguinte, no âmbito do Ministério dos Transportes, que pretendo tratar numa outra oportunidade aqui nesta Casa, que é a questão da hidrovia do São Francisco. Veja que se trata de uma obra da maior importância do ponto de vista estadual, mas, sobretudo, também, do ponto de vista regional, de todo o Nordeste. É uma obra importante para o escoamento da lavoura de grãos do oeste da Bahia para os portos do litoral. Constou do **Brasil em Ação** e consta do **Avança Brasil** e da **Agenda 2001/2002**. Entretanto, não ocorrem ações necessárias para que haja a racionalização do sistema de transporte do Nordeste, com a utilização intermodal de transporte de cargas em grande quantidade. Logo, por conta da omissão em relação às obras de infra-estrutura necessárias ao transporte em geral – e V. Ex.^a enfatizou o papel da Bahia como ligação Norte-Sul –, estrangula-se a economia do Nordeste brasileiro. Ao lado da manutenção, conservação e reabilitação da malha rodoviária, agrego a este oportuno pronunciamento de V. Ex.^a o tema atinente à hidrovia do São Francisco.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Meu caro Senador Waldeck Ornelas, o aparte de V. Ex.^a é perfeito! Começo a compreender, com justa razão, que, se V. Ex.^a, embora estivesse sendo o melhor Ministro da Previdência dos últimos tempos, deixou o Ministério, foi para vir enriquecer o Senado, com a sua competência. Isso se pode perceber a cada dia e se verificará mais ainda nos dias seguintes, porque V. Ex.^a está utilizando a sua competência e a sua inteligência em favor das grandes causas do Brasil, mesmo fora do Ministério. V. Ex.^a realmente é um homem de valor e todos os seus colegas lhe têm respeito por isso.

Sr. Presidente, abordei hoje um tema político, sim, mas um tema político-administrativo e espero que ele resulte em ação favorável na área governamental, no sentido de melhoria das estradas da Bahia. Se puder melhor as do Brasil, ótimo! Mas se isso não for possível, que pelo menos melhore as da Bahia que estão entre as piores do Brasil no momento.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

1

Cronologia das audiências e solicitações ao Governo Federal

Audiências e solicitações de governadores a ministros dos Transportes

Em 1º de janeiro de 1995, durante a posse do presidente FHC:

O governador Paulo Souto entregou ao presidente um relatório detalhado da situação das estradas Federais na Bahia. Na ocasião, o presidente garantiu o empenho do governo Federal para normalizar a situação das estradas que cortam o território baiano ainda na sua gestão. FHC, inclusive, determinou que o relatório fosse levado imediatamente ao ministro Odacir Klein, o que foi feito, em janeiro de 95.

No primeiro trimestre de 1995:

O governador Paulo Souto encaminhou ao presidente Fernando Henrique Cardoso um documento retratando a situação da malha rodoviária federal. Em decorrência desse pedido o então ministro dos Transportes, Odacir Klein, solicitou à Secretaria de Transportes da Bahia uma lista de prioridades para a recuperação de estradas federais no estado.

Em 26 de abril de 1995:

O ministro dos Transportes, Odacir Klein, reconheceu os trechos das BR-242 e BR-020 na Bahia como as piores estradas do país.

Em julho de 1995:

O governador Paulo Souto enviou novo documento ao Ministério dos Transportes solicitando o repasse de recursos para a recuperação de rodovias na Bahia.

Em outubro de 1995:

O Governo do Estado propôs ao Ministério dos Transportes uma ação conjunta para a recuperação da malha viária do Oeste baiano, principalmente as BRs 020, 242 e 135. Segundo o secretário dos Transportes, Eraldo Tinôco, se o governo federal aceitasse a sugestão, o estado obteria um financiamento junto ao BNDES para a recuperação e conservação dessas vias, construção de estradas em execução no país, iniciado no governo ACM. E que, além disso, já recuperou com recursos do estado diversos trechos de rodovias Federais.

Em 16 de outubro de 1996:

Souto se encontra com o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, José Luiz Portella, e pede a retomada das obras nas estradas Federais baianas. Souto lembrou ao secretário que a Bahia tem 10% da malha rodoviária federal do país e é usada como passagem no transporte entre o Sul e o Norte/Nordeste brasileiros. Por isso merece atenção especial do governo Federal, coisa que não vem acontecendo. E para comprovar isso, e só comparar as estradas estaduais com as Federais que cruzam nosso estado.

Em 26 de novembro de 1996:

O vice-governador César Borges, disse na abertura da 30ª Reunião Anual de Pavimentação, que não vêm sendo executados os serviços básicos de manutenção e conservação nas estradas federais na Bahia. Ele conclamou os participantes da reunião a se posicionarem junto ao governo Federal cobrando investimentos para o setor, lembrando ser esta uma antiga reivindicação do governador Paulo Souto e do senador Antonio Carlos Magalhães.

Em 23 de agosto de 1996:

Durante inauguração de obras em Barreiras, o governador Paulo Souto lembrou que o senador Antonio Carlos Magalhães tem feito um discurso por semana cobrando do governo federal a recuperação das BRs 242 e 020.

Ele disse: "Agora tenho lutado no Senado para a recuperação das rodovias federais na Bahia. O ministro-interino dos Transportes já me garantiu, e ao governador Paulo Souto, que vai recuperar as BRs 242 e 020, porque hoje as estradas federais contrastam com a boa qualidade das rodovias estaduais".

Em 20 de agosto de 1996:

O secretário-executivo do Ministério dos Transportes José Luiz Portella Pereira, assegurou ao governador Paulo Souto a realização naquele ano de obras de conservação de mil quilômetros de

estradas Federais na Bahia e a recuperação da BR-110 (Ribeira do Pombal/Cícero Dantas) e dos trechos mais críticos da BR-242 (Entrocamento do Paraguaçu/Mimoso do Oeste).

A realização dessas obras deve-se à luta do senador Antonio Carlos Magalhães, que vem fazendo seguidos pronunciamentos no Congresso Nacional, cobrando do governo federal a recuperação dessas rodovias, e ao governador Paulo Souto, que também tem reivindicado as obras em contatos com o presidente Fernando Henrique Cardoso e com o Ministério dos Transportes.

Na Segunda semana de agosto de 1996:

O Governo do Estado entregou ao Ministério dos Transportes um relatório completo sobre a real situação das rodovias federais na Bahia, que hoje apresentam um dos piores estados de conservação do país, onde só 20% das estradas a cargo do Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER) tem boas condições de tráfego.

Dos 6.186 quilômetros de estradas federais na Bahia, 3.951 estão sob jurisdição do DNER e 2.235 são responsabilidade do Derba. Além disso, a Bahia conta com mais 574 quilômetros de rodovias sem pavimentação.

Em 26 de agosto de 1996:

O governador Paulo Souto esteve no Ministério dos Transportes para tratar da liberação de recursos para a pavimentação, recuperação e conservação da malha rodoviária federal na Bahia, que se encontra em situação crítica. Durante a reunião, o governador enfatizou que a ausência quase total de investimentos federais na área, nos últimos anos, tem trazido grandes prejuízos ao estado. Ele lembrou que o Governo da Bahia vem realizando os Corredores Rodoviários o maior programa de.

Em 2 de abril de 1997:

Através de protocolo: O Ministério dos Transportes se compromete a recuperar 346 quilômetros de estradas Federais na Bahia nos próximos meses. Depois da recuperação, a manutenção das estradas será transferida para o Governo do Estado, através do Derba. As obras fazem parte do Programa de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, com recursos dos bancos Mundial (Bird) e Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Em 25 de julho de 1997:

Durante visita ao governador Paulo Souto, o ministro dos Transportes Eliseu Padilha afirmou que a Bahia é um dos estados que, pelo grau de degeneração de suas rodovias, merecerá maior investimento do programa de restauração de rodovias do governo federal.

O ministro disse ainda: "que pela ação do governador Paulo Souto e de lideranças expressivas do Congresso Nacional, como o senador Antônio Carlos Magalhães e o deputado Luís Eduardo Ma-

galhães, nós este ano vamos dar à Bahia o tratamento correspondente à sua participação na malha rodoviária brasileira", destacando que estudos do Ministério comprovam que o estado, na última década, não recebeu a participação a que teria direito no orçamento, considerada a proporcionalidade entre a malha e o que foi a dotação orçamentária.

Em 14 de abril de 1998:

Acompanhado do então líder do Governo na Câmara Federal, deputado Luís Eduardo Magalhães, o governador César Borges solicitou ao ministro Eliseu Padilha, durante solenidade em Brumado, a recuperação e pavimentação de algumas estradas federais da Bahia, a exemplo das BRs 116 e 418.

O ministro garantiu que o presidente da República Fernando Henrique Cardoso vem dando uma atenção especial às estradas das regiões Norte e Nordeste. "A partir de 96 intensificamos o programa de pavimentação de estradas na Bahia e posso garantir que em dois anos estaremos concluindo a recuperação de todas as rodovias federais baianas", afirmou o ministro.

Em 19 de maio de 1998:

O Ministério dos Transportes aprovou a liberação de cerca de R\$89 milhões para a recuperação de diversas rodovias federais no estado. A informação foi dada ao governador César Borges pelo presidente da República em exercício, senador Antonio Carlos Magalhães. Além de solicitar a liberação dos recursos ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, ACM se reuniu com diversos ministros e diretores de órgãos públicos para discutir assuntos de interesse do estado.

Em 18 de novembro de 1998:

O governador César Borges e o presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Magalhães, se reuniram em Brasília, com os ministros do Planejamento, Paulo Paiva, e dos Transportes, Eliseu Padilha, para tratar do corte de R\$140 milhões para a execução de obras federais no estado.

Em 12 de fevereiro de 1998:

O Ministério dos Transportes vai aplicar este ano cerca de R\$65 milhões na construção e recuperação das estradas federais na Bahia. As prioridades de investimento foram definidas em reunião do governador Paulo Souto e do secretário de Energia, Transportes e Comunicações, Eraldo Tinoco, com o ministro-adjunto dos Transportes, José Luís Portela, em Brasília. Portela disse que a Bahia é um dos estados que mais investem na recuperação da malha rodoviária estadual e que a liberação dos recursos, do Orçamento Geral da União, é um reconhecimento do governo federal ao trabalho do governo baiano na área de transportes.

Em 11 de janeiro de 1999:

O governador César Borges e o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, assinaram ordem de serviço para as obras de recuperação de 172 quilômetros da BR-101, entre o município e Governador Mangabeira. Borges solicitou ao ministro que continue o trabalho de recuperação das estradas federais na Bahia, "porque por aqui passa muito da riqueza brasileira para o Norte e o Nordeste do país. O ministro disse que existe uma limitação orçamentária para que o governo federal recupere as estradas baianas, mas que com o apoio da bancada baiana no Congresso, liderada pelo senador Antônio Carlos Magalhães, vai lutar para que o estado receba, no mínimo, os recursos proporcionais à sua malha rodoviária. "A minha vontade é do presidente Fernando Henrique Cardoso é executar o maior número de obras. Temos a limitação orçamentária, e por isso solicitei à bancada baiana que nos ajude a dotar mais recursos para o estado e a fazer com que tenhamos uma receita permanente para o transporte".

Em 17 de março de 1999:

O governador César Borges recebeu a garantia do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha de que o governo federal vai investir na recuperação das estradas federais na Bahia – BRs 101 e 116. O ministro assegurou ainda que em abril seria iniciadas as obras de recuperação das BRs 116 e 101, cuja ordem de serviço foi assinada em janeiro.

Em 28 de abril de 1999:

O ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, garantiu ao governador César Borges, que o governo federal dará total apoio à Bahia para a obtenção de financiamento junto a organismos internacionais para projetos nas áreas de educação e transportes.

Em 29 de junho de 1999:

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, anunciou, em audiência com o governador César Borges, na Governadoria, a liberação de R\$19,8 milhões para obras de construção e conservação de estradas federais na Bahia. Está prevista a recuperação de trechos da BR-116 em Euclides da Cunha e no contorno da Vitória da Conquista; da BR-101, na travessia urbana de Eunápolis, e do acesso a Porto Seguro – obra emergencial para os festejos, no ano que vem, dos 500 anos de Descobrimento. Os recursos representam 20% do total previsto para o estado no Orçamento Geral da União, que está em torno de R\$102,21 milhões. O governador disse que a verba liberada é apenas "um paliativo". "São recursos bastante tímidos diante da grandeza da Bahia e da necessidade que temos de recuperar estradas federais existentes no estado e fazer novas. A malha rodoviária federal baiana é a terceira maior maior do país, com mais de quatro mil quilômetros de extensão. Ela não serve somente ao estado, mas ao Brasil inteiro, porque interliga o Nordeste ao Centro-Sul. Por isso, precisa ser totalmente recuperada".

Em 29 de novembro de 1999:

Em resposta a ofício do governador César Borges, cobrando a recuperação das rodovias federais no estado, o ministro Eliseu Padilha afirmou que o montante necessário à recuperação de 1,7 mil Km, calculado em R\$204 milhões, "está indisponível".

"Temos conhecimento dos problemas sérios das rodovias em anexo, envio os gráficos lineares dos segmentos priorizados para restauração nas rodovias federais" escreveu Padilha ao governador.

Em 14 de dezembro de 1999:

O governador César Borges enviou ofício ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, cobrando mais uma vez a recuperação das estradas federais na Bahia. "As condições trafegabilidade vêm-se agravando rapidamente, sem que providências definitivas, insistentemente reclamadas, tanto por mim, como pelos governadores que me antecederam, tenham sido adotadas por este ministério", escreveu o governador. Borges lembrou que o mesmo pedido foi feito reiterada vezes pelos governadores Antônio Carlos Magalhães e Paulo Souto, desde 1991. "A Bahia, mesmo detendo a terceira malha federal em extensão, ficou na nona posição em recursos alocados no orçamento geral da união de 98, sendo que grande parte desses recursos não chegou a ser aplicada", reclamou o governador.

Em 11 de janeiro de 2000:

Em ofício enviado ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o governador César Borges voltou a cobrar a recuperação das rodovias federais na Bahia. Ao todo, encontram-se em "péssimo estado de conservação", 1.376 quilômetros de rodovias da malha federal baiana, afirmou o governador.

As principais estradas federais no estado estão em situação precária, diz o ofício. Apesar de ser a terceira do país em extensão, a malha rodoviária da Bahia "não tem recebido o tratamento necessário a sua manutenção e recuperação", afirmou Borges, lembrando que já encaminhou várias vezes a mesma cobrança ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha – a última delas através de ofício enviado em dezembro.

Em 9 de maio de 2000:

O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, garantiu durante café da manhã na Associação Comercial da Bahia, que o estado terá este ano o maior investimento em conservação e recuperação de estradas do país. "O sistema rodoviário baiano realmente está em situação de miséria, pedindo água", reconheceu o ministro. Ele anunciou a aplicação de R\$100 milhões na conservação e recuperação dos 4.237 quilômetros da malha federal na Bahia, além de R\$60 milhões para a construção dos trechos ainda não pavimentados.

O tom das perguntas dirigidas ao ministro após a palestra foi de desconfiança. "Por que, a despeito das repetidas reclamações, o governo federal não cumpre sua promessa de recuperar as estra-

das federais em nosso estado, mesmo tendo a Bahia a terceira malha em extensão do país?", perguntou o ex-presidente da Associação Comercial da Bahia, Elmer Pereira.

Em 10 de maio de 2000:

O vice-governador Otto Alencar não poupou críticas à situação das estradas federais durante a abertura do 5º Congresso Brasileiro de Municípios. Na cerimônia estava presente também o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha. "A Bahia tem 4.237 quilômetros de estradas federais. Por aqui passam os principais corredores rodoviários ligando o Sul ao Nordeste, mas 50% desta malha está em situação precária", disse o vice-governador. Alencar classificou como "serviço de péssima qualidade" e "má aplicação de recursos públicos" as iniciativas paliativas das operações tapa-buraco realizadas pelo DNER nas estradas federais do estado.

Em 22 de agosto de 2000:

O deputado estadual Heraldo Rocha (PFL) solicitou à Mesa da Assembleia Legislativa o encaminhamento de uma indicação ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, requerendo providências urgentes para a recuperação da maior parte das rodovias federais que cortam o território baiano. Segundo o parlamentar dos 4.770 quilômetros de estradas federais na Bahia, nada menos que 2.860 estão em estado precário ou regular, de acordo com avaliações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

2

Ofícios encaminhados

Ofício nº 009/98-GE

Salvador, 6 de fevereiro de 1998

Excelentíssimo Senhor
Doutor Eliseu Padilha
Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes
Brasília-DF

Senhor Ministro,

Conforme entendimentos mantidos com Vossa Excelência, quando da recente assinatura, nesta Capital, de importantes convênios entre o Ministério dos Transportes, o Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador, reporto-me ao compromisso assumido pelo ilustre Ministro com respeito à recuperação da BR-418, cujo trecho baiano, entre a divisa BA/MG e a BR-101, encontra-se em péssimas condições de trafegabilidade.

Convém salientar que o mencionado trecho é fortemente utilizado, tanto pelo transporte da produção pecuária do Extremo Sul do Estado, quanto pelo intenso fluxo turístico do Estado de Minas Gerais, em demanda às nossas cidades litorâneas de Prado, Alcobaca e Caravelas, entre outras.

Dessa forma, e consoante ainda o que ficou acordado naquela ocasião, solicito a Vossa Excelência a gentileza de determinar a alteração do Q.D.D., do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, incluindo a referida obra, com valor estimado em R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), no Programa de Recuperação e Descentralização de Rodovias Federais, a fim de assegurar a imediata contratação dos serviços.

Agradecendo, antecipadamente, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência as expressões de minha elevada estima e distinta consideração. — **Paulo Souto**, Governador.

OFÍCIO Nº 020/98-GE

Salvador, 31 de março de 1998

Senhor Ministro,

Com a satisfação em cumprimentar Vossa Excelência, solicito a sua especial colaboração no sentido de assegurar, na Proposta do Orçamento Geral da União para o exercício de 1999, recursos no valor global de R\$89.810.000,00 (oitenta e nove milhões e oitocentos e dez mil reais), destinados a execução dos trechos rodoviários BR-235, trecho Div., BA/SE – Entr. BR-407/BA-210 (Juazeiro); BR – 116, trecho Div. BA/PE (Ibó) – Euclides da Cunha; São Desidério – Correntina; BR-418, trecho Entr. BR-110 – Entr.

BR-110 – Entr. BA 001 e BR-367, trecho Eunápolis – Porto Seguro – Santa Cruz Cabralia, neste Estado, conforme se especifica no documento em anexo.

Referem-se os trechos mencionados a estradas já existentes, e que se acham submetidas a uma deterioração persistente, acumulando fatores adversos na perda de produção e no aumento do custo operacional do transporte rodoviário de cargas e passageiros, que necessitam de investimentos para que diferentes atividades socioeconômicas potenciais possam ser implementadas, as comunidades possam ser beneficiadas e a movimentação de pessoal e mercadorias possa ocorrer com maior segurança. E, assim, como pode avaliar Vossa Excelência da maior importância que se realizem as obras pleiteadas de modo a promover a dinamização econômica das regiões baianas a que dão suporte.

Esperando contar com o efetivo apoio de Vossa Excelência, aproveito o ensejo para renovar-lhe os protestos da minha mais elevada consideração. — **Paulo Souto**, Governador.

Ofício nº 032/98-GE

Salvador, 14 de abril de 1998

Senhor Ministro,

Com a satisfação em cumprimentar Vossa Excelência, solicito a sua especial colaboração no sentido de assegurar, na Proposta do Orçamento Geral da União para o exercício de 1999, recursos no valor global de R\$89.810.000,00 (oitenta e nove milhões e oitocentos e dez mil reais), destinados a execução dos trechos rodoviários

BR-235, trecho Div. BAISE – Entr. BR-407/BA-210 (Juazeiro); BR – 116, trecho Div. BA/PE (Ibó) – Euclides da Cunha; BR-135, trecho São Desidério – Correntina; BR-418, trecho Entr. BR-110 – Entr. BA 001 e BR-367, trecho Eunápolis – Porto Seguro Santa Cruz Cabralia, neste Estado, conforme se especifica no documento em anexo.

Referem-se os trechos mencionados a estradas já existentes, e que se acham submetidas a uma deterioração persistente, acumulando fatores adversos na perda de produção e no aumento do custo operacional do transporte rodoviário de cargas e passageiros, que necessitam de investimentos para que diferentes atividades socioeconômicas potenciais possam ser implementadas, as comunidades possam ser beneficiadas e a movimentação de pessoal e mercadorias possa ocorrer com maior segurança. E, assim, como pode avaliar Vossa Excelência, da maior importância que se realizem as obras pleiteadas de modo a promover a dinamização econômica das regiões baianas a que dão suporte.

Esperando contar com o efetivo apoio de Vossa Excelência, aproveito o ensejo para renovar-lhe os protestos da minha mais elevada consideração. — **César Augusto Rabelo Borges**, Governador.

Ofício nº 148/98-GE.

Salvador, 18 de agosto de 1998

Excelentíssimo Senhor

Doutor Eliseu Lemos Padilha

Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes

Brasília – DF

Senhor Ministro,

Ratificando os entendimentos mantidos com Vossa Excelência, quando da nossa audiência nesse Ministério, juntamente com o Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitamos seu especial obséquio, no sentido de assegurar recursos, no montante de R\$28 milhões, no Orçamento Geral da União – 1999, relativo a essa Pasta, para a pavimentação da BR – 235, nos trechos federais: Divisa BA/SE – Entroncamento da BR-110 – Jeremoabo – 83Km (R\$16 milhões) e Canudos/Uauá – 58Km (R\$12 milhões), ambos de fundamental importância para o desenvolvimento do Estado.

Contando com sua habitual atenção, valemo-nos do ensejo, para renovar a Vossa Excelência as homenagens da nossa melhor consideração e apreço. — **César Borges**, Governador.

Ofício nº 206/98-GE

Salvador, 24 de novembro de 1998

Excelentíssimo Senhor

Doutor Eliseu Padilha

Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes

Brasília – DF

Senhor Ministro,

Em decorrência da nossa reunião, em seu Gabinete, no dia 18 último, encaminhando, para conhecimento de Vossa Excelência, cópia dos ofícios do Departamento de Estradas de Rodagem da Bahia — DERBA ao Chefe do Serviço de Engenharia da 5ª DRF e deste ao Serviço de Contabilidade/Divisão Financeira — DNER, em Brasília, relativos à prestação de contas de parte do Estado, da aplicação dos recursos da 1ª e 2ª parcelas referentes ao Convênio DNER nº PG — 073/98-00.

Havendo o Estado prestado contas dos recursos repassados, solicito o especial obséquio de Vossa Excelência, no sentido de autorizar a liberação da terceira parcela. — **César Borges**, Governador.

Ofício nº 17/99—GE.

Salvador, 19 de fevereiro de 1999

Excelentíssimo Senhor
Doutor Eliseu Padilha
Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes
Brasília — DF

Senhor Ministro,

As solenidades alusivas aos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, a serem realizadas em abril do próximo ano, em Porto Seguro-BA, por sua magnitude e significado para a história nacional, deverão gerar um aumento expressivo no fluxo de tráfego para aquela região.

Conforme tive oportunidade de expor a Vossa Excelência, o Governo do Estado vem ali realizando um conjunto de obras de saneamento básico, urbanização, recuperação do patrimônio histórico e de infra-estrutura de transportes e energia, que, contudo, devem ser complementadas, sobretudo, com a melhoria da sua principal via de acesso.

Refiro-me à rodovia BR-367, nos trechos Eunápolis — Porto Seguro — Santa Cruz de Cabrália, que carecem da realização de serviços de manutenção e recuperação, a cargo desse Ministério, conforme indicado no anexo relatório de inspeção efetuada por técnicos do Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia — DERBA.

Considerando que o mau estado de conservação afeta, de modo significativo, a imagem do Poder Público, além de comprometer o próprio evento, encareço a Vossa Excelência a agilização das providências que garantam a execução, ainda este ano, dos serviços indicados.

Agradecendo, antecipadamente, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência as expressões de minha elevada estima e mais distinta consideração. — **César Borges**, Governador.

Ofício nº 30/99—GE.

Salvador, 23 de março de 1999

Excelentíssimo Senhor
Doutor Eliseu Padilha
Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes
Brasília — DF

Senhor Ministro,

Na conformidade dos entendimentos mantidos com Vossa Excelência, solicito sua especial colaboração no sentido de destinar, do montante de R\$13.683.643,00, alocados na rubrica 16.088.0539.1205.7742 Restauração de Outros Trechos no Estado da Bahia, a cargo do DNER, no Orçamento Geral do União para 1999, recursos para realização de serviços de manutenção, recuperação e pavimentação das rodovias, a saber:

1) BR-367, Trecho BR-101 Eunápolis — Porto Seguro — Santa Cruz de Cabrália, com custo previsto de R\$6.774.330,00 (seis milhões, setecentos e setenta e quatro mil, trezentos e trinta reais).

2) BR-418 — Trecho BR-110 Divisa BA/MG, com custo previsto de R\$2.508.600,00.

Nesta oportunidade, reitero a V. Exª a imperiosa necessidade de que sejam adotadas todas as providências para o início dessas obras, especialmente o trecho Eunápolis — Porto Seguro — Santa Cruz de Cabrália, de forma que a conclusão ocorra antes das festividades de comemoração do V Centenário do Descobrimento do Brasil.

Agradecendo, antecipadamente, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência as expressões de minha elevada estima e distinta consideração. — **César Borges**, Governador.

Ofício nº 53/99-GE

Salvador, 28 de abril, de 1999

Senhor Ministro,

A propósito do quanto exposto por Vossa Excelência no Aviso nº 203 GM/MT, passo a tecer algumas considerações, que considero oportunas.

A precária situação das estradas federais na Bahia tem sido objeto de reiterados e insistentes pleitos do Governo do Estado, dirigidos não só a esse Ministério como a Presidência da República, a partir de 1991.

Com efeito, em 23-3-94, o então Governador e atual Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, encaminhava ao Ministro Rubens Bayma Denys o Ofício nº 026/94 — GE, em cópia anexa, no qual afirmava enfaticamente que, apesar da inequívoca importância estratégica do território baiano, "lamentavelmente a malha rodoviária federal, na Bahia, apresenta condições precárias ou críticas de trafegabilidade, sendo exceções os trechos em boa situação, estando a exigir, pelos conhecidos pre-

juízos resultantes, imediatas providências por parte do Governo Federal".

A partir de então, diversos outros expedientes foram enviados, conforme cópias em anexo, contendo idêntica reivindicação, sendo de salientar os seguintes:

1. Em 3-1-95, ofício do Governador Paulo Souto ao Presidente da República, Doutor Fernando Henrique Cardoso, informando que extensos trechos da malha rodoviária sob responsabilidade direta da União, "em decorrência da falta de investimentos nas duas últimas décadas, estão em situação caótica, inclusive em trechos de grande densidade de tráfego que, embora de boa qualidade no passado, atualmente não poderiam sequer merecer a denominação de rodovias, já que perderam inteiramente a pavimentação ou acondição de trafegabilidade", mencionando, especificamente, trechos das estradas BR-020, BR-110, BR-116, BR-101, BR-242, BR-418, BR-407/BR-235, BR-122, BR-135 e BR-030.

2. Ainda naquela data, ofício do mesmo Governador ao Ministro Odacir Klein, assinalando que o sistema—rodoviário federal na Bahia "é, talvez, um dos piores do País, em condições de trafegabilidade, com importantes segmentos, inclusive os que direcionam os produtos regionais para a exportação, em lastimáveis condições, causando, portanto, à região, enormes prejuízos, seja pelos altos custos operacionais que acarreta, seja pela perda de grandes safras, em face das dificuldades de escoamento".

3. Em 5-2-96, novo ofício, alertando para o fato de que o Programa Corredores Rodoviários do Estado da Bahia, com financiamento de cerca de 147 milhões de dólares do BID, cujas principais ações situavam-se no Oeste do Estado, corria "sério risco de não trazer os benefícios econômicos e sociais previstos, em face da precariedade da malha rodoviária federal — representada pelas BR-242, 020 e 135 — que serve à região".

Além desses, alguns outros ofícios foram expedidos abordando a mesma questão, sem, contudo, conseguir sensibilizar esse Ministério para a iminente necessidade de solução definitiva dos problemas apontados, em relação aos quais foram sempre adotadas, lamentavelmente medidas meramente paliativas, emergenciais e pontuais.

Nesse mesmo sentido, encaminhei, em 19-2-99, o Ofício nº 17/99 — GE (a que Vossa Excelência prontamente se dignou responder), no qual assinalo a conveniência da recuperação da BR-367, nos trechos Eunápolis/Porto Seguro/Santa Cruz de Cabrália, em face da sua importância no contexto das comemorações alusivas aos 500 anos do descobrimento do Brasil.

Surpreendentemente, a solução apontada por Vossa Excelência limita-se, apenas, a indicar a possibilidade de utilizar recursos de uma fonte inexistente (141) do Orçamento Geral da União.

Como se observa, em que pese todo o empenho do Governo do Estado, mobilizando, inclusive, a sua bancada na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, o máximo que se obteve foram ações isoladas nessa ou naquela rodovia, não raro interrompidas em razão da insuficiência dos recursos alocados e da frequen-

te suspensão dos repasses desses recursos, provocando a paralisação, por longos períodos, dos serviços contratados.

Em consequência, ao longo de todos esses anos em nada melhoraram, pelo contrário, em alguns casos, até se agravaram as condições de trafegabilidade das estradas federais, causando justa revolta da população, traduzida em diversas manifestações de protesto, conforme recortes de jornais em anexo, uma das quais acabou por ensejar visita de Vossa Excelência, no início deste ano, ao trecho Alagoinhas/Esplanada da BR-101 e a promessa pública, após constatar, *in loco*, as péssimas condições da estrada, de nova "ação emergencial" para a sua restauração, a qual, entretanto, ainda não foi iniciada.

Dessa forma, Senhor Ministro, o que se impõe e o povo baiano espera e merece é que o Ministério dos Transportes cumpra, afinal, as suas indelegáveis responsabilidades e desencadeie um plano de solução definitiva para as graves deficiências da malha rodoviária federal neste Estado, o qual terá de contemplar medidas muito mais amplas do que a mera alocação de poucos recursos em rubricas orçamentárias de eficácia duvidosa, sujeitas a contingenciamentos, reduções ou anulações, ao menor sinal de crise econômica.

Na certeza de que esta matéria merecerá a especial atenção e o apoio de Vossa Excelência, aproveito o ensejo para renovar-lhe as expressões de minha elevada estima e distinta consideração. — César Borges, Governador.

Ofício nº85/99-GE

Salvador, 29 de junho de 1999

Excelentíssimo Senhor
Doutor Eliseu Padilha
Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes
Brasília-DF

Senhor Ministro,

Reportando-me, uma vez mais, porque do meu dever, à situação precária das estradas federais na Bahia, cumpre relembrar que o Estado possui uma malha rodoviária federal de 4.243km, sendo a terceira mais extensa do País. Por sua localização geográfica, a Bahia é o elo natural de ligação entre as regiões Sudeste, Nordeste e Norte, sendo de importância vital para o abastecimento das duas últimas, que detém cerca de 36% da população brasileira.

Entretanto, a destinação de recursos para manutenção, recuperação e conclusão das estradas federais na Bahia, no ano de 1999, é insuficiente, inferior, inclusive, a de 1998, quando não atendeu sequer às necessidades de manutenção, ocasionando o estado lastimável em que se encontram atualmente.

Com relação, especificamente, à rodovia BR-135, que liga a Bahia ao vizinho Estado do Piauí e a outros estados das regiões Nordeste e Norte do País, imprescindível, portanto, para a economia do Estado, pelo escoamento de grãos produzidos em sua área

de abrangência, passe a relatar as condições de alguns de seus trechos, que estão a merecer imediata atenção desse Ministério:

Divisa BA/PI até km44: encascalhamento deteriorado, estrada praticamente em leito primário. A licitação para pavimentação está concluída, mas não foi iniciada por falta de liberação de recursos. O montante assegurado, no Orçamento Geral da União – OGU, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) é insuficiente para a conclusão das obras;

Km44 até km64,7: construído e pavimentado em 1998;

Km64,7 até km103: trecho necessitando de conservação, com parte da pavimentação deteriorada. Não há recursos assegurados no OGU.

Ofício nº 94/99-GE

Salvador, 14 de julho de 1999

Excelentíssimo Senhor

Doutor Eliseu Lemos Padilha

Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes

Brasília – DF

Senhor Ministro,

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, a 2ª Etapa do Programa Brasil em Ação e o Plano Plurianual da União 2000-2003, baseados na concepção de eixos nacionais de integração e desenvolvimento, contemplam, dentre outros, um conjunto de ações visando propiciar a implantação da Hidrovia do São Francisco, essencial ao desenvolvimento da região Nordeste, tanto no que tange à sua integração ao Sudeste do País, quanto no escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste e do Oeste da Bahia, em direção aos mercados regional e interno.

Tendo em vista a importância estratégica para o desenvolvimento do Estado, recomendei a realização de estudos, efetuados em parceria com a Companhia Energética de São Paulo, com vistas à elaboração de um Plano de Fomento do Vale do São Francisco, em que se identificaram potencialidades para a elevação da produção da área, notadamente no que concerne à fruticultura e sua industrialização, à piscicultura, à produção de álcool e açúcar, ao reflorestamento, à agricultura existente, à implantação de frigoríficos, curtumes, estaleiros para fabricação de embarcações de recreio e de grande porte, manufatura de embalagens, aglomerados de madeira, dentre outras atividades produtivas.

A viabilização de grande número dessas atividades e empreendimentos, considerando o que já vem sendo realizado pela Codvasf, nos próximos 3 a 5 anos, demanda investimentos públicos e privados que totalizam o montante de R\$3 bilhões.

Os investimentos públicos no montante de R\$67 milhões, destinam-se à correção ambiental, construção de estradas vicinais e implantação de trechos e rotas fluviais, a fim de que o rio São Francisco possa cumprir sua vocação no desenvolvimento socioeconômico da região.

Desse modo, tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, o Plano de Fomento do Vale do São Francisco, solicitando seu especial apoio no sentido de serem incluídos, no Plano Plurianual 2000-2003 e nos orçamentos da União para os próximos anos, os recursos indispensáveis à sua implantação, dentro do compromisso já assumido pelo Governo Federal no Programa Brasil em Ação.

Agradecendo, antecipadamente, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência as expressões de minha elevada estima e distinta consideração. – César Borges, Governador

Ofício nº 96/99—GE

Salvador, 14 de julho de 1999

Excelentíssimo Senhor

Doutor Eliseu Lemos Padilha

Digníssimo Ministro de Estado dos Transportes

Senhor Ministro,

Solicito o necessário apoio de Vossa Excelência no sentido de assegurar, no Plano Plurianual 2000-2003 e nos Orçamentos da União, para os próximos anos, os recursos destinados à construção da ponte sobre o Rio São Francisco, trecho Malhada-Carinhanha, (R\$23,0 milhões), e à pavimentação dos trechos rodoviários, na BR-116, Bendegó-Divisa com Pernambuco (R\$38,2 milhões), na BR-135, São Desidério-Correntina (R\$41,8 milhões) e, na BR-235, Bendegó-Juazeiro (R\$55,0 milhões).

Conforme já tive oportunidade de expor a Vossa Excelência, em sua maior parte os trechos mencionados referem-se a estradas já existentes e que se encontram submetidas a deterioração persistente, sendo de todo necessário que se adotem providências para remover o elevado ônus hoje verificado com o acúmulo de perdas de produção e aumento do custo operacional do transporte rodoviário de cargas e passageiros, impedindo que essas vias cumpram sua vocação de promover o desenvolvimento sócio-econômico.

Outrossim, solicito a Vossa Excelência incluir, também, no Plano Plurianual da União 2000-2003, os recursos destinados à implantação da variante ferroviária do Rio Paraguaçu (R\$15,0 milhões), conforme compromisso anteriormente assumido.

Agradecendo, sua atenção, valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência as expressões de minha elevada estima e distinta consideração. – César Borges, Governador.

Ofício nº 134/99-GE

Salvador, 22 de setembro de 1999

Senhor Ministro,

Dirijo-me a Vossa Excelência para tratar, uma vez mais, da questão, sobejamente conhecida do ilustre Ministro, relativa às péssimas condições das rodovias federais na Bahia e às conse-

qüências danosas que este fato tem trazido para a rede rodoviária estadual, que vem suportando um intenso tráfego de grandes carretas, para o qual, evidentemente, não foi dimensionada.

Através do quadro e mapa anexos, Vossa Excelência poderá verificar, claramente, os segmentos mais precários da malha federal e os correspondentes trechos da rede estadual, que tiveram o seu pavimento asfáltico gravemente comprometido pela sobrecarga de tráfego pesado, para os quais foi desviado.

Dessa forma, visando evitar o colapso do transporte de cargas e de passageiros, com graves consequências para a economia estadual, buscando, por outro lado, reverter o quadro geral de enorme insatisfação da população, traduzido em inúmeros atos de protesto que vêm sendo repetidos em todo o Estado, com frequência cada vez maior, encareço as necessárias providências de Vossa Excelência no sentido de:

1. determinar o início imediato das obras ou o reinício daquelas que se encontram paralisadas, para a recuperação das estradas federais na Bahia, em especial nos seus segmentos mais danificados;

2. firmar Convênio com o Estado da Bahia, que possibilite o repasse de recursos financeiros da União para a recuperação dos trechos mais prejudicados da rede rodoviária estadual indicados em anexo, numa extensão de 365 km, a um custo estimado de R\$13.000.000,00 (treze milhões de reais).

Na certeza de contar com o apoio de Vossa Excelência para o enfrentamento do grave problema de que trata o presente expediente. Valho-me do ensejo para renovar o ilustre Ministro as expressões de minha elevada estima e distinta consideração. — César Borges, Governador.

Ofício nº 173/99-GE

Salvador, 3 de dezembro de 1999

Senhor Ministro,

Volto a dirigir-me a Vossa Excelência para tratar, uma vez mais, da rede rodoviária federal na Bahia, cujas condições de trafegabilidade vêm-se agravando rapidamente, sem que as providências definitivas, insistentemente reclamadas, tanto por mim, como pelos Governadores que me antecederam, tenham sido adotadas por esse Ministério.

Com efeito, no Ofício nº 53/99-GE, em cópia anexa, que encaminhei a Vossa Excelência em 28 de abril do corrente ano, fiz menção a diversos expedientes enviados ao Ministério dos Transportes e à própria Presidência da República, desde 1991, pelos então Governadores Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto, tratando exatamente da mesma questão.

Lamentavelmente, há quase uma década, as respostas a esses reiterados pleitos têm-se limitado a informar, por vezes muito laconicamente, a impossibilidade de soluções duradouras, face à sempre alegada "inexistência de recursos orçamentários para os serviços de recuperação da malha rodoviária federal na Bahia."

O que causa espécie, Senhor Ministro, é que as eventuais dificuldades orçamentárias do Ministério dos Transportes repercutam sempre de forma mais grave no Estado da Bahia, pois a verdade é que este Estado, possuindo aproximadamente 8% da malha rodoviária federal do País, tem sido freqüentemente prejudicado na alocação de recursos orçamentários para investimentos e manutenção, sendo que, em 1998, o percentual direcionado para a Bahia foi de apenas 4%, para Minas Gerais — 17,4%, São Paulo — 10,2%, Santa Catarina — 7,4%, Paraná — 6,5%, Rio Grande do Sul — 6,3%, Goiás — 6,2%, Pará — 5,2% e Mato Grosso — 5,1%.

Isto significa, em resumo, que a Bahia, detendo a terceira malha federal em extensão, ficou na nona posição em recursos alocados no O.G.U./98, sendo de salientar, ainda, que grande parte desses recursos não chegou a ser aplicada.

Levantamentos recentes, constantes de relatórios técnicos elaborados pelo Departamento de Infra-Estrutura de Transportes da Bahia — DERBA, vinculado à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado, e pelo próprio 5º Distrito Regional do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — DNER, confirmados por inúmeras notícias jornalísticas veiculadas na imprensa local e nacional, revelam um quadro simplesmente estarrecedor, denunciando o calamitoso estado em que se encontram as principais estradas federais na Bahia e os enormes danos que esta situação vem acarretando para a economia estadual e nordestina, além da consequência mais grave que é a perda de vidas humanas, em decorrência de acidentes e de assaltos, conforme demonstram as matérias em cópias anexas.

Convém lembrar, a propósito, trechos de declarações de Vossa Excelência, adiante transcritos, acerca da situação precária das rodovias federais na Bahia, bem como de compromissos assumidos para sua manutenção, divulgadas no *Diário Oficial do Estado*, conforme cópias também anexas:

"Estamos olhando todo o território da Bahia e sabemos que a malha local está necessitando de conservação, por isso vamos investir na manutenção dessas estradas", (dia 11-1-99, em Esplanada-BA, durante assinatura de ordem de serviço para as obras de recuperação de 172km da BR—101 — trecho entre Esplanada e Governador Mangabeira-BA), lembrando, na oportunidade, que nos próximos dois anos seriam recuperados vários trechos de rodovias federais na Bahia, sendo que a prioridade seria para os demais trechos da BR-101 e as BRs 116, 242 e 135.

"Mesmo com todos os cortes, dificuldades e ajustes, a Bahia terá, no final deste ano, as estradas federais em condições bem melhores do que ficaram no fim do ano passado", (dia 17-3-99, durante encontro com o Governador César Borges, em Brasília), reiterando que seria dada prioridade para a recuperação dos trechos baianos das BRs 101, 116, 242 e 135.

"Estamos assegurando a trafegabilidade dessas vias, tapando buracos, recuperando placas de sinalização, refazendo a sinalização de faixas divisórias de pistas e de acostamentos," (dia 26-6-99, ao anunciar, em audiência com o Governador Cesar Borges, na Governadoria, a liberação de R\$19,8 milhões para obras de construção e conservação de estradas federais na Bahia – BRs 498, 418, 110, 242, 234 e outras).

"As rodovias baianas têm, em média, 25 anos. A Bahia mudou, mas o sistema viário não mudou. É antigo, defasado, dentro de uma visão do estado e do Nordeste que se tinha há 25 anos. Isso não pode acontecer, porque há um grande fluxo de trânsito nessa região. Antes, trafegavam por aqui caminhões com 12 toneladas de carga e hoje com 45 toneladas ou mais. Isso foi desgastando as rodovias," (dia 26-6-99, em audiência).

Entretanto, Senhor Ministro, apesar do reconhecimento de Vossa Excelência quanto ao estado crítico das estradas federais na Bahia, as medidas apregoadas não se consumaram, agravando-se, ao contrário do esperado, a má situação em que já se encontravam.

Por conseguinte, visando restabelecer condições mínimas de trafegabilidade, através de ação imediata, já para o próximo verão, resolvendo, inclusive, os problemas decorrentes das últimas chuvas, estima-se o investimento de R\$20,6 milhões em obras de conservação e restauração emergencial nos 4.096 km de rodovias, com contratos vigentes para esse tipo de serviço.

Ademais, para um efetivo programa de restauração rodoviária, priorizando alguns trechos mais danificados das BRs 101, 110, 116, 135, 242, 324, 330 e 407, numa extensão total de 2.043 Km, seriam necessários, aproximadamente, mais R\$298,5 milhões.

Ressalte-se que as más condições das rodovias federais têm prejudicado as estradas estaduais, sobrecarregadas com o tráfego adicional, para o qual não foram projetadas, nas quais o Estado vem realizando um grande esforço de recuperação, através do Programa Corredores Rodoviários, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Como consequência imediata da referida sobrecarga, e segundo cálculos do DERBA, cerca de 365 Km da rede estadual já foram seriamente danificados, importando em prejuízos da ordem de R\$13 milhões, somente este ano, conforme tive oportunidade de informar a Vossa Excelência, através do Ofício nº 134/99-GE, de 22-9-1999, em cópia anexa.

Nesse contexto, Senhor Ministro, a situação é tanto mais grave e preocupante, na medida que prejudica não apenas a Bahia, mas todo o País, visto como boa parte dessas rodovias constitui rota de passagem e de escoamento da produção entre as regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste.

Por outro lado, o Estado da Bahia, através da sua expressiva representação política no Congresso Nacional, liderada pela figura respeitável do seu Presidente, o eminente Senador Antonio Carlos Magalhães, tem sido um parceiro leal do Governo Federal, não fal-

tando com o seu apoio à administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo que não pode continuar a receber tratamento discriminatório na distribuição de recursos para a manutenção e recuperação das estradas federais em seu território.

Acredito, inclusive, que o Deputado Federal Geddel Vieira Lima, do PMDB da Bahia e Líder do Partido na Câmara, já tenha tratado com Vossa Excelência a respeito da gravosa situação das estradas federais que cortam o nosso Estado, por isso mesmo que poderá enfrentar dificuldades para justificar os motivos do não cumprimento das promessas externadas pelo ilustre Ministro.

Km 103 até km 165, trecho necessitando de restauração, com grande parte da pavimentação destruída. Não há recursos assegurados no OGU.

Km 165 até Barreiras (km 188) recuperado em 1998.

O trecho de Monte Alegre (km 73) até Barreiras está sob os cuidados do 4º Batalhão de Construção e Engenharia do Exército, não dispondo de recursos para as obras necessárias.

Convém salientar que o Governo do Estado, por seu turno, vem se empenhando em disponibilizar vias de escoamento para sua produção. O êxito na execução do Programa Corredores Rodoviários, que construiu e recuperou mais de três mil quilômetros de estradas, ao custo de US\$294 milhões, financiado em 50% pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento BID e o restante como contrapartida do Estado, possibilitou à Bahia nova negociação com aquela entidade financeira, para a continuação dessas ações, por intermédio do Programa de Integração dos Corredores Rodoviários, no qual o BID financiará 60% dos US\$244 milhões previstos para a construção e recuperação de mais de dois mil quilômetros de rodovias.

Observe-se, ademais, que o Estado da Bahia tem demonstrado sua atenção com a atual conjuntura mundial e nacional, ajustando sua economia interna aos novos desafios, obtendo resultados concretos de suas ações, como demonstram os últimos números sobre o desempenho da economia baiana, que têm possibilitado a atração de diversos investimentos privados, apesar das precárias condições da infra-estrutura viária federal neste Estado.

A Bahia, portanto, tem feito a sua parte, o que a credencia a postular, com veemência e insistência, uma solução definitiva para a situação da malha rodoviária federal em seu território, e, particularmente, para a BR-135, em toda a sua extensão, até à divisa com o Estado do Piauí.

Na certeza de que Vossa Excelência dedicará especial atenção a essas questões, de fundamental importância para o Estado da Bahia, aproveito o ensejo para renovar-lhe as expressões de minha elevada estima e distinta consideração. – **César Borges**.

É preciso, pois, reverter rapidamente este quadro, provendo os meios necessários a imediata retomada das obras emergenciais, já contratadas, e a realização de um Programa de restauração de toda a rede, nos seus segmentos mais críticos.

É o que a Bahia espera. É o que o seu povo merece.

Em face da relevância e reconhecida gravidade dessa situação, solicito a Vossa Excelência que, já no seu próximo despacho

com o eminente Presidente da República e amigo, Doutor Fernando Henrique Cardoso, apresente e transmita nossas preocupações, no que se refere ao importante pleito aqui reiterado, buscando a respectiva solução.

Na expectativa da adoção de providências imediatas e eficazes por parte de Vossa Excelência, acerca do quanto acabo de expor, valho-me do ensejo para renovar-lhe protestos de elevado apreço e distinta consideração. — **César Borges**, Governador.

Ofício nº 68/2000-GE Salvador, 14 de junho de 2000

Excelentíssimo Senhor
Doutor Eliseu Lemos Padilha

Senhor Ministro,

A construção da Ponte sobre o rio São Francisco, na Rodovia BR-030/BA, ligando os Municípios de Malhada e Carinhama, neste Estado, obra integrante da rede rodoviária do PNV, afigura-se de fundamental importância para o desenvolvimento da região Oeste do Estado da Bahia, especialmente nos setores da agropecuária e do ecoturismo, constituindo-se em antiga reivindicação da população daquela região.

Ressalte-se que, através de mobilização da bancada federal deste Estado, refletindo os anseios dos seus representados, foram alocados recursos da ordem de R\$9.000.000,00 (nove milhões de reais), definidos no Orçamento Geral da União sob a rubrica nº 022957950002, natureza 30, com vistas à realização da referida obra.

Dessa forma, solicito o decisivo apoio do ilustre Ministro, junto à direção do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, a fim de que sejam adotadas as providências de sua competência, a exemplo da renovação de delegação à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado, celebração do respectivo convênio e consequente liberação dos recursos alocados, objetivando a execução da mencionada construção.

Na certeza de que esta matéria merecerá a especial atenção de Vossa Excelência, em face de sua relevância para significativa parcela do povo baiano, valho-me do ensejo para renovar-lhe as expressões de minha elevada estima e distinta consideração. — **César Borges**, Governador.

– 3 –

Acompanhamento da Execução Orçamentária da União, 2000
(posição em 10-11-00)

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA

GABINETE DO SECRETÁRIO SITUAÇÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS NA BAHIA (OUT./2000)

- Do total de 4,8 mil km de rodovias, 33,7% estão péssimas, 51,5% regulares e apenas 14,8% estão em boas condições de uso;
- Seriam necessários R\$527 milhões para restaurar toda a malha federal;

• Para o ano 2000, o orçamento da União contemplava (para restauração) R\$56 milhões, dos quais R\$21 milhões estavam previstos para liberação pelo Ministério dos Transportes. Nada foi liberado até o momento;

• Casos Críticos (em péssimo estado):

BR 101 – 425km (vários trechos entre Gandu e a divisa com o Espírito Santo);

BR 110 – 320km (trecho entre a BR 324 e Jeremoabo);

BR 135 – 128km (entre Barreiras e a divisa com o Piauí);

BR 242 – 301km (entre BR 116 e Ibotirama);

BR 407 – 100km (entre Capim Grosso e Juazeiro)

• Estavam previstos no orçamento da União R\$79 milhões para construção de rodovias, dos quais foram repassados R\$8,1 milhões, sendo que R\$6,0 milhões foram aplicados no anel rodoviário de Vitória da Conquista;

• A precariedade dos estados federais tem trazido prejuízos para as rodovias estaduais. Até o último levantamento o prejuízo acumulado era de R\$22 milhões, decorrentes de desvio de caixa para rodovias estaduais, as quais não foram construídas para transporte pesado;

• Nos últimos 5 anos a Bahia tem sido esquecida pelo Ministério dos Transportes.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

(Posição em 10-11-2000)

Bahia Investimentos

Total Autorizado: R\$184.197.368

Total Empenhado: R\$63.196.768 – 34% do total autorizado

Total Pago: R\$36.881.878 – 20% do total autorizado

Dentre os estados do Nordeste a Bahia é o Estado que apresenta a pior execução, executando-se o Piauí que apresentou um empenho dos recursos de apenas 14%. O Ceará apresentou uma execução de 74% e o Rio Grande do Norte 53%. Considerando-se as outras regiões, observa-se que o Estado de Roraima teve 36% dos recursos autorizados empenhados, Santa Catarina 81% e São Paulo 78%.

Projetos:

• BR 116 – Euclides da Cunha/Ibó — R\$24 milhões (nenhum recurso empenhado)

Obs.: O Congresso já autorizou a liberação dos recursos, uma vez que a situação do projeto já foi regularizada junto ao TCU.

• BR 135 – Div. PI/BA/Correntina – R\$23 milhões (R\$500 mil empenhados)

• BR 030 – Ponte Rio São Francisco (Malhada/Carinhama) — R\$9 milhões (R\$500 mil empenhados)

• BR 235 – Bendegó/Juazeiro – R\$3 milhões (R\$1 milhão empenhado).

• Metrô de Salvador — R\$30 milhões (R\$12 milhões empenhados – 40%)

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: 10.11.2000

Ministério dos Transportes - Investimentos

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

REGIÃO	UF	LEI APÓS VETOS (Descrição Inicial) (A)	CRÉD. ADIC. + REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Autorizado) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
CO	CO	1.030.000	0	1.030.000	946.380	223.724	223.724	21,72
CO	DF	41.948.250	-2.000.001	39.948.249	12.594.043	7.089.278	6.803.239	17,03
CO	GO	220.413.220	-14.878.601	205.534.619	90.968.725	45.262.247	41.402.674	20,14
CO	MS	130.370.650	-4.000.000	126.370.650	58.071.221	27.793.759	26.200.221	20,73
CO	MT	97.259.560	-3.000.001	94.259.559	60.671.008	28.781.758	27.304.877	28,97
Total Região:		491.621.680	-23.878.603	467.743.077	223.291.377	109.150.766	101.934.735	21,82
NA	NA	668.479.201	6.516.823	674.996.024	175.776.960	109.578.577	103.578.929	15,35
Total Região:		668.479.201	6.516.823	674.996.024	175.776.960	109.578.577	103.578.929	15,35
NE	AL	35.590.370	3.244.996	38.835.366	19.292.555	7.763.552	5.309.886	13,67
NE	BA	202.085.370	-17.888.002	184.197.368	63.196.768	41.795.712	36.881.878	20,02
NE	CE	250.376.575	-13.000.005	237.376.570	176.797.327	122.911.960	120.711.487	50,85
NE	MA	98.134.997	0	98.134.997	42.375.993	6.360.481	1.218.544	3,28
NE	NE	20.384.200	-4.500.000	15.884.200	5.883.000	3.004.374	3.004.374	18,91
NE	PB	50.524.710	-4.168.330	46.356.380	22.263.856	9.598.602	9.231.049	19,91
NE	PE	171.092.853	8.900.000	179.992.853	78.364.840	54.232.538	51.581.524	28,66
NE	PI	45.022.940	0	45.022.940	6.099.773	1.409.566	1.078.130	2,39
NE	RN	35.834.790	-739.801	35.094.989	18.514.268	3.697.266	2.942.608	8,38
NE	SE	8.186.910	-1.106.000	7.080.910	3.256.182	505.616	164.602	2,32
Total Região:		917.233.715	-29.251.142	887.982.573	436.044.562	251.279.667	234.124.082	26,37
NO	AC	51.890.540	-11.000.000	40.890.540	18.031.223	4.098.186	3.044.791	7,45
NO	AM	75.142.630	-5.565.000	69.577.630	17.047.048	7.826.304	5.734.260	8,24
NO	AP	20.862.070	-4.000.000	16.862.070	4.276.666	30.000	30.000	0,18
NO	NO	6.621.800	0	6.621.800	121.799	78.638	78.638	1,19
NO	PA	206.886.190	3.000.000	214.086.190	74.648.568	43.790.361	40.625.146	18,91
NO	RO	99.405.510	-8.232.101	91.173.409	48.991.808	17.517.263	12.808.620	14,05
NO	RR	30.105.420	-2.000.000	28.105.420	24.150.063	20.795.013	20.756.362	73,85
NO	TO	94.889.910	-5.000.000	89.889.910	33.429.862	15.324.393	15.206.394	16,92
Total Região:		585.884.070	-27.797.101	558.086.969	228.697.039	109.660.158	98.284.211	17,61
SD	ES	65.207.263	-3.077.702	62.129.561	34.793.943	19.380.056	16.564.760	26,66
SD	MG	476.771.192	-35.999.999	440.771.193	181.495.283	109.157.927	101.415.353	24,10
SD	RJ	59.222.350	-1	59.222.349	29.935.569	20.912.879	20.166.238	34,05
SD	SD	40.000.000	-5.223.800	34.776.200	15.000.000	12.000.000	12.000.000	34,51
SD	SP	256.078.120	-19.000.000	237.078.120	183.618.135	137.334.991	135.458.425	57,14
Total Região:		897.278.925	-63.301.502	833.977.423	444.842.930	298.785.853	285.604.776	34,09
SL	PR	199.662.650	-2.000.001	197.662.649	69.283.812	33.173.150	32.387.666	16,39
SL	RS	241.327.565	-9.061.899	232.265.666	123.420.860	91.241.438	85.848.061	36,96
SL	SC	197.276.900	-5.999.999	191.276.901	155.243.324	87.959.526	85.043.859	44,46
SL	SL	11.120.000	-1.000.000	10.120.000	4.920.000	2.173.544	149.294	1,48
Total Região:		649.387.115	-18.861.899	630.525.216	352.867.996	214.547.658	203.428.880	32,22
Total Geral		4.309.284.706	-173.773.424	4.035.511.282	1.833.400.864	1.092.802.679	1.026.955.613	25,46

CRITÉRIOS SELECIONADOS: Órgão: 38 UF: Função: Programa: Subfunção: Proj/Ativ: Subtítulo: Fonte: Gnd: 4 Localidade: UF: Elemento:

Fonte: SIAP/STN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (Exec2000 - 150 R\$ Despesas por RG/UF)

Emissão: 23/11/00 12:31:23

Pág. 1 de 1

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

(Posição em 10-11-2000)

Bahia Investimentos

Total Autorizado: R\$184.197.368

Total Empenhado: R\$63.196.768 –

34% do total autorizado

Total Pago: R\$36.881.878 – 20% do total autorizado

Dentre os estados do Nordeste a Bahia é o Estado que apresenta a pior execução, executando-se o Piauí que apresentou um empenho dos recursos de apenas 14%. O Ceará apresentou uma execução de 74% e o Rio Grande do Norte 53%.

Considerando-se as outras regiões, observa-se que o Estado de Roraima teve 86% dos recursos autorizados empenhados, Santa Catarina 81% e São Paulo 78%.

Projetos:

• BR-116 – Euclides da Cunha/Ibó – R\$24 milhões (nenhum recurso empenhado)

Obs.: O Congresso já autorizou a liberação dos recursos, uma vez que a situação do projeto já foi regularizada junto ao TCU.

• BR 135 – Div. PI/BA/Correntina – R\$23 milhões (R\$588 mil empenhados)

• BR 030 – Ponte rio São Francisco (Malhada/Carinhanha) – R\$9 milhões (R\$500 mil empenhados)

• BR 235 – Bendegó/Juazeiro – R\$3 milhões (R\$1 milhão empenhado).

• Metrô de Salvador – R\$30 milhões (R\$12 milhões empenhados – 40%).

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA UNIÃO - 2000

Acumulado até: 10.11.2000

Ministério dos Transportes - Investimentos

Orçamento Fiscal e Seguridade Social - Em R\$ 1,00

REGIÃO	UF	LEI APÓS VOTOS (Detecção Inicial) (A)	CRÉDITOS A REMANEJAM. (B)	LEI + CRÉDITOS (Anteriores) (C)=(A)+(B)	EMPENHADO (D)	LIQUIDADO (E)	VALORES PAGOS (F)	% VAL. PAGOS S/ AUTORIZADO (G)=(F)/(C)
CO	CO	1.030.000	0	1.030.000	946.380	223.724	223.724	21,72
CO	DF	41.948.230	-2.000.001	39.948.229	12.394.043	7.089.278	6.803.230	17,03
CO	GO	220.413.220	-14.878.601	205.534.619	90.968.723	43.262.247	41.402.674	20,14
CO	MS	130.370.630	-4.000.000	126.370.630	58.071.221	27.793.739	26.200.221	20,73
CO	MT	97.259.560	-3.000.001	94.259.559	60.671.008	28.781.738	27.304.877	28,97
Total Região:		491.021.660	-23.878.603	467.143.057	223.251.377	109.150.764	101.934.735	21,82
NA	NA	668.479.201	6.316.823	674.996.024	173.776.960	109.578.577	103.578.929	15,33
Total Região:		668.479.201	6.316.823	674.996.024	173.776.960	109.578.577	103.578.929	15,33
NE	AL	35.590.370	3.244.996	38.835.366	19.292.553	7.763.552	5.309.856	13,67
NE	BA	202.085.370	-17.888.002	184.197.368	62.196.768	41.795.712	36.881.878	20,02
NE	CE	250.376.573	-13.000.005	237.376.570	176.797.327	122.911.960	120.711.487	50,85
NE	MA	98.134.997	0	98.134.997	42.375.993	6.360.481	3.218.544	3,28
NE	PE	20.384.200	-4.500.000	15.884.200	5.883.000	3.004.374	3.004.374	18,91
NE	PB	30.524.710	-4.168.330	26.356.380	22.263.856	9.508.602	9.231.049	19,91
NE	PI	171.092.853	6.900.000	177.992.853	78.364.840	54.232.538	51.581.524	28,66
NE	RN	43.022.940	0	43.022.940	6.099.773	1.409.566	1.078.130	2,39
NE	SE	35.834.790	-739.801	35.094.989	18.514.268	3.697.266	2.942.608	8,38
NE	SP	8.186.910	-1.100.000	7.086.910	3.236.182	303.616	164.602	2,32
Total Região:		917.233.715	-29.251.142	887.982.573	436.044.562	251.279.667	234.124.082	26,37
NO	AC	51.890.540	-11.000.000	40.890.540	18.031.225	4.098.186	3.044.797	7,43
NO	AM	73.142.630	-5.363.000	67.779.630	17.047.048	7.826.304	5.734.260	8,45
NO	AP	20.862.070	-4.000.000	16.862.070	4.276.666	30.000	30.000	0,18
NO	GO	6.621.800	0	6.621.800	121.799	78.638	78.638	1,19
NO	PA	206.886.190	8.000.000	214.886.190	74.648.568	43.790.361	40.625.146	18,91
NO	RO	99.405.510	-8.332.101	91.073.409	48.991.808	17.517.263	12.802.620	14,05
NO	RR	30.105.420	-2.000.000	28.105.420	24.130.063	20.795.013	20.756.362	73,85
NO	TO	94.889.910	-5.000.000	89.889.910	33.429.862	15.324.393	15.206.304	16,92
Total Região:		585.884.070	-27.797.101	558.086.969	226.497.039	109.460.158	98.284.211	17,61
SD	ES	65.207.263	-3.077.702	62.129.561	34.793.943	19.380.056	16.564.760	26,66
SD	MG	476.771.192	-55.999.998	420.771.193	181.493.283	109.157.927	101.415.333	24,10
SD	RJ	39.222.330	-1	39.222.329	29.935.569	20.912.379	20.166.238	51,40
SD	SP	40.000.000	-5.223.800	34.776.200	15.000.000	12.000.000	12.000.000	34,51
Total Região:		597.278.923	-64.301.501	532.977.422	239.222.815	137.374.901	135.458.425	25,24
SL	PR	199.662.650	-2.000.001	197.662.649	60.283.812	33.173.150	32.387.666	16,39
SL	RS	241.327.565	-9.061.899	232.265.666	123.420.860	91.241.438	85.848.061	36,96
SL	SC	197.276.900	-3.999.999	193.276.901	153.243.324	87.959.526	85.043.659	44,46
SL	SP	11.120.000	-1.000.000	10.120.000	4.920.000	2.173.544	149.204	1,48
Total Região:		649.387.115	-18.061.899	631.325.216	352.967.996	214.547.638	203.428.580	32,22
Total Geral:		4.209.204.706	-175.773.424	4.033.431.282	1.833.480.864	1.092.802.679	1.026.955.613	25,46

CRITÉRIOS
SELECIONADOS:

Orçamento: 20

Setor:

Programa:

Projeto:

Fonte:

Localidade:

Elemento:

UF: Função: Subfunção: Subtítulo: Gnd: 4

Fonte: SIAPVSTN Elaboração: Consultoria de Orçamento/CD e PRODASEN (Exec2000 - 150 R\$ Despesas por RG/UF)

Emissão: 23/11/00 12:31:23

Pág. 1 de 1

Declarações do Ministro Eliseu Padilha

Declarações de Eliseu Padilha sobre estradas federais na Bahia

Ano 1997

Dia: 26-7-97

Evento: ministro visita governador Paulo Souto

"A Bahia é um dos estados que, pelo grau de degeneração de suas rodovias, merecerá maior investimento do programa de restauração de rodovias do governo federal". A afirmação foi feita hoje (25) pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, em visita ao governador Paulo Souto, no Palácio de Ondina.

"Pela ação do governador Paulo Souto e de lideranças expressivas do Congresso Nacional, como o senador Antônio Carlos Magalhães e o deputado Luís Eduardo Magalhães, nós este ano vamos dar à Bahia o tratamento correspondente à sua participação na malha rodoviária brasileira", afirmou o ministro, destacando que estudos do Ministério comprovam que o estado, na última década, não recebeu a participação a que teria direito no orçamento, considerada a proporcionalidade entre a malha e o que foi a dotação orçamentária.

O ministro informou também que nos próximos meses o estado estará sendo contemplado com a recuperação da BR 418, na região de Caravelas, dentro do programa emergencial de restauração das estradas do governo federal.

Ano 1998

Dia 14-4-98

Evento: Brumado teráanel rodoviário

Eliseu Padilha destacou que o presidente da República Fernando Henrique Cardoso vem dando uma atenção especial às estradas das regiões Norte e Nordeste.

"A partir de 96 intensificamos o programa de pavimentação de estradas na Bahia e posso garantir que em dois anos estaremos concluindo a recuperação de todas as rodovias federais baianas".

Ano 1999

Dia 12-1-99

Evento: Ordem de serviço para as obras de recuperação de 172 quilômetros da BR-101.

"Nos próximos dois anos serão recuperados vários trechos de rodovias federais na Bahia – a prioridade será para os demais trechos da BR-101 e as BRs 116, 242 e 135. Estamos olhando todo o território da Bahia e sabemos que a malha local está necessitando de conservação, por isso vamos investir na manutenção dessas estradas."

O ministro disse ainda que existe uma limitação orçamentária, mas que com o apoio da bancada baiana no Congresso, liderada pelo senador Antônio Carlos Magalhães, vai lutar para que o estado receba, no mínimo, os recursos proporcionais à sua malha rodoviária.

"A minha vontade e do presidente Fernando Henrique Cardoso é executar o maior número de obras. Temos a limitação orça-

mentária, e por isso solicitei à bancada baiana que nos ajude a dotar mais recursos para o estado e a fazer com que tenhamos uma receita permanente para o transporte".

Dia: 17-1-99

Evento: Assinado convênio para implantação do novo sistema viário de Salvador.

Eliseu Padilha lembrou esta que é a primeira vez em quinze anos que a Bahia vai receber recursos para o setor de transportes oriundos do Orçamento Geral da União proporcionais à sua participação na malha rodoviária federal.

Dia 18-3-99

Evento: audiência do governador com o ministro

O Ministro Eliseu Padilha disse que será dada prioridade para a recuperação dos trechos baianos das BR-101, 116, 242 e 135. "Mesmo com todos os cortes, dificuldades e ajustes, a Bahia terá, no final deste ano, as estradas federais em condições bem melhores do que ficaram no fim do ano passado".

Dia: 30-6-99

Evento: Ministério dos Transportes libera R\$19,8 milhões para estradas federais.

"Estamos assegurando a trafegabilidade dessas vias, tapando buracos, recuperando placas de sinalização, refazendo a sinalização de faixas divisórias de pistas e de acostamentos".

O ministro reconheceu a urgência de se reformar a malha rodoviária federal na Bahia. "As rodovias baianas têm, em média, 25 anos. A Bahia mudou, mas o sistema viário não mudou. É antigo, defasado, dentro de uma visão do estado e do Nordeste que se tinha há 25 anos. Isso não pode acontecer, porque há um grande fluxo de trânsito nessa região. Antes, trafegavam por aqui caminhões com 12 toneladas de carga e hoje, com 45 toneladas ou mais. Isso foi desgastando as rodovias".

Padilha disse que a meta do ministério é liberar mensalmente aos estados os recursos já alocados no OGU. "Deveremos analisar a cada mês a receita junto com os ministérios do Planejamento e da Fazenda para ver se podemos avançar na liberação dos recursos, pelo menos até outubro, quando ainda há tempo hábil de execução. O Brasil viveu uma crise grande, seriíssima, por isso os recursos para investimento só estão sendo liberados agora".

Quanto a vinda da Ford ao estado, o ministro disse ter sido uma vitória do País. "O Brasil ganhou uma nova perspectiva de desenvolvimento para toda a região Nordeste". Ele acredita que a montadora deverá mudar o sistema rodoviário estadual. "Teremos uma demanda diferenciada, que certamente vai influenciar no sistema como um todo".

Dia 12-12-99

Evento: Borges envia ofício a Padilha cobrando recuperação das rodovias federais na Bahia.

Diversas declarações:

"Estamos olhando todo o território da Bahia e sabemos que a malha local está necessitando de conservação, por isso vamos inves-

tir na manutenção dessas estradas", disse o ministro em 11 de janeiro deste ano, durante solenidade na cidade de Esplanada.

O mesmo tom de promessa foi repetido em encontro com o governador, em 17 de março, em Brasília. "Mesmo com todos os cortes, dificuldades e ajustes, a Bahia terá, no final deste ano, as estradas federais em condições bem melhores do que ficaram no final do ano passado", prometeu Padilha.

Ano 2000

Dia: 9-5-00

Evento: Ministro participa de café da manhã na Associação Comercial.

"O sistema rodoviário baiano realmente está em petição de miséria, pedindo água", reconheceu o ministro.

Diante da crítica dos participantes à atuação do ministério na Bahia, Padilha se defendeu com o argumento de que não é responsável pelo orçamento, mas apenas executor. "Não discordo de nada do que foi dito. Quero apenas reafirmar que ministro não faz orçamento. Quem veio aqui, enquanto ministro, dizendo que no ano que vem vai botar recurso para resolver o problema estava tecnicamente errado".

Na Bahia, segundo o ministro, foram aplicados em 1999 R\$49 milhões nas estradas federais, que representaram 60% do orçamento previsto. Este ano, Padilha disse que trabalha com o horizonte de aplicação de 100% dos R\$160 milhões previstos. "A classe política baiana, os homens públicos, os empresários e o povo desse estado convenceram a mim e ao presidente Fernando Henrique que aqui estamos com o maior problema nas rodovias brasileiras. O descuido do governo federal fez com que as estradas baianas chegassem a esse ponto. Agora estamos fazendo um processo de recuperação", declarou.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS (Bloco/PT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Sr^s Senadores, aproveitarei este final de segunda-feira para tecer minhas considerações – segunda e sexta-feira sempre foram os dias em que pude utilizar a sobra do tempo e do espaço para fazer as minhas arengas.

Joseph Schumpeter foi considerado um dos mais brilhantes economistas do século XX. Austríaco, formado em Direito, ele acabou nos Estados Unidos, onde fundou, entre outras, a Sociedade de Estatística Norte-Americana. Schumpeter dizia, talvez com o pensamento dourado – o *wishful thinking* – que, de vez em quando, ele utilizava, que havia uma conjugação muito feliz entre o capitalismo e a política, a economia e a política na sociedade capitalista. Ele dizia que os políticos, ávidos por obterem mais votos, mais

prestígio, por ampliarem seu eleitorado e por se reelegerem, acabavam, mesmo os reacionários, apresentando medidas populares que suavizavam as durezas, as exigências, a voracidade e a afirmação unilateral da tecnologia capitalista das coisas sobre as pessoas. Assim, a política suavizaria esse aspecto.

Quando li pela primeira vez, até achei bonito e acreditei um pouco. Hoje descreio totalmente desta proposta, desta afirmativa de Joseph Schumpeter. Penso que o capitalismo é incompatível com a democracia. Entendo que o capitalismo, ao se desenvolver, vai revelando que necessita fundamentalmente da guerra. Isto já repeti aqui inúmeras vezes: que 334 guerras o capitalismo provocou, promoveu entre 1774 e 1970; e 87 guerras internacionais, de acordo com Eric Hobsbawm no seu livro **O Breve Século XX**.

Penso que, quando o capitalismo recorre a uma guerra ou um estado de beligerância permanente; quando o capitalismo acende e sopra o fogo da Guerra Fria, tentando, como se vê agora claramente em diversas partes do mundo, transformar os carvões em brasas e em fogo vivo; quando o capitalismo deflagra guerras quentes e frias; quando promove guerras santas ou quando ajuda a manter um estado de guerra -- como, por exemplo, a guerra do petróleo --, ele mostra que é completamente incompatível com a democracia. Ao se iniciar a guerra, os resquícios de democracia, que por acaso pudessem existir, desaparecem.

De modo que então, se o capitalismo sempre necessitou e ainda necessita da guerra para conseguir a sua reprodução, para reduzir o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas, para impedir a queda da taxa de lucro, para ampliar o seu mercado e para todas as funções vitais etc., o capitalismo sempre usou muito bem a guerra.

Sr. Presidente, estamos aqui na paz desse painel desativado. Eu deveria fazer um discurso sobre esse painel, que fez com que eu ficasse gripado e até contraísse uma pneumonia, visto que só funciona sob uma temperatura a que o ser humano não resiste. É impossível trabalhar aqui e suportar a temperatura que o painel exige. Somos comandados por ele e suas exigências técnicas. Agora, de repente, ninguém fala nada. O painel está desativado porque estamos de férias, finalmente estamos de férias! Isto aqui não funciona há muito tempo; o Senado Federal não funciona há muito tempo. Não precisamos de painel mais, e a minha gripe agradece a temperatura um pouco mais elevada de que se pode desfrutar. Mas só temperatura atmosférica, porque temperatura política, essa, já entrou há muito tempo em congelamento.

O que eu queria hoje procurar enfatizar é o seguinte: parece que estamos numa ilha de paz e de fantasia e que vai tudo muito bem, obrigado, aí por fora. Parece que não existe uma crise fantástica nos Estados Unidos, crise que é tão mais grave quanto ela significa: a falência dos mecanismos fundamentais que sustentaram o capitalismo norte-americano em muitas décadas.

Não vou me estender muito, mas há três anos, tendo a dívida pública norte-americana atingido 5,4 trilhões de dólares, o governo dos Estados Unidos percebeu que o teto havia sido alcançado e que não seria possível continuar a fazer emissões que sustentam os setores bélicos, principalmente os setores espaciais, os setores que, na guerra quente ou na fria, passaram a absorver quantias fantásticas. Se a Nasa, por exemplo, fosse desativada calcula-se que dois milhões e quatrocentos mil norte-americanos perderiam seu emprego. Isso se a Nasa fosse privatizada. E assim vemos como essa estrutura bélica, essa estrutura de gastos espaciais, esse déficit crescente, como a dívida que sustenta tudo isso, a dívida dos Estados Unidos, obviamente, tinha alcançado o seu limite. Isso significa que a crise estava presente na dinâmica da economia capitalista norte-americana. Então o Sr. Bill Clinton prometeu que no ano 2012 os Estados Unidos estariam livres da dívida de mais de US\$5 trilhões que ele acumulou para fazer o seu crescimento tortuoso; que no ano 2012 os Estados Unidos não teriam dívida pública. Ou seja, de agora para frente, de três anos para cá, os Estados Unidos iriam ter, em vez de um déficit orçamentário que acompanha aquele país desde Andrew Jackson, desde 1830, os Estados Unidos, pela primeira vez na sua história, iriam inverter as coisas e passar a ter, tal como este Brasil apenas e telecomandado, um superávit no orçamento. Para isso, seria preciso restringir cerca de US\$400 a 500 bilhões em gastos do Governo, por ano, até o ano 2012. Pois bem. A experiência mal durou três anos. Agora, assume o Sr. Bush e percebe que aquele caminho era o caminho da perdição, da crise, do desemprego, das agitações da bolsa e de outras mazelas que avassalam a economia norte-americana. O Sr. Bush já falou: "Nada disso. Vamos voltar ao déficit orçamentário. Vamos gastar US\$400 bilhões em guerra e espaço este ano." Deu-se marcha a ré completa. A economia dos Estados Unidos, em três anos, tentou ir para um caminho e voltou em sentido oposto. Está completamente perdida, como nós também, no final de uma linha, depois da qual o que se segue não queremos dizer. De modo que reacenderam-se as despe-

sas de guerra na esperança de que, novamente, a economia norte-americana pudesse **ride again**. Como dizia o Ronald Reagan, o **cowboy**, a economia norte-americana pudesse cavalgar de novo. **Ride again!**

Pois bem, acontece o seguinte: a economia japonesa, desde 1990, entrou numa crise que se chama a crise **eisi**. Nem sabemos disto: que o Japão entrou numa crise de sobreacumulação. E existe uma corrente de economistas no Japão que afirmam que o problema do capitalismo não é a falta de capital; é, pelo contrário, excesso de capital. Agora não podemos esclarecer isso, mas o fato é que, no início dos anos 90, o Japão esperava retomar uma fase de grande prosperidade quando foi tomado por uma crise que o acompanha até agora. O mesmo se deu lá no Japão. Eles, que eram vítimas do neoliberalismo, da idéia de equilíbrio orçamentário, de enxugamento, de aumento do desemprego, da demissão de funcionários, da redução do poder do Executivo, voltaram atrás, quiseram retomar a dinâmica keynesiana. E o governo japonês, em três anos, gastou US\$600 bilhões a mais do que arrecadou. Voltou o déficit orçamentário. O déficit **standing**, os gastos acima do Orçamento.

O Brasil insiste em ter superávit primário e em pagar a dívida pública. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando Senador, em 1992, dizia (página 242 do livro **As Idéias e Seu Lugar**): "É impossível pagar a dívida pública e equilibrar o Orçamento". Também o FMI pensava assim: Por isso só deu quatro meses de vida ao Plano Real, em 1994.

Pois bem. A Argentina já havia se antecipado. Descobriram lá alguém que pudesse seguir o modelo que se atribui ao FMI, um modelo neoliberal, um modelo em que o governo assume todas as funções, todos os papéis desempenhados pela crise econômica: aumenta o desemprego, aumenta o número de falências, quebram-se bancos – nos Estados Unidos, entre 1930 e 1933, na grande crise, cinco mil bancos quebraram –, a taxa de lucro cai, desvalorizam-se as terras, cai a queda da taxa de lucro, devido à queda de preços, que reduz as receitas e faz cair os preços, aumentando ainda mais o desemprego, reajustando para baixo o nível da produção. De modo que, então, o que nós estamos vendo agora na Argentina é a volta do Sr. Cavallo. Também ele quer **ride again**: Cavallo quer cavalgar o cavalo de novo. E como o Sr. Murphy sabia ser incapaz de administrar o caos, chamaram de volta o Sr. Cavallo. Entre outras coisas nesse caminho, Cavallo já havia vendido seu plano para o Presidente do Equador, por US\$500 mil. Bucaran, **el loco**,

pagou US\$500 mil ao Sr. Cavallo por esse plano xerocado do FMI. De modo que agora reassume o Sr. Cavallo. Pelo menos US\$500 mil a mais ele tem, porque Bucaran, *el loco*, pagou a ele.

Também no Equador, tal como no Peru, essa aplicação da camisa-de-força neoliberal deu no que deu. Fujimori, El Chino, também de dupla nacionalidade, o que fez depois de sua reeleição? Tratou de preparar a fuga para sua terra natal, para o Japão, onde se encontra homiziado.

Pois bem, eu iria falar; não vou mais. Sei que sou muito lento em relação ao tempo. A culpa é minha, e não do tempo. O tempo, aliás, não pode ser culpado de nada. Nascemos pelo tempo, nossa gestação é produto do tempo, e o tempo que nos produziu desde o princípio, desde o óvulo e o espermatozóide, também nos levará. E agora vai me levar mais depressa, porque eu tinha aqui a mostrar a experiência do Gortari na Argentina, com sua cunhada, com seu irmão, grandes esperanças do PRI, estão todos foragidos, bandidos, assaltantes.

Eu ia também mostrar como estamos cercados por todos os lados. O que acontece lá na Colômbia com a FARC, o que acontece no México com Chiapas e com o movimento zapatista, o que acontece na Argentina, onde até os aposentados fazem greve, até os aposentados vão para a rua e levantam a sua bandeira, a bandeira de quem se recusa a morrer de fome, tal como acontecerá agora no Brasil, onde mais uma mordida nos aposentados está sendo preparada por esse Governo neoliberal.

De modo que teria muito assunto para tratar e mostrar que estamos aqui nessa ilha cercada de perigos por todos os lados. E os perigos vão se aproximando, e as medidas vão se esgotando. De dois em dois anos há uma nova posse com anúncio de um novo programa, com novas promessas, que o tempo logo em seguida desmoraliza.

Eu ia mostrar essa nossa crise, a crise do nosso desemprego – somos bem remunerados, mas estamos desempregados, estamos sem trabalho. Tudo isso faz parte de um conjunto muito perigoso que está ladrando lá fora, que está gritando lá fora e nós aqui fazendo ouvidos moucos, como se nada fosse capaz de perturbar nosso futuro tranqüilo, brilhante e inútil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Lauro Campos, o Sr. Jader Barbalho, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, tenho a impressão de que, se houvesse combinado com o Senador Lauro Campos, não teria dado tão certo pedir a S. Ex^a que, antes do meu pronunciamento, fizesse o discurso que acaba de fazer.

A preocupação do Senador Lauro Campos, em discurso denso – aliás, S. Ex^a. é professor da matéria na universidade –, faz com que cada um de nós se tome da preocupação que o assunto encerra.

Em novembro do ano passado, discutíamos, o Senador Eduardo Suplicy e eu, a idéia de fazer um seminário que tivesse o título “Dolarização *versus* Pluralismo Monetário nas Américas. A controvérsia vista do Brasil”.

No seio da Comissão de Assuntos Econômicos, cujo presidente era o Senador Ney Suassuna, formamos um grupo composto pelos Senadores Eduardo Suplicy, Jefferson Péres, José Fogaça, Roberto Saturnino e eu. De novembro até agora, Sr. Presidente, começamos a examinar como abordaríamos a dolarização x pluralismo monetário nas Américas e a controvérsia vista do Brasil e chegamos à conclusão de que o ideal era formar uma plêiade de especialistas na matéria e dividir a presidência dos trabalhos. Assim, no dia aprazado, de manhã presidiria um colega e à tarde, outro. Assim, Sr. Presidente, no próximo dia 22 de março – por isso quero levar ao conhecimento dos eminentes Senadores e de logo um convite especial ao meu estimado amigo, Prof. Lauro Campos, que há pouco deixou esta tribuna, para, na quinta-feira, estarmos juntos. Na parte da manhã, Sr. Presidente, a mesa será presidida por este colega que ocupa a tribuna neste instante; pela tarde, ao Sr. Eduardo Suplicy.

Pela manhã, teremos os seguintes expositores: Paulo Nogueira Batista Júnior; Armínio Fraga; o ex-Ministro e hoje Deputado Federal Delfim Netto; Paulo Pereira Lira e Celso Martone. Na parte da tarde, os expositores serão Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo; Affonso Celso Pastore; Samuel Pinheiro Guimarães; Eduardo Giannetti da Fonseca e Daniel Gleizer. Como vê V. Ex^a, o Presidente do Banco Central virá na parte da manhã e, pela tarde, um diretor daquela importante instituição também se fará presente.

As entidades organizadoras, Sr. Presidente, foram o Senado, por meio do Grupo de Trabalho sobre

Assuntos Monetários Internacionais da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, composto pelos Senadores que já registrei; pelo Instituto de Estudos Avançados – IEA/USP; e pelos Institutos de Pesquisas em Relações Internacionais – o IPRI, do Itamaraty.

Veja, Sr. Presidente, como estávamos certos se considerada a preocupada análise, apontando caminhos, indicando soluções, feita pelo eminente Senador Lauro Campos, que não padece de nenhuma miopia exegética – absolutamente. S. Ex^a mostrou, inclusive nos nossos vizinhos, o que está acontecendo.

Assim, Sr. Presidente, tivemos o cuidado de, nesse seminário sobre dolarização, fazermos o seguinte: a todas essas personalidades que ainda há pouco alinhiei, em anexo aos convites que seguiram assinados por mim e pelo Senador Eduardo Suplicy – e é de ressaltar que todos os convidados confirmaram as suas presenças –, anunciamos alguns tópicos que nos pareceram particularmente importantes, a saber:

- a) Os prós e os contras da adoção do dólar por outros países do continente americano;
- b) As vantagens e desvantagens da flutuação cambial, caixa de conversão **currency board** e outros regimes cambiais;
- c) Possibilidade e conveniência da adoção de uma moeda única para o Mercosul; e
- d) Movimentos de capital e crise financeira.

Observem V. Ex^{as} que essa iniciativa foi tomada a partir de novembro passado, quando já se podia ter consciência do que estaria por acontecer, haja vista a crise que hoje se abate sobre a Argentina, com reflexos no Mercosul e, sobretudo, com essas investidas da Alca sobre nós outros. Ainda mais: os problemas registrados, como bem disse o Senador Lauro Campos, em países vizinhos, como Peru, Colômbia, Chile, México, fazem com que esse seminário possa, pelo menos, chamar a atenção dos riscos que poderão envolver o nosso País.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Permitte-me V. Ex^a um aparte, eminente Senador Bernardo Cabral?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Com muito prazer, ilustre Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (PSB – PA) – Senador Bernardo Cabral, congratulo-me com V. Ex^a e com os demais Senadores que tiveram a iniciativa de formar esse Grupo de Trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos. Considero extremamente importante essa discussão. Não sou hoje membro da Comissão de Assuntos Econômicos porque o meu Partido, o

PSB, tem direito a apenas uma vaga naquele colegiado, sendo membro efetivo o Senador Roberto Saturnino. Contudo, tenho o maior interesse nesse debate, que é da maior importância. Devemos, a cada dia e a cada hora, inteirar-nos mais da conjuntura econômica do Brasil e, essencialmente, do mundo. A questão da dolarização é extremamente relevante, notadamente se considerarmos que a nossa economia é totalmente conduzida pela dívida externa e pelos compromissos que temos com o seu pagamento. Reitero que, ainda hoje, os jornais noticiam um prejuízo da ordem de US\$30 bilhões em virtude de uma desvalorização de 9,86%, fato a respeito do qual precisamos nos inteirar, a fim de apresentarmos soluções e propostas. Parece que a maioria dos convidados tem uma posição já conhecida, mais governista. De qualquer forma, considero fundamental o debate, do qual participarei do início ao fim. Se possível, não virei sequer à sessão deste plenário, tamanho o interesse que tenho pela matéria. Portanto, parabeno V. Ex^a e os demais integrantes do Grupo de Trabalho, entre os quais os Senadores Eduardo Suplicy e Roberto Saturnino, por estarem promovendo esse seminário, que, com certeza, fluirá rumo a decisões positivas na nossa ação política. Agradecendo a V. Ex^a pela iniciativa, reafirmo que estarei firmemente participando deste evento. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Veja V. Ex^a, nobre Senador Ademir Andrade, como o apoio e a adesão de V. Ex^a se tornam tão mais importantes na medida em que vem de anunciar hoje, da tribuna, um prejuízo da ordem de US\$30 bilhões. Mais do que nunca, portanto, esse seminário se faz necessário.

Observo, por oportuno, que dele farão parte colegas que resolveram não emprestar ao evento qualquer conotação política e/ou ideológica, mas sim e tão-somente promover um encontro a partir do qual nós, Senadores – e também o povo, que participará do evento, uma vez que a TV Senado fará a sua transmissão –, possamos juntos abordar um tema cuja preocupação, conforme ainda há pouco manifestado, não pode ficar fora do controle do Senado Federal. E tanto não pode que, ao agradecer a V. Ex^a a solidariedade manifestada, concedo um aparte ao Senador Lauro Campos, com muita alegria.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – É sempre um prazer ouvi-lo.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – É sempre um estímulo saber que, quando V. Ex^a ocupa esta

tribuna, não o faz apenas para pontificar em alguns pontos, mas para trazer uma contribuição positiva, como esta que agora V. Ex^a apresenta, qual seja, a iniciativa de se discutir, aqui, no Senado, os problemas relativos à dolarização, que, obviamente, é um apelido que resume toda a problemática em que estamos inseridos: a crise do capitalismo nos Estados Unidos e na América Latina, os problemas que emergem dessa fase depois de dez anos em que alguns países latino-americanos se lançaram a essa experiência. A Argentina, irmã sofredora, agora está fazendo tudo isso, lançando esse pacote, reduzindo pensões, demitindo funcionários, enxugando, para conseguir apenas US\$4,9 bilhões, a fim de tentar cumprir com seus compromissos. Desse modo, o tema a que V. Ex^a se dedicou para organizar esse conclave é da máxima atualidade. Com a presença de V. Ex^a, tenho certeza de que essa iniciativa se revestirá dos mais profícuos e alvissareiros resultados. De modo que então, mais uma vez, abraço V. Ex^a com respeito, com admiração e com o entusiasmo que o comportamento de V. Ex^a faz estimular em mim. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Lauro Campos, V. Ex^a esteja certo de que quem fica agradecido sou eu. Primeiro, porque conheço não só os seus dotes intelectuais, morais, mas também a sua independência no trato político nesta Casa. Ao ouvir de V. Ex^a essas palavras, já me dou por plenamente satisfeito por ter vindo à tribuna.

Como este assunto é oportuno e de grande gravidade, aproveito para fazer da segunda parte do meu discurso alguma coisa referente a minha terra e a minha região, a Amazônia. Hoje é segunda-feira; dizem os especialistas que às segundas e às sextas deve-se falar no problema regional, e não quero fugir desse tema.

Sr. Presidente, apesar de já ter dado ao meu pronunciamento essa primeira parte, trouxe a segunda por escrito. Quero deixar ficar, mais uma vez, nos Anais da Casa a minha preocupação, porque a Amazônia, volto a dizer, constitui um dos principais focos de atenção dos meios de comunicação tanto em nosso País como no estrangeiro.

Ainda há pouco, V. Ex^a, que agora preside a sessão, registrava a notícia divulgada ontem por uma emissora de televisão de grande porte, que consegue abalar qualquer estrutura, seja política ou financeira, quando aborda os assuntos, dando a idéia de que é suficiente falar sempre em Amazônia.

Por isso, qualquer que seja o modo, quero preencher, como fazem outros, não como se diz nas páginas de revista, jornais, televisão, rádio, uma espécie do inferno verde. A Amazônia, com a sua biomassa, a sua floresta devastada e com a incapacidade -- como dizem alguns, da parte dos brasileiros em geral -- de preservar aquilo que é sempre apresentado, muitas vezes com segundas intenções, como "patrimônio natural da humanidade".

Sr. Presidente, lerei o que me parece importante. Com isso, não estou querendo dizer que nossa região não sofre qualquer ameaça real.

Temos conhecimento de que existem, de fato, áreas críticas de utilização predatória dos recursos naturais da hileia; sabemos que há muito a ser feito para a promoção de uma exploração racional da riqueza da região, no sentido de um verdadeiro desenvolvimento sustentado que beneficie toda a população, principalmente aquelas camadas mais pobres, que subsistem sem o reconhecimento de seus mínimos direitos de cidadania. No entanto, a desinformação e a distorção dos fatos predominam em quase tudo o que se diz sobre os problemas ambientais amazônicos.

Um exemplo bem ilustrativo é o das empresas madeireiras. Em todas as matérias jornalísticas nas quais o assunto da extração da madeira na Amazônia é abordado, invariavelmente se fazem denúncias contra a atuação das grandes madeireiras de capital asiático em nossa região. E é verdade que, sendo forasteiras e descomprometidas com a região, essas empresas apresentam em geral uma prática industrial de terra arrasada, levando tudo o que podem para depois irem embora, deixando atrás de si o deserto ou o que seja, pois nada lhes importa, afora o lucro imediato.

No entanto, o foco sobre as grandes madeireiras tende a ocultar os danos ambientais produzidos por uma miríade de pequenas empresas madeireiras que atuam na região. A verdade é que as grandes madeireiras atuam sob razoável vigilância do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama), tanto que já não vêm conseguindo tanta lucratividade, estando muitas operando já no vermelho, segundo reporta o jornalista Orlando Farias, do jornal **A Crítica**, de Manaus, que V. Ex^a conhece muito bem. As pequenas madeireiras e serrarias, entretanto, continuam a trabalhar, muitas vezes, de forma inteiramente irregular. Dessa maneira, seriam elas, atualmente, também ameaça real a nossa floresta.

De fato, Ana Cristina Barros e Christopher Uhl, em estudo publicado em 1996 – que tenho em meu poder – e tornado clássico no campo dos estudos sociais e ambientais amazônicos, documentaram 1.295 serrarias funcionando somente no Pará, das quais 1.191 eram de pequeno porte, com produção média de 650 metros cúbicos de madeira serrada por ano.

Já de acordo com dados extraídos do livro que se encontra à venda nas livrarias e que teve o seu lançamento recentemente em Manaus, de autoria do Professor Samuel Benchimol, que, como V. Ex^a sabe, é o mestre de todos nós na Amazônia, intitulado **Zênite Ecológico e Nadir Econômico-social**, “a Amazônia possui mais de 3.000 serrarias operando em Imperatriz, Belém, Santarém, Itacoatiara, Manaus, Porto Velho, Acre, Vilhena e outros pólos madeireiros, produzindo mais de 20 milhões de metros cúbicos de madeira/ano de todos os tipos, que são utilizados pelas serrarias ou transportados em bruto pelas carretas e caminhões nas estradas BR-010, BR-163 e BR-364, destinadas ao sul do País, que se tornou o maior centro de consumo de madeira tropical amazônica”.

De lá para cá, os eminentes colegas do Senado podem estar certos e seguros de que a atuação não melhorou. Ao contrário, é visível o deslocamento para o oeste do ciclo de desmatamento e devastação, que é o estigma da exploração desenfreada e não planejada da floresta.

O exemplo de Paragominas, no sudeste do Pará, constitui ótima ilustração desse processo. O início da ocupação daquela área por colonos em geral vindos do sul do País deu-se no início dos anos 70. Na década de 80, quando se deu o ápice da exploração madeireira e da substituição da floresta por pastagens para a pecuária extensiva, a cidade chegou a ter 120 serrarias.

A extração de madeira, sozinha, chegou a movimentar US\$100 milhões anuais. Em seguida, com o esgotamento das madeiras de maior valor comercial, o rendimento foi decaindo e, após vinte anos do começo do ciclo, a renda bruta total gerada no Município já caíra para US\$5 milhões anuais. Vejam V. Ex^{as}: de US\$100 milhões para US\$5 milhões em um raio de cem quilômetros. Em torno da sede do município, hoje não é possível encontrar um só pé de madeira valiosa, e o número de serrarias reduziu-se a 70.

O jornalista Orlando de Farias, que ainda há pouco citei, chama ainda a nossa atenção para a mudança já sofrida pela paisagem em torno da nos-

sa capital. Segundo ele, a mata ao redor de Manaus foi esquadrihada pelos madeireiros ilegais, que abriram estradas clandestinas mata adentro, para, por elas, escoar as toras de madeiras irregularmente cortadas. De fato, quem se lembra da paisagem manauara de alguns anos atrás, sente a falta da mata copada que envolvia a cidade.

Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a, que é daquela área, sabe, e todos devemos compreender, antes de tudo, que essa atividade predatória das pequenas madeireiras ocorre porque poucas alternativas de atividade econômica são oferecidas tanto aos pequenos empresários da região quanto aos trabalhadores. E é por isso que faço aqui um parêntese para mostrar que o discurso denso, oportuno que o Senador Lauro Campos ainda há pouco fazia atinge esta população. São os pequenos empresários, são os trabalhadores os que mais sofrem com a espécie de alheamento, de equidistância daqueles que deviam estar atentos para o problema.

Uns e outros, tanto os pobres como os pequenos empresários, acabam por ver na depredação da floresta sua maior chance e obtenção de renda. Para lhes fornecer uma idéia da importância dessa atividade para as populações da região, citarei o dado obtido por Barros e Uhl, ainda há pouco citados, no ensaio que mencionei. Segundo eles, aquelas serrarias no Pará, em 1994, geravam cerca de 30 mil empregos.

Ao me acercar da conclusão deste pronunciamento, Sr. Presidente, sei não podemos, e é verdade, não se deve, por um lado, permitir que a floresta seja explorada irracional e devastadoramente; e, por outro, se não queremos que milhares de brasileiros fiquem sem emprego, precisamos, com urgência, estabelecer uma política de manejo e controle da exploração, um planejamento, enfim, para o desenvolvimento da região, de modo a preservar a floresta e gerar empregos. Devemos, ao mesmo tempo em que reprimimos a exploração ilegal e predatória, promover atividades produtivas integradas a um projeto global de desenvolvimento sustentado para toda a Amazônia.

A imobilidade e a indiferença é a pior das políticas. Se não cuidarmos com a devida atenção do território e do patrimônio natural conquistado para o nosso País por aqueles que nos antecederam na construção do Brasil, não teremos força moral para nos defendermos das acusações de guardiães relapsos, assentadas contra nós pelos que, velada-

mente, cobiçam a Amazônia e só esperam a ocasião oportuna para contestarem nossa soberania sobre a região.

A Amazônia é nossa, mas o princípio da soberania implica também a responsabilidade sobre o território. E responsabilidade significa tornar próspero o povo, sem no entanto devastar a natureza. Temos de estar à altura do desafio, e é por isso que eu me reservei para dar a V. Ex^a a maior e mais ampla solidariedade no funcionamento imediato da CPI das Organizações Não-Governamentais, que contribuem para esse tipo de devastação da região, de um lado; e, do outro, para que a nossa soberania seja cuidada, como está sendo, de forma restrita, como se não fôssemos capazes de dela tomar conta.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a e, mais uma vez, retomo aquele convite inicial para os Colegas comparecerem, no próximo dia 22, ao nosso Seminário da Dolarização Versus Pluralismo Monetário nas Américas e A Controvérsia Vista do Brasil.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR BERNARDO CABRAL EM
SEU PRONUNCIAMENTO:**

SEMINÁRIO

**DOLARIZAÇÃO VERSUS PLURALISMO MONETÁRIO
NAS AMÉRICAS:
A CONTROVÉRSIA VISTA DO BRASIL**

Mesa da Manhã

Presidente: Senador Bernardo Cabral

Expositores: Deputado Delfim Neto, Armínio Fraga, Paulo Pereira Lira, Celso Martone, Paulo Nogueira Batista Jr.

Horário: 9h às 13h

Mesa da Tarde

Presidente: Senador Eduardo Suplicy

Expositores: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Affonso Celso Pastore, Samuel Pinheiro Guimarães, Eduardo Giannetti da Fonseca, Daniel Gleizer.

Horário: 14h30 às 18h30

Entidades Organizadoras: a) Senado (através do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Monetários Internacionais da Comissão de Assuntos Econômicos – CAE) composto pelos Senadores Bernardo Cabral, Eduardo Suplicy, Jefferson Péres, José Fogaça e Roberto Saturnino; b) Instituto de Estudos Avançados – IEA/USP; c) Institutos de Pesquisas em Relações Internacionais – IPRI do Itamaraty.

Local: Senado; sala de reuniões da Comissão de Assuntos Econômicos (sala de reuniões nº 19 da ala Alexandre Costa)

Ofício nº 00064/2001

Brasília, 15 de Fevereiro de 2001

Ilustríssimo Senhor

Armínio Fraga

Presidente

SBS Q. 3, Bloco 3, Edifício Sede

70074-900 Brasília-DF

Prezado Sr. Armínio Fraga,

Venho por meio desta confirmar o convite, já aceito verbalmente, para que V. S^a participe como expositor do seminário "Dolarização Versus Pluralismo Monetário nas Américas: A Controvérsia Vista do Brasil" organizado pelo Senado Federal, através do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Monetários Internacionais da Comissão de Assuntos Econômicos, em colaboração com o Instituto de Estudos Avançados da USP e o Instituto de Pesquisas em Relações Internacionais do Itamaraty.

O Seminário será realizado no dia 22 de março de 2001, com uma Mesa pela manhã, iniciando-se às 9h, e outra à tarde, iniciando-se às 14h30. Cada Mesa será composta por cinco expositores, sendo a primeira presidida pelo Senador Bernardo Cabral, presidente do Grupo de Trabalho sobre Assuntos Monetários Internacionais, e a segunda pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, relator do referido Grupo. Ao final das exposições haverá debates com a participação do público e em especial dos Senadores membros da Comissão de Assuntos Econômicos e de outros parlamentares. O evento terá lugar na Sala de Reuniões nº2 da Ala Nilo Coelho e a participação de V. S^a está prevista na Mesa da manhã. Encontra-se, em anexo, o programa do seminário.

O Seminário será transmitido pela TV Senado. As exposições serão gravadas para posterior publicação. Caso V. S^a assim o desejar, poderá trazer uma contribuição por escrito. De qualquer maneira, o texto pré-editado de sua exposição lhe será enviado para uma revisão final antes de ser publicado.

V. S^a poderá se sentir à vontade para abordar o tema da forma que lhe parecer mais interessante. Entretanto, avaliamos que alguns tópicos são particularmente importantes, tais como: a) os prós e contras da adoção do dólar por outros países do continente Americano; b) as vantagens e desvantagens da flutuação cambial, caixa de conversão *currency board* e outros regimes cambiais; c) possibilidade e conveniência da adoção de uma moeda única para o Mercosul, e d) movimentos de capital e crise financeira.

Brevemente entraremos em contato com V. S^a para a adoção das providências necessárias, como traslado e hospedagem.

Atenciosamente. — Senador Bernardo Cabral — Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) —
Concedo a palavra ao Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no Parlamento brasileiro tem havido, ao longo da sua história, Parlamentares que têm se destacado por um comprometimento, uma luta permanente em torno de um determinado tema. Vou citar alguns exemplos que me ocorrem neste momento: o Deputado Raul Pila passou pelo Parlamento brasileiro lutando pela implantação do parlamentarismo no Brasil. Não conseguiu. Mas essa foi uma luta permanente, até porque o nosso parlamentarismo, no curto período que o tivemos, foi muito mais um remendo para uma grave crise política do que uma solução constitucional para a implantação de um novo sistema de governo.

O Deputado e Senador Nelson Carneiro celebrou-se no Parlamento brasileiro por uma luta constante sobre o divórcio, Direito de Família, obtendo algumas mudanças na legislação da família, até que se implantou, no Brasil, o divórcio – e ele foi realmente um homem que viveu esse drama.

O Deputado Amaral Neto travou uma luta permanente pela implantação da pena de morte no Brasil.

Assim, poderíamos citar vários Parlamentares que, eu diria, foram quase monotemáticos, quer dizer, que se fixaram na defesa de uma determinada tese, de uma determinada causa.

O Senador João Calmon, por exemplo – conterrâneo do nosso querido amigo, nobre Colega, Senador Ricardo Santos –, passou pelo Parlamento lutando pela educação. Conseguiu a chamada Emenda Calmon, implantando na Constituição a vinculação para aplicação de um percentual mínimo na educação, que, depois, na Constituição de 1988, foi até aumentado de 12% para 18%. E assim por diante.

Na minha forma de atuar, tenho uma preocupação mais multisetorial, mais polivalente, interesse-me por diversos temas. Mas há um tema, entre tantos que tenho me ocupado – e que tenho falado pouco, mas, na medida da minha capacidade de ação, tenho me interessado por ele –, que é a questão – no bojo da falada reforma política e que, como voto em separado à Proposta de Emenda Constitucional nº 68, tive a oportunidade de tratar –, do meu modo de ver, importante, da diferença mandato entre Senadores e Deputados.

Acredito que o mandato de oito anos é muito longo para o Senador. E isso, no meu modo de entender, leva a um distanciamento do Senador e a opinião pública, do Senador e a sua base, do Senador e o eleitorado, do Senador e a sua população. Fiz um levan-

tamento em que ficou comprovada a queda de produção do Senador durante o seu mandato, a partir do quinto ano de mandato. Isso, evidentemente, é um estudo sujeito a muitas críticas, a muitas observações, porque não é fácil se avaliar o desempenho de um Parlamentar por sua produção numérica, mas é um dado, um indicador. Muito mais poder-se-ia falar sobre questões de natureza subjetiva, dessa vinculação entre o representante e o representado, por mais que se diga que o Senador é representante do Estado, e não do povo.

Se olharmos a origem do Senado, desde o Senado Romano, quando era *Senatus*, a Casa dos Anciãos; e depois vamos verificar que nos períodos de maior crise, nos períodos revolucionários o Senado desapareceu – por exemplo, na Revolução Francesa, não havia Senado. No caso do Brasil, quando o Senado voltou a ser uma Instituição, uma das Casas em que o republicanismo foi menos radical, nos casos de republicanismos radicais, a tendência era uma câmara só no parlamento. No Brasil Império, o Senado passou a ser vitalício e, quando foi proclamada a República, adotou-se o mandato de 8 anos.

Há algum tempo fiz um estudo comparativo de diferentes países e verifiquei que na França os mandatos são de 9 anos; no Canadá, vitalícios; e, no Chile, também são longos. Mas em nenhum desses países o Senado tem competências tão vastas e tão amplas como aqui no Brasil. Nos Estados Unidos, os mandatos são de 6 anos.

Há, evidentemente, algo a ser corrigido. No voto em separado que apresentei à Emenda Constitucional nº 68, fiz a proposta de separar as eleições. Sugiro que aconteçam as eleições federais e, separadamente, as eleições estaduais e municipais. Em um pleito seriam eleitos Presidente da República, Deputados Federais e Senadores e, em outro, Governadores, Vice-Governadores, Deputados Estaduais, Vereadores e Prefeitos. A proposta é uma tentativa de mudar o processo eletivo tal como existe hoje, em que elegemos o Presidente da República, Governadores, Deputados Estaduais e Federais e Senadores.

Considero este um tema que vale a pena ser discutido. Evidentemente, só podemos pensar nele no bojo de uma reforma ampla, que encontre formas de compatibilizar esses diferentes períodos eleitorais. De qualquer sorte, há evidentemente um exagero na duração do mandato de 8 anos. Levantei essa questão, assim como o fizeram os Senadores Eduardo Suplicy e Maguito Vilela. No entanto, a sugestão não tem ressonância, não ecoa no âmbito do Senado, prova-

velmente porque muitos entendam que há assuntos mais importantes a serem discutidos ou que não é o caso de reduzir mandato de quem está em pleno exercício da sua atividade parlamentar. O fato é que a questão não tem tido a ressonância que acreditamos merecer, pelo menos para discutir, para debater. Em alguns países, o mandato de Senador chega a ser de 2 anos. Temos que compatibilizar duas coisas: a duração do mandato e a competência do Senado.

Por isso, estou formalizando uma proposta em que procuro modificar as competências do Senado e deixar algumas como exclusivas do Senado, para evitar que façamos o que a Câmara faz e mais alguma coisa, até porque creio que o Senado tem uma função própria, especial, principalmente num país organizado sob a forma de Federação política, como é o Brasil e como esperamos que ele seja com a descentralização do poder e com a desconcentração econômica.

Era esse, Sr. Presidente, o tema que eu queria trazer hoje. Tenho insistido na questão, levantado esse debate, não como uma coisa exótica, mas como algo que mereça ser discutido, em função até das comparações que fiz com a situação de outros países. O mandato de 8 anos é um resquício do Império: "já que não é vitalício, será de 8 anos". E mesmo nos Estados Unidos, onde o Senado mais se aproxima do Senado brasileiro, o mandato é de 6 anos, não de 8 anos.

Por isso, Sr. Presidente, insisto no problema, esperando que mereça reflexão, debate, discussão, porque realmente há aí alguma coisa no sentido de modernizar a nossa representação. Possivelmente, no século XIX, o mandato vitalício de Senador estava de acordo com a sociedade da época. A pergunta é se o mandato, hoje, de 8 anos, ainda está de acordo com essa sociedade dinâmica, nervosa, excitada, midiática de hoje. Ou reserva-se para o Senado apenas um papel conservador, de abafar a excitação da Câmara? Observemos que a média de idade dos nossos representantes aqui, comparando-se com o passado, com o Império, por exemplo, baixou muito.

Então, este não é o *senatus*, no sentido etário dos seus integrantes, e isso não tem a mesma significação que tinha no passado, até porque, se formos comparar o que o Senado e a Câmara têm feito, tenho certeza de que vamos verificar que este Senado tem feito propostas mais ambiciosas, ousadas e revolucionárias, haja vista a questão do sigilo bancário, que saiu daqui. Foi um projeto de minha autoria que o Senado aprovou. O projeto foi para a Câmara, lá ficando muito tempo, terminando por ser aprovado.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Permitte-me V. Ex^a. um aparte?

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Ouço o Senador Lauro Campos com prazer.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Ao contrário do que disse V. Ex^a, acho que o tema é da máxima importância, é da máxima relevância. Surpreendeu-me certa vez ouvir o Senador Josaphat Marinho colocar-se a favor da extinção do Senado. Se a questão etária determinasse a ousadia das propostas, sabemos que, apesar da sua hígidez, da sua juventude, S. Ex^a. já se encontrava numa idade bastante avançada. Parece-me que bem mais de 80 anos. Em relação à duração do mandato, realmente, V. Ex^a. tem razão: 8 anos são excessivos. Parece-me que, no Império, dentre os deputados provinciais, o Imperador escolhia aqueles que eram alçados ao Senado. Não havia, então, propriamente uma eleição direta para Senadores. Parece-me que essas questões devem ser aprofundadas e debatidas e assim espero. Na minha campanha para Senador, prometi que batalharia para a abolição do Senado. Fui eleito e quase nada pude fazer, pois aquela era uma proposta bastante utópica e jamais obteria apoio significativo para que fosse aceita. Contudo, reafirmo que um regime unicameral seria mais interessante. Quem sabe se, numa reforma parlamentarista, isso venha a acontecer! Muito obrigado.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) – Sr. Presidente, concluo meu raciocínio dizendo que no Império predominava o arbítrio do Imperador. Tanto que um conterrâneo meu famoso, o romancista e político José de Alencar, que foi Deputado e Ministro da Justiça, teve sua indicação para o Senado vetada pelo Imperador, o qual – dizia-se – não simpatizava com ele. Comentava-se até que, quando José de Alencar morreu, o Imperador se referiu a ele como "um homenzinho ranzinza", do qual tinha uma mágoa profunda.

José de Alencar, grande romancista e fundador da ficção brasileira, foi também um grande político e publicou alguns trabalhos sobre representação, sistema eleitoral, ainda hoje lidos e considerados.

O Sr. Lauro Campos (Bloco/PT – DF) – Lembro apenas que também, por razões particulares, o meu bisavô Francisco Álvares da Silva Campos, que é avô do Ministro da Justiça e da Educação, ele foi Deputado Provincial, e o irmão dele também foi Senador, Presidente do Conselho de Ministro e Presidente da Província do Rio de Janeiro, Martinho Campos, um era irmão do outro. De modo que um continuou até morrer como Deputado provincial e o outro, Martinho

Campos, foi alçado ao Senado, e Conselheiro de D. Pedro II e Presidente do Conselho. E outro dia disse-me um monarquista, para surpresa minha, que Conselheiro, naquela ocasião era um título superior ao de Barão.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE) –

Para concluir, extinção do Senado, não. Mas revisão das suas competências tornando algumas privativas do Senado e redução do mandato de Senador, sim, disso sou a favor. Continuo levantando essa questão e debatendo esse assunto porque é importante para modernizar o processo institucional e político brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) –

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o

seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já ouvi vários Senadores desta tribuna reclamando que os projetos votados aqui e encaminhados à Câmara Federal permanecem nas gavetas da Câmara, e não há nenhum interesse daquela Casa em votá-los, aprovando-os ou não. Ocorre que alguns projetos que tramitam no Senado também não andam.

Tenho dois projetos apresentados no ano 2000, cujos Relatores são os Senadores Álvaro Dias e Roberto Requião, e que foram entregues à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no dia 24/04/2000. Esses dois projetos não foram colocados em votação nem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Por isso eles continuam aguardando uma decisão dessa Comissão. São projetos importantes que poderiam, inclusive, ter evitado em alguns Estados o desastre de realização de privatizações que não atendiam aos interesses da população, mas ao interesse de governantes que, precisando cobrir os rombos de caixa, venderam empresas estatais sem nenhuma responsabilidade com o futuro do seu Estado.

Eu poderia citar o meu Estado como exemplo, já que não sei se ele fez uma venda ou uma doação ao Itaú, porque, na verdade, o Itaú levou praticamente de graça o Banestado. Foi uma venda mal explicada, depois de uma quadrilha ter assaltado o Banco do Estado sem que houvesse a reposição de um centavo aos cofres públicos e sem que houvesse a punição de sequer um dos responsáveis pelo assalto. Assim mesmo, no entanto, o Banco do Estado foi vendido e o Presidente do Itaú comemorou no outro dia, nos jornais de circulação nacional, dizendo: "O que paguei no Itaú, praticamente, os créditos tributários que o

banco tem me ressarcirão." Portanto, ele ganhou o Banco do Estado do Paraná e o povo do Paraná ganhou uma dívida de R\$6 bilhões.

Agora está em curso a privatização da Companhia de Energia Elétrica do Paraná, a Copel, que é um símbolo de eficiência, de competência da administração pública no meu Estado, uma companhia construída com o sacrifício da população, de governantes que deram a ela prioridade para que fosse um instrumento promotor do desenvolvimento do meu Estado. A Copel foi, sem dúvida, um dos instrumentos mais eficientes na promoção do bem-estar na zona rural, das comunidades mais distantes da sede dos Municípios. Ela esteve presente no desenvolvimento em toda a história do Paraná. Não fosse a Copel, com certeza, não teríamos quase 100% das propriedades rurais hoje eletrificadas e, sem a energia elétrica, não teríamos o desenvolvimento da nossa agricultura, a alta produtividade e o bem-estar social instalado no campo. No entanto, o Governo que construiu uma dívida de quase R\$17 bilhões no meu Estado, num espaço de tempo muito curto, ele que assumiu o Estado em situação equilibrada, ajudado até por este Senado que aprovou contra os meus pareceres empréstimos ao Estado do Paraná sem que ele pudesse usar esses empréstimos, continua pagando taxa de permanência numa irresponsabilidade compartilhada por muitos Senadores que entenderam naquele momento que a questão era partidária e tinha que votar a favor porque o Governador estava saindo do PDT e vindo para o PFL. Era importante, então, aprovar para que o Governador sacramentasse a sua filiação no PFL. Isso aconteceu, e o Paraná afundou-se em dívida.

Os dois projetos, extremamente importantes, continuam aguardando tramitação no Senado, porque sequer foram colocados em votação. O primeiro deles trata das concessões.

Todas as concessões de serviços públicos deverão ser precedidas, obrigatoriamente, de relatório de impacto econômico e social que analisem os seguintes aspectos:

1º – O número de empregos a serem gerados com a concessão; o custo financeiro a ser repassado para os agentes privados com a concessão; o impacto sobre o custo para os setores produtivos; o impacto sobre as finanças públicas do ente responsável pela concessão, incluindo efeito sobre a arrecadação de impostos; e outras exigências previstas no edital de licitação.

O relatório previsto nesse artigo deverá ser apresentado ao Poder Legislativo do ente da federação antes da efetivação da concessão.

A Sanepar – Companhia de Saneamento do Paraná – já está nas mãos dos franceses. Aliás, no Paraná, há muitas empresas ficando nas mãos dos franceses: fábricas de automóvel, empresas de água, etc. Agora, parece-me que já estão se candidatando também à privatização da área de energia elétrica. Daqui a pouco, teremos de falar com sotaque no Paraná, porque os franceses estão realmente entrando para valer. Aparecem apenas de paletó e colocam-no na cadeira, porque o Governo do Estado está financiando todos aqueles empreendimentos.

A Renault, por exemplo, é uma **griffe** e uma franquia. A Renault entra com o nome, e o povo do Paraná entra com o dinheiro. Instala-se, então, uma fábrica de automóveis, e o Governo do Paraná, que está privatizando banco, companhias de energia elétrica e companhias de água, estatiza a fabricação de automóveis, porque é sócio da Renault em 40%.

No ano passado, o Governo teve prejuízos. Agora, fechou a fábrica da Chrysler, e o povo do Paraná pagará uma conta pesada, porque o Governo está numa direção que não entendo: privatiza serviços essenciais básicos para o desenvolvimento do Estado e estatiza fabricação de automóveis, num negócio feito com o dinheiro do empresário paranaense.

No mesmo momento em que 5.500 negócios fecharam suas portas no ano 2000, o Governo financiou a implantação de três ou quatro fábricas de automóveis que não geram 10% dos empregos que perdemos com aqueles empreendimentos fechados no ano passado.

O outro projeto diz o seguinte:

Todos os contratos de concessão feitos entre o Poder público e o ente privado devem ser publicados integralmente na imprensa oficial, bem como serem disponibilizados, a qualquer momento, para cidadão interessado. No caso das concessões para exploração de rodovias, fica a concessionária obrigada a disponibilizar trimestralmente para a sociedade planilha estatística que evidencie seus custos, bem como suas receitas.

Parece loucura, pois isso já seria uma obrigação, mas não é bem assim: no Paraná tudo é caixa-preta, os contratos feitos com as montadoras e aqueles feitos com as concessionárias de rodovias “pedagiadas” são escondidos, a população não sabe

quais são as obrigações das concessionárias, quais os trechos que têm que ser duplicados, quais as obras de melhoramento que deveriam ter sido feitas nas rodovias e reclamamos do preço do pedágio.

No Paraná, nas estradas “pedagiadas”, pagamos um preço absurdo para andar e, sou daqueles Senadores que andam de carro – não ando de avião, não porque não goste, ou que tenha medo, mas porque não tenho condições de andar de avião, então ando de carro. Tenho que passar pelas rodovias de carro, então passo e xingo uma barbaridade porque tenho que pagar pedágio caro, e os caminhoneiros xingam junto, porque deixam no pedágio mais de mil reais cada um, por mês. O que seria o seu lucro, portanto, eles estão deixando para as concessionárias.

Elas não prestam contas do que estão fazendo com o dinheiro! Elas não dizem, em cada praça de pedágio, o que arrecadaram e o que aplicaram! Enfim, as concessionárias ficaram donas de uma estrada construída com o dinheiro público!

No caso se diz assim: “Então, desvia para outras estradas”. Como? O governo abandonou as outras estradas, para que sejamos obrigados a andar somente nas rodovias “pedagiadas”. As outras estão esculhambadas, esburacadas. O caminhoneiro que se desvia de um pedágio e vai para uma via secundária quebra o eixo de seu caminhão, arreventa com o seu patrimônio. Aqueles que têm veículo xingam o Governo quando andam nas rodovias esburacadas e xingam o Governo quando vão pelas rodovias “pedagiadas”, porque pagam um preço muito alto.

Ouvi o discurso do Senador Antonio Carlos Magalhães falando das estradas da Bahia. Mas as estradas do Paraná não podem estar melhores que as daquele Estado, porque hoje é quase impossível trafegar por qualquer daquelas vias secundárias.

Por que estes dois projetos não tiveram andamento aqui no Senado? Tem que haver uma explicação. Será que é porque, se eles fossem aprovados, teria que ser analisado o impacto socioeconômico, que levaria à constatação de que essas privatizações não teriam ocorrido se antes tivesse sido levantado o número de empregos que seriam destruídos com essas privatizações?

Hoje, estamos vendo as pessoas serem abandonadas à sua própria sorte, já que essas empresas vêm, compram com o dinheiro brasileiro e nos abandonam depois. Elas não têm nenhum compromisso social, não têm nenhum compromisso com a sociedade brasileira e podem fazer o que quiserem: pegam o

paletó, vão embora, não deixam nada aqui, porque não trouxeram um centavo para investir.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Conceda-me V. Ex^a um aparte?

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Concedo o aparte ao Senador Moreira Mendes.

O Sr. Moreira Mendes (PFL – RO) – Senador Osmar Dias, ouço com atenção o seu pronunciamento e vou-me permitir voltar um pouco, quando V. Ex^a falava da privatização do Banco do Estado do Paraná e da possibilidade, agora, de privatização da companhia energética do Estado. Daí, faço uma reflexão relativa a situação idêntica no meu Estado. Pior do que ocorreu no Paraná, em Rondônia o Governo anterior não privatizou o Banco do Estado: simplesmente permitiu que o Banco do Estado de Rondônia fosse liquidado. E quantas lutas já não travamos aqui, no plenário desta Casa, nas comissões, defendendo essa questão do Beron? E até hoje não conseguimos. Na verdade, lá está o nosso povo, arcando com o prejuízo. Por trinta anos ainda vamos pagar essa conta absurda que o ex-Governador deixou, que hoje já chega à casa dos R\$700 milhões, apesar de tudo o que já foi pago. O mesmo aconteceu com a companhia de energia elétrica: entregou-se para a Eletrobrás a companhia de energia elétrica, a nossa Ceron, a troco de migalhas, também por conta do governo anterior. Mas o meu objetivo ao apartear-lo neste momento é denunciar que o Governo Federal, nessa ânsia de privatizações, também pretende chegar à Eletronorte, companhia que realmente leva o desenvolvimento do setor para a Amazônia brasileira. Não fosse a Eletronorte, não fossem os investimentos feitos por ela e que ainda faz na Amazônia, não teríamos avançado economicamente o pouco que já avançamos. E já se fala hoje, nas hostes do Governo, da privatização da Eletronorte. E, assim como pensa V. Ex^a, creio que esse não é o caminho. O Brasil ainda deve muito à Região Norte, e, portanto, essa empresa não pode ser privatizada, porque é fundamental para o desenvolvimento da nossa região. E, pior do que o que acontece aqui no sul, nenhum investidor desejará ir para a Amazônia, porque seu dinheiro não terá retorno. Então, é preciso que se mantenha a Eletronorte viva e fazendo os investimentos que está fazendo. No mais, parabéns V. Ex^a pelo discurso, pela coragem, pela determinação. E tenho acompanhado aqui o seu trabalho na defesa dos interesses do seu Estado. Parabéns, Senador Osmar Dias!

O SR. OSMAR DIAS (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Moreira Mendes.

Vou encerrar para colaborar com outros Senadores, mas quero dizer à Mesa que hoje ela concedeu a palavra a um Senador para uma comunicação inadiável e, em seguida, para fazer um discurso, o que prejudica, evidentemente, os demais que querem pronunciar-se.

Cobrarei, todos os dias, a votação desse projeto. Ele será derrotado ou aprovado, mas terá que ser votado, porque não dá mais para agüentar tantos projetos dormindo na gaveta, sem nenhuma consequência.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Waldeck Ornelas, pelo tempo restante da sessão.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em meados da semana passada, foi divulgado o relatório de auditoria realizada pelo Governo, por intermédio do Ministério da Integração Nacional, na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, um dos pontos que têm sido objeto de denúncias de malversação de recursos por parte do Senador Antonio Carlos Magalhães.

As conclusões divulgadas pelo Ministério indicam que, feita a auditoria em um quinto dos projetos, há irregularidades em cerca de 30% deles, ou seja, em praticamente um terço dos projetos. Segundo essa avaliação, os desvios são da ordem de R\$108,6 milhões. E vejam V. Ex^{as} que foi realizada uma auditoria formal, burocrática, como sói acontecer com os serviços de auditoria do setor público, que descobrem menos do que efetivamente ocorre. Isso porque as fraudes, as distorções e os desvios são feitos, do ponto de vista formal, de modo correto, aparentemente sério, aparentemente adequado.

Entendo que, em tais questões, há que se agir de forma rígida, firme, e abrir as portas – como o fiz na Previdência Social – para o Ministério Público e para a Polícia Federal, a fim de que, juntamente com o sistema de auditoria, possam-se encontrar os desvios e se conhecer toda a amplitude das falcatruas praticadas.

Vê-se que a Sudam tornou-se um pasto de malefícios, e, em decorrência, anuncia-se a transformação da Sudam ou a sua extinção, junto com a Sudene, transformando-as em agências de desenvolvimento regional.

Ora, sabemos que a Sudam foi criada por analogia à Sudene. Criou-se na Região Amazônica estrutura semelhante à que existia para a promoção do de-

envolvimento regional no Nordeste, do mesmo modo que, durante certo tempo, chegou a existir a Sudeco, a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste. O Professor Diogo Lordello de Melo chama isso de “síndrome da simetria”: querem sempre fazer as coisas iguais, em todas as regiões, em todos os Municípios, em todos os Estados. No entanto, sabemos que cada região tem as suas especificidades. Os problemas são distintos, diferenciados e requerem soluções adequadas. No caso da Amazônia, por exemplo, objeto ainda há pouco de pronunciamento do Senador Bernardo Cabral, tratava-se da questão madeireira. Existe também a questão da ocupação; a questão das fronteiras, de que se destaca o projeto Calha Norte; o problema do meio ambiente, que gerou no Acre o zoneamento geoecológico; a questão dos índios; a questão da industrialização, relativa à Zona Franca de Manaus; e assim por diante.

É evidente que a criação da Sudene foi diferente do surgimento da Sudam. Há todo um significado histórico, que tem início com o estudo do GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste, liderado pelo grande economista Celso Furtado. Tratou-se de uma realização importante do Governo Juscelino Kubitschek, que foi capaz de trazer a indústria automobilística para São Paulo e de desenvolver o Centro-Oeste com a construção de Brasília, promovendo a integração nacional. O Governo Juscelino criou para o Nordeste a Sudene, como um mecanismo, uma estrutura para buscar a superação dos problemas da pobreza e do semi-árido.

Posteriormente, a Sudene também se desviou do projeto de Celso Furtado, devido a desvios de recursos e à má aplicação de incentivos. É preciso e indispensável apurar e punir os responsáveis em cada caso.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Senador Waldeck Ornelas, a Presidência prorroga a sessão por mais cinco minutos, para que V. Ex^a possa concluir seu pronunciamento.

O SR. WALDECK ORNELAS (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

Não basta que se faça uma reorganização administrativa dessas estruturas. Isso não vai combater as fraudes, a corrupção, não vai evitar o desvio dos incentivos. Não se pode apenas esconder o problema. Na verdade – e a discussão está posta erradamente, equivocadamente –, há a necessidade imperiosa de uma política de desenvolvimento regional para o País.

No seu primeiro governo, com a proposta “Mãos à Obra, Brasil”, o Presidente Fernando Henrique Car-

doso disse que o Brasil não é um país subdesenvolvido, mas injusto. E a injustiça está exatamente na concentração de pobreza no Nordeste.

O Congresso deu uma contribuição importante à discussão desse tema, com os estudos da Comissão Mista sobre o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro, presidida pelo Senador Beni Veras, hoje Vice-Governador do Ceará. Naquela época, já se acentuava a necessidade de reestruturação dos órgãos e da prática de políticas de desenvolvimento regional.

Os incentivos fiscais estão hoje com prazo definido para terminar – no ano 2013 –, embora a própria Organização Mundial do Comércio, a temível OMC, permita incentivos para o desenvolvimento regional na Europa. Não são necessários apenas incentivos, mas prioridades e recursos.

A Embrapa equacionou tecnologicamente a questão da soja no cerrado, promovendo uma política de desenvolvimento regional. Há seis anos, começaram os estudos para um novo modelo de irrigação no Nordeste – uma marca do Governo do Presidente Sarney –, com o Programa Nacional de Irrigação e o Programa de Irrigação do Nordeste, que foram praticamente paralisados para a elaboração de um novo modelo. Seis anos se passaram, e não se conclui o novo modelo de irrigação. Não é possível a inexistência de uma política de desenvolvimento regional, mas é essa a prática que vem sendo adotada.

A crise fiscal serve para, por omissão e por inércia, continuar a concentração do desenvolvimento e dos investimentos e a geração das “deseconomias” no País. É o caso das políticas compensatórias, geralmente sociais, que mantêm o desequilíbrio e que, tendo caráter setorial, têm aplicação uniforme e homogênea em todo o País.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a verdade é que o Ministério da Integração Nacional ainda não justificou a sua existência, não foi capaz de dizer a que veio. Antes, era Ministério do Desenvolvimento Regional; mudou de nome, mas não mudou de conteúdo, de atitude, de postura, não foi capaz de se justificar e de apresentar uma proposta de desenvolvimento para o País.

E não se diga que o malfadado Projeto de Transposição das Águas do rio São Francisco pretende ser essa política de desenvolvimento. Eu já disse desta Tribuna há alguns anos que isso é uma miragem que serve de biombo para interesses menores e para desviar a discussão dos verdadeiros interesses do Nor-

deste. Se esse Ministério serve apenas para administrar desvios de incentivos, o País não precisa dele.

Apenas a reestruturação administrativa da Sudene e da Sudam não é suficiente. O Governo deve ao País uma proposta de política para correção dos desequilíbrios regionais, que deve se discutir pelo Congresso e pela sociedade, para que sejam tomadas as decisões necessárias, indispensáveis, imprescindíveis, inadiáveis e para que o País possa se desenvolver de modo equilibrado, beneficiando todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte:

OF. Nº 35/01-GLPF

Brasília, 13 de março de 2001

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício SF/nº/117/01, dessa Presidência, indico, para comporem a Comissão Temporária Interna destinada a "acompanhar as relações bilaterais, particularmente as comerciais, de Brasil e Canadá, tendo em vista os contenciosos nas relações de comércio internacional entre os dois países"; os seguintes Senhores Senadores:

Titular – **Waldeck Ornelas**

Suplente – **Hugo Napoleão**

Atenciosamente, – **Hugo Napoleão**, Líder do Partido da Frente Liberal – PFL.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – A Presidência designa os Srs. Senadores Waldeck Ornelas e Hugo Napoleão para integrarem como membros titular e suplente, respectivamente, pela Bancada do PFL, a Comissão temporária destinada a acompanhar relações bilaterais Brasil-Canadá, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2001

Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal do Plano Nacional de Viação, aprovada pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, passa a vigorar acrescida do seguinte trecho rodoviário:

BR	Pontos de Passagem	Unidade da Federação	Extensão (km)	Superposição km	BR
	Vilhena – Colorado do Oeste – Cerejeiras – Pimenteiras	RO	162	–	–

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Rodovia RO-399 interliga a cidade de Vilhena e a BR-364 à localidade de Pimenteiras, situada às margens do Rio Guaporé, na divisa do Brasil com a Bolívia.

A proposta de inclusão desse trecho rodoviário no PNV tem por objetivo fortalecer seu papel de vetor de desenvolvimento da região. Afinal, trata-se, praticamente, da única via com razoáveis condições de trafegabilidade na região sul do Estado. Ao conferir à RO-399 **status** de via federal, criam-se condições para a implantação de uma hierarquia de vias aumentadoras a ela integrada. Dessa forma, pode-se obter maior densidade da malha viária, o que representara maior facilidade de acesso aos benefícios de desenvolvimento para a região.

Nesse sentido, vale lembrar que é extremamente baixa a densidade da malha viária federal pavimentada da região Norte, comparativamente à malha nacional e, sobretudo, à rede viária das regiões mais desenvolvidas do País. A região Norte, como um todo, apresenta como um dos principais entraves a seu desenvolvimento seu isolamento em relação às demais regiões do País. As grandes distâncias e a precariedade das vias de comunicação limitam a mobilidade da população e alijam os habitantes da região do acesso aos serviços sociais e econômicos, essenciais para a melhoria de sua qualidade de vida e para a viabilização de suas atividades produtivas.

A RO-399 além de ser interligada à BR-364, principal eixo de ligação com os demais municípios do estado, é a única via da região sul de Rondônia que dá acesso aos municípios de: Cobrejo D'Oeste, Cabixi Corumbiara, Cerejeiras e Pimenteiras, finalizando às margens do Rio Guaporé, que faz fronteira com a Bolívia.

A extensão total desta rodovia é de 158km, dos quais 68km encontram-se com pavimentação asfálti-

ca. O restante ainda em pavimento natural, comprometendo e dificultando o tráfego rotineiro.

Por tratar-se de uma área de fronteira, portanto de segurança nacional, é fundamental e necessária a presença do governo federal naquele espaço, a fim de coibir o possível tráfego ilegal de drogas, evitando-se que àquela região venha a servir de rota para este tipo de comércio.

A fim de consolidar e viabilizar este polo turístico, o estado vem desenvolvendo ações, com investimentos do setor público na região, como a construção do aeroporto de Pimenteiras, programado para o ano de 2002, em parceria com o Ministério da Aeronáutica, dentro do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos — PROFAA.

Finalmente, destaque-se que a proposta referida atende aos critérios exigidos para a inclusão de rodovias no Plano Nacional de Viação, ao permitir ligações de caráter internacional, bem como, permitirá integrar a cidade de Pimenteiras localizada no Vale do Rio Guaporé, principal posto de atração turística do Estado de Rondônia.

Além do turismo, a região também se apresenta como forte produtora de grãos, como: soja, milho, feijão e arroz, além da boa produção pecuária leiteira e de corte.

Pelas razões expostas, contamos com a colaboração dos ilustres parlamentares para a aprovação do projeto que ora apresentamos, o qual, estamos certos, irá favorecer o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Sala das Sessões, 19 de março de 2001. — Senador **Moreira Mendes**.

LEGISLAÇÃO CITADA,
ANEXADA PELA SUBSECRETARIA DE ATA

LEI Nº 5.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 1973

Aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura — decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — O projeto será publicado e remetido à Comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Bello Parga.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 102, DE 2001

Solicita informações ao Ministro de Minas e Energia, Sr. José Jorge Vasconcelos Lima, sobre o plano de emergência e normas e procedimentos sobre acidentes da Petrobras.

Senhor Presidente,

Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Ministro de Estado de Minas e Energia, Senhor José Jorge Vasconcelos, pedido de informações sobre o plano de emergência, normas e procedimentos de acidentes da Petrobras.

De acordo com o jornal **O Estado de S. Paulo**, do dia 25 de julho de 2000, o então Ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho admitiu a "fragilidade do plano de contingência da Petrobras" e anunciou a contratação de uma auditoria externa para avaliar os pontos considerados críticos para subsidiar a revisão de todas as normas e procedimentos da companhia.

Diante dessa notícia, solicito seja encaminhado pedido de informações ao atual Ministro de Minas e Energia requisitando cópia do referido relatório e as novas normas e procedimentos da Petrobras.

Sala das Sessões, 19 de março de 2001. — **Helôisa Helena**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 217 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) — Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Lúcio Alcântara, Eduardo Siqueira Campos e Edison Lobão enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB — CE) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o calendário registra a passagem, dia 12 de março, do Dia do Bibliotecário. Como fiz em anos anteriores, venho à tribuna para, uma vez mais, prestar homenagem à categoria. E o faço, desta feita, considerando a aceleração que

se verifica no quadro das constantes e intensas mudanças observadas dentro da ciência da informação, referencial maior onde se encontram os nossos homenageados de hoje.

Duta de muitos séculos a tendência de nós humanos produzirmos, estocarmos e consumirmos informação, porém nunca, em nenhuma outra etapa de nossa aventura, fomos tão pródigos na geração e dependemos tanto da informação quanto a partir do final da segunda guerra mundial.

O formidável volume de informações de que dispomos na atualidade, das descobertas arqueológicas, que permitem descobrirmos os cenários e os personagens que nos antecederam na longa trajetória do *homo sapiens*, à recente decifração do código da vida, enriquecem o nosso patrimônio cultural e permitem compreender melhor nossa origem, nosso papel e nossas possibilidades no planeta.

Mas também contribuem para a vertiginosa progressão da quantidade de informação produzida e disponibilizada. Como consequência, cresce a angústia, a *ansiedade da informação*, o que levou inúmeros estudiosos a pesquisar o tema em busca da compreensão do fenômeno da sobrecarga da informação, e suas implicações para o indivíduo e a sociedade.

A rede mundial de computadores, a Internet, que há dez anos contava com cerca de 50 *sites*, hoje reúne mais 10 milhões de *sites*. E a popularização da rede começou há menos de seis anos! Por trás de toda essa intrigante e sedutora escalada das tecnologias da informação e da comunicação estão os cientistas e os agentes da informação, ainda agora chamados bibliotecários, pela nobreza que a etimologia confere ao remeter-nos a um dos grandes fetiches da cultura, sobretudo a partir de Gutenberg: o livro.

Quando, com muita naturalidade, em casa ou no trabalho, precisamos efetuar uma rápida pesquisa na Internet, recorrendo a um hoje quase trivial portal de busca, como Yahoo!, Alta Vista ou Cadê?, estamos, na verdade, procurando e recebendo a ajuda de diversos bibliotecários. Eles se encontram por trás desses programas de recuperação da informação, emprestando seu talento e inteligência para que possamos proceder à procura racional e objetiva da informação requerida e, eventualmente, conseguí-la.

Mas todo esse conjunto de mudanças sociais e a emergência constante e surpreendente de novas tecnologias passaram a exigir um novo perfil de profissional, de horizontes mais amplos, que experimenta crescentes graus de intelectualização. Um profissional melhor equipado em técnicas e conheci-

mentos, apto a responder rápida e pontualmente às necessidades crescentes de uma sociedade que se tornou francamente ávida por informação, em alguns casos já tangenciando a "infodependência".

É evidente que seria ingênuo, senão um imperdoável equívoco, imaginarmos que a maior parte da sociedade brasileira frui dos benefícios que a revolução das comunicações tem proporcionado. Dentro de um modelo profundamente desigual e injusto como o nosso, configura-se uma nova forma de apartação, que os anglo-saxões já denominaram de *digital divide*, a repetição, atualizada, do velho jogo de inclusão/exclusão social, agora via acesso à informação e ao conhecimento.

Exatamente por isso, independentemente dos esforços oficiais e das iniciativas particulares que buscam equipar nossas escolas, para oferecer a todos os jovens a alfabetização digital, hoje tão fundamental quanto as primeiras letras, as bibliotecas comunitárias e seus profissionais merecem a nossa atenção, incentivo e apoio efetivo.

São esses verdadeiros heróis que, nos mais longínquos rincões de nosso País, trabalham incansavelmente, superando obstáculos de toda a sorte, para colocar à disposição de milhões de jovens e adultos a matéria prima indispensável para a formação e a transformação do ser humano.

A esses profissionais, que labutam sob as mais adversas e precárias condições, a minha homenagem muito especial no dia de hoje.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao concluir quero fazer referência expressa ao importante trabalho realizado pela Biblioteca do Senado Federal e seus profissionais. Devo também lembrar dos egressos de seus quadros que prestam serviços em diversos órgãos da Casa, como a Consultoria Legislativa, para citar apenas um setor que não pode prescindir dessa cooperação.

Nos meus anos de Senado Federal, tem-me sido reservado – e acredito que de resto a todos os meus Pares – o privilégio de recolher cotidianamente a melhor impressão das bibliotecárias que colaboram conosco. Elas são verdadeiras musas, que iluminam os nossos espíritos e ampliam o nosso entendimento do mundo.

Por intermédio das bibliotecárias da Casa, reitero as minhas homenagens a todos os profissionais de biblioteconomia, trabalhadores pioneiros do conhecimento, que, graças a sua competência e dedicação, crescem em respeitabilidade e importância para toda a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a chamada crise da vaca louca, que afetou as relações do Brasil com o Canadá, constitui mais um fato que demonstra a necessidade de reformulação das normas que regem a atual ordem mundial.

Se, num sentido mais amplo, esta necessária e urgente reformulação deve abranger as normas gerais referentes ao processo de concentração da riqueza e do poder, nas mãos de um número cada vez mais restrito de pessoas e nações, num sentido mais estrito, a reformulação da ordem mundial deve abranger, de imediato, segmentos específicos dessa organização, como os sistemas financeiros, as relações culturais e o comércio entre as Nações.

O mundo tem caminhado desde o século passado, no rumo de criar organizações supranacionais, que possam se constituir em fóruns de debate e solução de questões, que afetam as relações entre as Nações, ou que dizem respeito a políticas de maior equidade entre os povos.

A Organização das Nações Unidas com seus inúmeros órgãos, ponteia este esforço de equidade e solução harmônica de questões internacionais.

No entanto, enquanto nesses órgãos existir a predominância de alguns países sobre outros países, corre-se o risco de que, mesmo esses órgãos, se transformem em instrumento de aprofundar a dominação dos mais fortes sobre os mais fracos.

A recente condenação do Brasil na questão da disputa comercial da Embraer com a Bombardier, canadense, na Organização Mundial do Comércio, é um bom exemplo da prevalência e da força do rolo compressor dos desenvolvidos, sobre qualquer tentativa dos países pobres, ou em desenvolvimento, de ocupar parcelas do mercado, por menores que sejam essas parcelas.

Na verdade, a equidade a ser buscada deveria incentivar, ao invés de coibir, a participação dos menos desenvolvidos no concerto da igualdade entre as Nações.

Outro exemplo que nos ameaça refere-se à questão a fabricação de componentes brasileiros do coquetel anti-aids, fabricação que encontra guarida na lei brasileira e nos princípios humanitários, que os países desenvolvidos aplicam, a seu bel-prazer, e conforme sua interpretação, da forma como julgam melhor. A aplicação desse princípio nos acontecimentos nos Balcãs, ou no Kuwait, constituem bons exemplos da aplicação desta doutrina.

As leis soberanas deste país, no entanto, e as razões humanitárias, não prevalecem diante do interesse dos monopólios internacionais que a cada dia

mais dominam as decisões políticas, pondo o poder econômico acima do poder político, conforme analisamos há dias, em pronunciamento desta tribuna.

No episódio da vaca louca, a irresponsabilidade, o equívoco ou a cega arrogância na defesa de seus interesses, puseram o Canadá no pelourinho das trapalhadas internacionais – que não fazem juz à história e ao sentimento do povo canadense, constitui mais um fato a comprovar a urgência da democratização das normas de relações entre os povos, em todos os setores, inclusive no comércio internacional.

Diante do mundo civilizado, estarecido com as denúncias canadenses, em face da falta de comprovação técnica das alegações, e por via da forma como se concretizaram, diante desse mesmo mundo, o Canadá viu-se na contingência de reconhecer a qualidade da carne brasileira e a eficácia das medidas do setor público e da iniciativa privada, no sentido de garantir a sanidade dos rebanhos brasileiros.

Desta forma, espero que o mal intentado contra o Brasil, se transforme em bem para o Brasil, que pôde demonstrar ao mundo, valendo-se das acusações, o altíssimo nível dos nossos produtos oferecidos ao mercado mundial.

Não há, porém, como passar imune, ou impune, o mal tentado contra o país, porque essa impunidade acabaria por incentivar a repetição de tais atitudes, com mais frequência e, quiçá, com mais força.

Neste sentido, desejo registrar meu aplauso ao propósito expresso pelo Governo brasileiro de levar à OMC, denúncia contra o ato unilateral do Canadá que levou de roldão seus parceiros do Nafta – os Estados Unidos e o México, a impor restrições à importação da carne brasileira. O Brasil não pode recuar desse propósito e o Itamaraty deve ser instrumentado fortemente para expor e defender, naquele fórum internacional, as razões brasileiras.

Meu aplauso no entanto se estende de modo especial aos empresários brasileiros prejudicados, que já anunciaram, através da respectiva Associação Nacional, que deverão entrar, ainda no corrente mês, com processo de indenização contra o Governo canadense, pelos prejuízos causados ao comércio internacional da carne brasileira.

Devo dizer que o processo será movido junto à Justiça canadense e com base na legislação canadense, além de considerados os acordos multilaterais e bilaterais que esta atitude infeliz – que o povo canadense não merecia – desrespeitou.

Concluindo, Sr. Presidente, quero deixar uma proposta que, enquanto representa um incentivo do

Governo aos produtores brasileiros, prejudicados pela irresponsabilidade da denúncia canadense, quer significar também sua confiança, ou sua afirmação diante da opinião pública, da qualidade da carne brasileira.

Segundo dados que me vieram às mãos, cerca de 3000 demissões nas indústrias frigoríficas já se verificaram só nos Estados do Mato Grosso, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo, após a chamada crise da vaca louca. Estudos da Federação do Comércio de Brasília concluíram que o consumo da carne bovina caiu em 9%, nesse mesmo período.

A Conab, Sr. Presidente, nobres Senadores, há bastante tempo tem apresentado estudos técnicos sobre a conveniência de incluir proteínas animais entre os produtos componentes da cesta básica, distribuída em seus programas sociais. Razões de ordem orçamentária, no entanto, tem protelado a adoção deste propósito.

Creio, Sr. Presidente, que com vistas a minimizar os prejuízos econômicos causados pelo cancelamento de contratos de exportação de carne em decorrência da crise da "vaca louca",

com vistas ainda à garantia de manutenção e recuperação do nível de empregos no setor;

-com vistas, enfim, a dar uma demonstração pública da qualidade da carne brasileira bem como promover a melhoria qualitativa da cesta básica, que se recente de proteína animal;

por essas razões, deixo registrada a proposta de que sejam superados os óbices de cunho orçamentário e se promova, de imediato, a inclusão da carne bovina na cesta básica distribuída pelos programas governamentais.

Creio que este é o momento oportuno para tal medida que somará à melhoria da alimentação das camadas mais carentes da sociedade brasileira, o apoio efetivo à pecuária brasileira, necessitada desse apoio quando interesses alheios ameaçam derrubar todo um esforço em favor da qualidade e da competitividade deste importante segmento da economia nacional.

Muito obrigado.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, a Universidade Federal do Maranhão cumpre um programa muito proveitoso para a recepção dos seus novos alunos. Neste ano, a 5 de março, o Departamento de Assuntos Estudantis reuniu os 1.200 calouros do primeiro semestre letivo num encontro de confraternização em que foram feitas palestras, apresentações de peças teatrais e de música.

O principal palestrante foi dom Geraldo Dantas de Andrade, abordando a temática das drogas, aliás o

tema da Campanha da Fraternidade de 2001, sob o slogan "Vida Sim, Droga Não". Os jornais locais, na cobertura do evento, registraram que vários jovens calouros mostraram-se impressionados com a argumentação do representante da Confederação Nacional dos Bispos.

Esses encontros, recepcionando jovens que se iniciam no curso universitário, são uma prática que devia se espalhar por todas as Universidades brasileiras. Em vez da brutalidade dos chamados "trotes", que tantas vezes traumatizam as vítimas pelo resto de suas vidas, reunir os calouros em eventos de cultura é a primeira e grande oportunidade que se oferece para que "velhos" e "novos" estudantes se confraternizem. Daí é que nascem as amizades, o companheirismo, que se consolidarão e tornarão inesquecíveis os anos vividos numa faculdade superior.

O jovem, ao ingressar numa universidade após ter vencido as conhecidas dificuldades de uma vida até então geralmente dedicada aos estudos, apresenta-se na instituição superior de peito aberto e com a cabeça cheia de sonhos. É dele o futuro do nosso País. Serão, amanhã, os cientistas, os médicos, os dentistas, os advogados, os economistas, os administradores, os músicos, os políticos e os profissionais de tantas outras categorias com as quais conviverá a sociedade, deles extraindo a sabedoria, o talento e os conhecimentos para o desenvolvimento nacional. Esse jovem deve ser recebido com carinho e muitas esperanças, e estimulado permanentemente a dedicar-se aos estudos pelos quais optou e, assim, cumprir suas metas através dos valiosos instrumentos que a política educacional brasileira colocou à disposição do seu aprendizado.

Na sua fala de Reitor, Othon de Carvalho Bastos lembrou que a Universidade Federal do Maranhão é considerada uma referência no trato da coisa pública. E acrescentou: "Isso deve-se à dedicação de seus professores e técnicos administrativos em prol do ensino e extensão em nosso Estado."

É a verdade, Sr. Presidente.

A Universidade Federal do Maranhão tem formado milhares de profissionais que hoje brilham, com a sua competência, em todos os setores da sociedade brasileira.

Regozijo-me sinceramente com o evento levado a efeito em São Luís. Cumprimento na pessoa do Reitor Othon de Carvalho Bastos todo o corpo discente e administrativo da Universidade, e auguro para os jovens estudantes, que agora se iniciam nessa grande

instituição, os melhores votos de sucesso nos estudos e em suas vidas profissionais.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 69, DE 1999

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que altera a redação da alínea “c” do inciso I do art. 159 da Constituição Federal (financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste), tendo

Parecer sob nº 519, de 2000, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Ramez Tebet, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 2 –

SUBSTITUTIVO DO SENADO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 1994

Votação, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 1994 (nº 1.177/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o exercício profissional do Técnico de Segurança Patrimonial e dá outras providências, tendo

Pareceres sob nºs 481, de 1997, e 26, de 1999, das Comissões:

– Diretora, Relator: Senador Lucídio Portella, oferecendo a redação do vencido; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador José Alves, favorável às Emendas nºs 1 a 5-Plen.

– 3 –

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1995

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1995 (nº 1.540/91, na Casa de origem), que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 717, de 1997, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador José Alves, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 54, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2000 (nº 88/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Santa Luzia de Mossoró para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, tendo

Parecer favorável, sob nº 729, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Agnelo Alves, com abstenção do Senador Geraldo Cândido.

– 5 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 229, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 229, de 2000 (nº 491/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural de Morro Redondo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Morro Redondo, Estado do Rio Grande do Sul, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.249, de 2000, da Comissão de Educação, Relatora: Senadora Emília Fernandes.

– 6 –

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 234, DE 2000

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 234, de 2000 (nº 460/2000, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra, Estado da Bahia, tendo

Parecer favorável, sob nº 1.250, de 2000, da Comissão de Educação, Relator: Senador Djalma Bessa.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.)

(OS 11598/01)

**CONSELHO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR****Convocação**

O Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar convoca a 2ª Reunião do Conselho, a re-

alizar-se no dia 21 de março de 2001, quarta-feira, às 10h, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, para deliberar sobre realização de sessão secreta.

Brasília, 19 de março de 2001. – Ramez Tebet,
Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

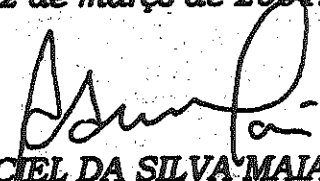
ATOS DO DIRETOR-GERAL**ATO DO DIRETOR-GERAL**

N.º 396 , de 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 011823/99-2

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, conceder pensão vitalícia a AÍDA DE MENEZES DANTAS, na condição de cônjuge, na proporção de 1/1 (um inteiro), dos proventos que percebia o ex-servidor JOSÉ NEY PASSOS DANTAS, a partir data do óbito, 08/07/99.

Senado Federal, em 12 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA

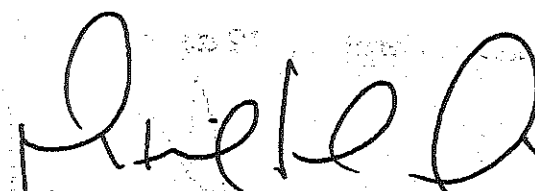
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 397 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003356/01-9,

RESOLVE dispensar o servidor **RICARDO VARGAS**, matrícula 1841, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Produção, Símbolo FC-5, da Subsecretaria Industrial, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Primeira Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 398 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003686/01-9,

RESOLVE dispensar o servidor **GIVON SIQUEIRA MACHADO FILHO**, matrícula 2882, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Presidência, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



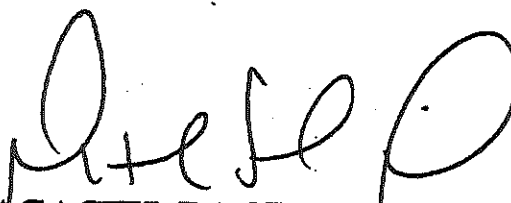
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 399 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003711/01-3,

RESOLVE dispensar o servidor **LUIZ ANTONIO PERÁCIO MONTEIRO**, matrícula 2713, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Presidência, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 13 de março de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 400 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003518/01-9,

RESOLVE dispensar a servidora MARCELLE CARNEIRO LEITE, matrícula 3534, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, com efeitos financeiros a partir de 09 de março de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 401, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003527/01-8,

RESOLVE dispensar o servidor CESAR TEIXEIRA SIPRIANO, matrícula 3404, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 09 de março de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 402 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003516/01-6,

RESOLVE dispensar o servidor **SERGIO TELES TORRES**, matrícula 3881, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 403 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003526/01-1,

RESOLVE dispensar o servidor **CARLOS ANTONIO ISAC**, matrícula 3149, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral


ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 404 , DE 2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003519/01-5

RESOLVE dispensar o servidor **SERGIO MURILO SOUZA ROSA**, matrícula 4173, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador José Eduardo Dutra, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001, e lotá-lo no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares a partir da mesma data.

Senado Federal,

19 de março de 2001.



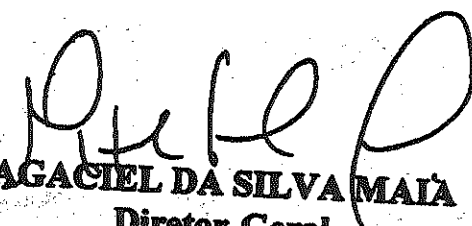
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 405, DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003520/01-3,

RESOLVE dispensar a servidora SANDRA SILVA TASQUINO DOS SANTOS, matrícula 1170, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 406 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003517/01-2,

RESOLVE dispensar o servidor **MAURO DE ALENCAR DANTAS**, matrícula 1227, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-7, do Gabinete da Liderança do PSB, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, com efeitos financeiros a partir de 09 de março de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



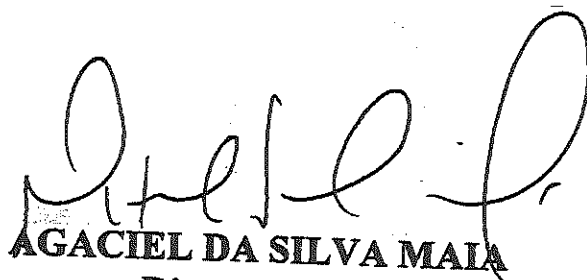
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 407 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003525/01-5,

RESOLVE dispensar a servidora ROSE MARY PRADO PORTO, matrícula 2756, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete da Segunda Vice-Presidência, com efeitos financeiros a partir de 19 de fevereiro de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 408 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 003591/01-8,

RESOLVE dispensar a servidora **ANA CLAUDIA COSTA BADRA**, matrícula 3752, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Edison Lobão, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-6, do Gabinete do Senador Valmir Amaral, com efeitos financeiros a partir de 12 de março de 2001.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 409/2001**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, estabelecidas pela Resolução-SF nº 9, de 1997, tendo em vista o que consta do Processo nº 02153/00-9, resolve APOSENTAR, por invalidez permanente, o servidor ERALDO CAVALCANTE DA SILVA, matrícula 0912, Técnico Legislativo, Nível II, Classe Especial, Padrão IV/M23, do Quadro de Pessoal da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens das Resoluções-SF nºs 59/91, 51/93 e 74/94.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 410 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003830/01-2,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDSON FREIRE CAETANO**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice Presidência.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 411 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003838/01-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MARIA DO SOCORRO FERREIRA ALENCAR**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Moreira Mendes .

Senado Federal, em 19 de março de 2001.

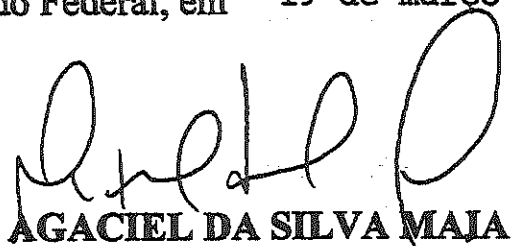

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 412 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003826/01-5,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ARTHUR OSCAR GUIMARÃES**, matrícula n.º 31303, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do 2º Vice-Presidente.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.



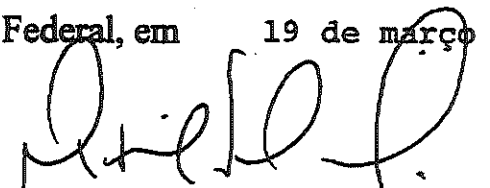
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 413 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta dos Processos n.º 003848/01-9 e 003847/01-2,

R E S O L V E exonerar **JOÃO SOARES BRANDÃO**, matrícula n.º 31.128, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, do Gabinete do Senador Roberto Saturnino e nomeá-lo, na forma do disposto no Inciso II do art. 9º da Lei n.º 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-2 do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.

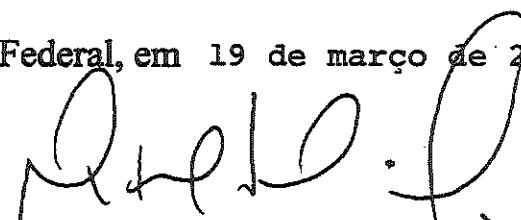

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 414 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003825/01-9,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CÉSAR DE QUEIROZ BENJAMIN**, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice Presidência.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIÀ
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 415 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003850/01-3,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **CÉSAR DE QUEIROZ BENJAMIN**, matrícula n.º 31143, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Roberto Saturnino.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 416 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003837/01-7,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no Art. 35, Inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **JORCENE JOSÉ MARTINEZ**, matrícula n.º 31001, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3 do Gabinete do Senador Moreira Mendes, a partir de 15 de março de 2001.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.



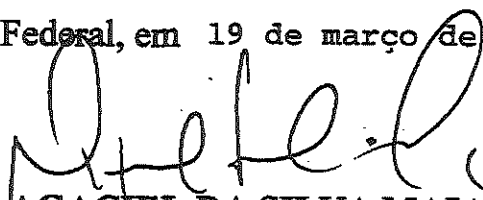
AGACIELE DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 417 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal n.º 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 003829/01-4,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do Art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **THOMAS FONSECA MAYNARD GARCEZ**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice Presidência.

Senado Federal, em 19 de março de 2001.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 418 , DE 2001

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997,

RESOLVE dispensar a servidora ELIANE DELMONTE, matrícula 2840, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-4, do Gabinete do Senador Gilvam Borges e lotá-la na Secretaria de Serviços.

Senado Federal, 19 de março de 2001.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**Órgão de Controle e Fiscalização Externos da Política
Nacional de Inteligência (OCFEPNI)**
(art. 6º da Lei nº 9.883, de 7-12-1999)
Presidente: Senador José Sarney

DEPUTADOS
Líder da Maioria (Bloco PSDB/PTB) - Deputado Aécio Neves
Líder da Minoria (PT) - Deputado Aloizio Mercadante
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB)
SENADORES
Líder da Maioria (PMDB) - Senador Jader Barbalho
Líder da Minoria (Bloco PT/PDT) Senadora Heloísa Helena
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Senador José Sarney (PMDB)

Instalado em 21-11-2000 (SF)

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 30-6-1999)

Presidente: Ramez Tebet (*)
Vice-Presidente: Juvêncio da Fonseca (*)

Titulares

Suplentes

PMDB

UF/Ramal
1. Casildo Maldaner (1) SC/2141
2. Ramez Tebet - MS/2221
3. Nabor Júnior - AC/1478
4. Ney Suassuna - PB/4345
5. Amir Lando - RO/3130

UF/Ramal
1. Marluce Pinto - RR/1301
2. Gerson Camata - ES/3203
3. Jader Barbalho - PA/2441
4. Renas Calheiros - AL/2261
5. Carlos Bezerra - MT/2291

PFL

UF/Ramal
1. Geraldo Althoff - SC/2041
2. Francelino Pereira - MG/2411
3. Paulo Souto - BA/3173
4. Juvêncio da Fonseca - MS/1128

UF/Ramal
1. José Agripino - RN/2361
2. Carlos Pastorelino - TO/4058
3. Djalma Bessa - BA/2211
4. Freitas Neto - PI/2131

PSDB

UF/Ramal
1. Lúcio Alcântara - CE/2301
2. Osmar Dias - PR/2124
3. José Roberto Arruda - DF/2014

UF/Ramal
1. Antero Paes de Barros - MT/1246
2. Ricardo Santos - ES/2022
3. Romero Jucá - RR/2111

Bloco de Oposição

UF/Ramal
1. Lauro Campos - DF/2341 (PT)
2. Heloisa Helena - AL/3197 (PT)
3. Jefferson Peres - AM/2061 (PDT)

UF/Ramal
1. José Eduardo Dutra - SE/2391 (PT)
2. Marina Silva (2) - AC/2183 (PT)
3. Roberto Saturnino - RJ/4229 (PSB)

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor do Senado) - SP/2051 (PFL)

(*) Eleitos em 24.11.99.

(1) Licenciado no período de 18/08 a 18/12/2000.

(2) Licenciada no período de 10/10/2000 a 07/02/2001.

Ao Serviço de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento, vinculado à Secretaria-Geral da Mesa, compete providenciar o expediente de seus dirigentes e conceder suporte administrativo, de informática e de instrução processual referentes às suas atribuições institucionais definidas na Constituição Federal (art. 220 a 224), na Lei nº 8.389, de 1991, no Regimento Interno e, especificamente, nas Resoluções nºs 17 e 20, de 1993, e 40, de 1995. (Resolução nº 9/97).

Fone: 311-3285



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**
Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal 3510)
JANICE DE CARVALHO LIMA (Ramal 3492)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA

Ramais: 3507 - Fax: 3512

Secretários: MARIA DE FÁTIMA MAIA DE OLIVEIRA (Ramal: 3520)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 3504)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
MARIA CONSUELO DE CASTRO SOUZA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe:

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS - JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608)
- ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4612)
- GILDETE LEITE DE MELO (Ramal: 3972)
CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
- PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
- AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
- MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES

(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: NEY SUASSUNA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
RENAN CALHEIROS	AL	5151/	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. CAMPOS	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. GERALDO ALTHOFF	RR	1160/1163
			7. MOZARILDO CAVALCANTI		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB (1)	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. CARLOS WILSON - PPS	PE	2451/2457
ROBERTO SATURNINO - PSB (1)	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO (2)	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM (4)	RO	2255/2257

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

(4) Licenciado, a partir de 27/07/2000.
Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 - Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

Atualizada em: 08/02/2001.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
(29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/97	1. RENAN CALHEIROS	AL	2261/67
GILVAM BORGES	AP	2151/57	2. JOSÉ SARNEY	AP	3430/31
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/47	4. JADER BARBALHO	PA	2441/47
MAGUITO VILELA	GO	3149/50	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/74
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/06
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VALMIR AMARAL	DF	4064/65

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO	MT	2271/77	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/17
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/37
DJALMA BESSA	BA	2211/17	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/87
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/47	4. PAULO SOUTO	BA	3173/75
MOREIRA MENDES	RO	2231/37	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/67
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/57	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA			7. VAGO		
CAMPOS	TO	4070/4071	8. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/37
LUIZ PONTES	CE	3242/43	2. RICARDO SANTOS	ES	2022/24
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/07	3. PEDRO PIVA	SP	2351/53
OSMAR DIAS	PR	2121/25	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/17
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/85	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/96
ROMERO JUCÁ	RR	2111/17	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/07

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/77	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/37
MARINA SILVA - PT	AC	2181/87	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/47
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/47	3. ROBERTO FREIRE-PPS	PE	2161/64
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/99	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/97
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/67

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/77	ERNANDES AMORIM (2)	RO	2251/57

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Licenciado, a partir de 27/07/2000.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
VAGO (2)	
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
SEBASTIÃO ROCHA (PDT)	AP-2241/47
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jracc@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**2.2) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**

**PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA
RELATOR: SENADOR SEBASTIÃO ROCHA**

**VAGO (2)
MARLUCE PINTO RR-1301/4062**

**JUVÊNCIO DA FONSECA MS-1128/1228
DJALMA BESSA BA-2211/17**

ANTERO PAES DE BARROS MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA (PDT) AP-2241/47

LEOMAR QUINTANILHA TO-2071/77

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Vide Resolução nº 51/2000, do Senado Federal.

**SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359**

**DESIGNADA EM: 06/10/1999
ATUALIZADA EM 22/11/2000**

**2.3) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA SAÚDE**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA-4073/74

GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/63

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07
ANTERO PAES DE BARROS	MT-1248/1348

SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
TIÃO VIANA(PT)	AC-3038/3493

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 26/04/00

ATUALIZADA EM: 06/10/2000

**2.4) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO DA QUESTÃO HABITACIONAL**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:**

MAURO MIRANDA (1)	GO-2091/97
CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85
ROMERO JUCÁ	RR-2111/19
SEBASTIÃO ROCHA(PDT)	AP-2241/47
GERALDO CÂNDIDO(PT)	RJ-2171/77

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

(1) LICENCIADO

DESIGNADA EM: 01/06/2000

ATUALIZADA EM: 22/08/2000

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ**Presidente: JOSÉ AGRIPINO****Vice-Presidente: RAMEZ TEBET****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
RENAN CALHEIROS	AL	2261/2262	2. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE – PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA – PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Secretário: Altair Gonçalves Soares

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Fax: 311-4315 - E-mail: altairg@senado.gov.br

Atualizada em: 08/02/2001

3.1. COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR AS "INDICAÇÕES APONTADAS" NO RELATÓRIO FINAL DA "CPI DO JUDICIÁRIO" E RECEBER NOVAS DENÚNCIAS E INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM O OBJETIVO DA INVESTIGAÇÃO.

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
(7 TITULARES E 7 SUPLENTEs)

TITULARES

SUPLENTEs

PMDB - 3

PFL - 2

PSDB - 1

BLOCO OPOSIÇÃO (PT-PDT,PPS) - 1

SECRETÁRIO: ALTAIR GONÇALVES SOARES
SECRETÁRIA ADJUNTA: GILDETE LEITE DE MELO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. SALA DE REUNIÕES: 311-3541
FAX: 311-4315
E.MAIL- altairgs@senado.gov.br

Criada Conforme Requerimento nº 12-CCJ, de 1999,
nos termos do Art. 73, do RISF.
Aprovado em 15/12/1999.

- Retirada as indicações pelas Lideranças
- em 6 e 13.9.2000.

Atualizada em 19/9/2000

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE					
Presidente: FREITAS NETO					
Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO					
(27 titulares e 27 suplentes)					
PMDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
AGNELO ALVES	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. VALMIR AMARAL	DF	1961/1966
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	8. ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2092
HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142	9. VAGO		
PFL					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES -	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA	TO	4070/4071	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
CAMPOS	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
BELLO PARGA					
PSDB					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON (2)	PE	2451/2457
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG (PPS)	ES	1031/1231
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)					
TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIÃO ROCHA –PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO – PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA – PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES – PSB (1)	SE	2201/2207
EMÍLIA FERNANDES – PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO – PSB (1)	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA – PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES – PDT	AM	2061/2067
PPB					
TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)	TO	4070/4071	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS, em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)
Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares
Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa
Telefone da Sala de Reunião: 311-3276
FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

Atualizado em: 08/02/2001.

4.1) – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TV

PRESIDENTE:
(09 TITULARES)

TITULARES

AMIR LANDO	RO-3130/32
GERSON CAMATA	ES-3203/04
PEDRO SIMON	RS-3230/32
DJALMA BESSA	BA-2211/17
ROMEU TUMA	SP-2051/57
ÁLVARO DIAS	PR-3206/07
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ-2431/37
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ-2171/77
EMÍLIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

REUNIÕES: SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES

TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3498/4604

FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

4.2) - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO DO CINEMA BRASILEIRO

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ FOÇAÇA
RELATOR: SENADOR FRANCELINO PEREIRA
(06 TITULARES E 06 SUPLENTEs)

TITULARES

JOSE FOÇAÇA	RS- 1207/1607	1- AGNELO ALVES	2461/6
MAGUITO VILELA	GO- 3149/50	2- GERSON CAMATA	3203/0
FRANCELINO PEREIRA	MG- 2414/17	1- MARIA DO CARMO ALVES	4055/5
LÚCIO ALCÂNTARA	CE- 2303/08	1- ÁLVARO DIAS	3206/0
ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ- 4229/30	1- SEBASTIÃO ROCHA	2241/47
LUIZ OTÁVIO (2)	PA-3050/4393	1- LEOMAR QUINTANILHA	2071/79

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Desfilou-se do PPB, em 15/12/1999.

REUNIÕES: 5ª FEIRA ÀS 9:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604
FAX: 311-3121

E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 – ALA SEN. ALEXANDRE COS

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276

ATUALIZADA EM: 27/03/2000

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY
Vice-Presidente: CARLOS WILSON
(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. AGNELO ALVES	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. HENRIQUE LOYOLA	SC	2141/2142
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
NILO TEIXEIRA CAMPOS	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMÉRO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS – PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA – PDT	AP	2241/2247
EDUARDO SUPPLY – PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO – PSB(1)	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA – PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES – PDT	RS	2331/2337

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)
 Secretário: Marcos Santos Parente Filho
 Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-3367
 Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
 Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

Atualizada em :06/10/2000

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA – CI**Presidente: EMILIA FERNANDES****Vice-Presidente: ALBERTO SILVA****(23 titulares e 23 suplentes)****PMDB**

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
ALBINO BOAVENTURA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
VAGO			4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4071
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	4. CARLOS WILSON (PPS)	PE	2451/2457
TEOTÔNIO VIL E LA FILHO	AL	4093/4095	5. VAGO		

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES-PSB (1)	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.
Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

Atualizada em: 08/02/2001

6.1) – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ANALISAR ACIDENTES QUE
ACARRETEM DANOS AO MEIO AMBIENTE.

PRESIDENTE:

RELATOR:

COMPOSIÇÃO: (07 TITULARES E 07 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PMDB			
ALBERTO SILVA	PI-3055/3057	1- IRIS REZENDE	GO-2032/2039
MARLUCE PINTO	RR-1301/4062	2- ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
VALMIR AMARAL	DF-1961/1966	3- GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106
PFL			
PAULO SOUTO	BA-3173/3175	1- MARIA DO CARMO ALVES	SE-3085/3087
MOZARILDO CAVALCANTI	RR-1160/1163	2 – JONAS PINHEIRO	MT- 2271/2277
PSDB			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	1- OSMAR DIAS	PR-2124/2125
BLOCO DE OPOSIÇÃO			
GERALDO CÂNDIDO (PT)	RJ-2171/2177	1- VAGO	

REUNIÕES:

SECRETÁRIO: CELSO PARENTE

SALA Nº 13 – ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/7284/4607

FAX: 311-3286 - TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3292

ATUALIZADA EM: 07/12/2000

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
(17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
VALMIR AMARAL	DF	1961/1966	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. RENAN CALMEIROS	AL	2261/2262
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNADES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
RICARDO SANTOS	ES	2022/2024	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

(1) BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPPLY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO-PSB(1)	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

(1) Retira-se do Bloco: o PSB, em 27/03/2000.

(2) Filiou-se ao PPS em 23/9/1999. Licenciado, a partir de 26/05/2000.

(3) Licenciado, a partir de 22/05/2000.

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 – Ala Senador Nilo Coelho
Telefone da Sala de Reunião: 311-3254
Fax: 311-1060

Atualizada em :06/10/2000

II - COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA
(ART. 58, CONSTITUIÇÃO FEDERAL)

1) DESTINADA A ACOMPANHAR, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, O ATENDIMENTO FEITO JUNTO AOS DESABRIGADOS, FLAGELADOS E FAMILIARES DAS VÍTIMAS DAS ENCHENTES E DESMORONAMENTOS QUE OCORREM NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS:

Presidente: ROBERTO FREIRE

Vice-Presidente: TEOTONIO VILELA FILHO

Relator: CLODOALDO TORRES

PMDB

Renan Calheiros (AL)

Ramez Tebet (MS)

PFL

José Jorge (PE)

PSDB

Teotonio Vilela Filho (AL)

PPS

Roberto Freire (PE)

PTB

Clodoaldo Torres (PE)

PT

Heloísa Helena (AL)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGACA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETARIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETARIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTEs

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGACA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC		311 2141	323 4063	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
ROBERTO REQUIAO	PR	*** 09	311 2401	323 4198	MARLUCE PINTO	RR	**08	311 1301	225 7441
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	0 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ANTERO PAES DE BARROS	MT	** 24	311 1248	321 9470	GERALDO LESSA	AL	#02	311 1102	323 3571
PEDRO PIVA	SP	0 01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO (1)	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTONIO VILELA	@ EDIFICIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@ @ @ ALA SEN. DINARTE MARIZ		

(1) Afastada do exercício do mandato em 31/05/2000.

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATTO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARCHEZAN	RS	# 13	318 5963	318 2963	MARISA SERRANO (*)				
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	JOAO HERRMANN NETO	SP	637	318 5637	318 5637
PPB									
JULIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANNO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

- * GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
- # GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDEREÇO: CAMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASILIA - DF - 70160-900
FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)
e mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETARIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLAUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO

Atualizada em 25/10/2000



EDIÇÃO DE HOJE: 128 PÁGINAS